alavanca
CGTP-IN
MAIO DE 1977 ANO I N.º 2 PREÇO 1$00

1.º MAIO

UNIDADE NA ACÇÃO A FORÇA DOS TRABALHADORES

POLÍTICA ECONÓMICA E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Pág. 14

alavanca CGTP-IN

A FERRAMENTA NECESSÁRIA

Começa a clarear. As cabeças estão vazias. Ardem os olhos. Doem as costas. Sai-nos das mãos mais uma «Alavanca».

A equipa da informação da Intersindical e a equipa de montagem da Renascença Gráfica estão fundidas num só grupo de trabalho há muitas horas já. A nossa missão está quase terminada (faltavam estas linhas).

Agora outra missão e outro grupo de trabalho vai entrar em acção: É toda a estrutura da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional que recebe a «Alavanca» e que a vai levar a todas as cidades, vilas e aldeias deste país, A todas as fábricas, a todas as cooperativas, a todos os escritórios, a todas as escolas...

Porque a «Alavanca» é a revista dos trabalhadores portugueses. É a revista que os trabalhadores não tinham e que tanta falta fazia. Não porque seja muito boa, mas porque é a NOSSA REVISTA.

É o melhor que somos capazes de fazer nas condições em que nos é possível trabalhar O importante é que ela exista, que dê a perspectiva certa; que dê a visão de classe dos problemas com que os trabalhadores se defrontam que seja a expressão da força, da coragem, das certezas inabaláveis e da alegria com que lutam os trabalhadores deste país, para levar a cabo a magnífica tarefa de prosseguir a Revolução de Abril e fazer cumprir a Constituição. De levantar dos escombros de meio século de miséria, de ignorância, de ódios, de medos e de violências, o lar de todos os portugueses. A Pátria com todas as suas janelas escancaradas sobre a alvorada do futuro.

O primeiro número da «Alavanca» venceu. De todo o país nos vieram achegas: críticas, aplausos, sugestões. Camaradas da imprensa progressista referiram-se à «Alavanca» com apreço e amizade. Foi lida. Foi discutida. Foi o indispensável elo de ligação da classe. Foi o instrumento, a ferramenta necessária. Foi uma alavanca, ainda frágil, mas que vamos temperar ao fogo da nossa unidade, para a transformar em aço flexível mais inquebrável: na alavanca que ajudará a levantar um mundo novo.

Bom trabalho, camaradas.

notícias e comentários

Já vi pior e ainda cá estou para lavar e durar!

editorial CAMINHO

A CGTP-IN E O MINISTRO DO TRABALHO

O Secretariado da CGTP-IN, analisando as declarações do ministro do Trabalho, Maldonado Gonelha, prestadas a vários jornais considera que elas vêm confirmar a sua previsão acerca da política laboral do Governo e da linha de actuação do actual ministro. Na verdade, as declarações do ministro permitem concluir que o Governo utiliza as palavras «diálogo» e «concertação» como mero expediente táctico para tentar confundir a opinião pública, porquanto, tudo indica, irá continuar de facto a sua política de ataques sistemáticos ao movimento sindical e as outras organizações de trabalhadores, irá tentar soluções para os problemas económicos e sociais na perspectiva e interesses dos capitalistas, com recurso, se necessário, à limitação dos direitos dos trabalhadores conquistados após o 25 de Abril. Tal política levará, inevitavelmente, ao agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras e à criação de um clima de tensões sociais nada propício à recuperação económica que o País necessita e os trabalhadores desejam.

As declarações do sr. Gonelha e os aplausos que elas mereceram dos jornais do patronato e da direita reaccionária, demonstram que a sua nomeação para ministro do Trabalho corresponde, efectivamente, à confiança que essas forças depositam na sua acção à frente do Ministério.

O sr. Gonelha que já antes da sua nomeação se havia evidenciado pela sua estratégia que visava «partir a espinha» ao Movimento Sindical, através da célebre Lei das Quotizações, e que tem em mente um projecto que visa a criação de sindicatos e centrais sindicais paralelas, não tem mostrado ser a pessoa indicada para criar uma política de diálogo com os trabalhadores e as suas organizações.

Para o Secretariado da CGTP-IN, o diálogo do Governo com os trabalhadores não pode ser um mero expediente táctico, mas antes deverá ser um imperativo exigido pela necessidade de consolidação da democracia e da superação da grave crise económica, na perspectiva da defesa inalienável das grandes conquistas do 25 de Abril consagradas na Constituição como condição para a melhoria do nível de vida do povo.

Se o Governo sinceramente considera, que «sem a adesão dos trabalhadores não será viável qualquer projecto de superação da crise económica», seria importante que classificasse a sua política de relações com os trabalhadores e as organizações representativas, sem o que as palavras «diálogo» e «concertação» são declarações de circunstância, vazias de conteúdo.

Os trabalhadores e o seu Movimento Sindical aguardam há dois meses resposta do Governo ao «Caderno Reivindicativo» aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

Uma resposta concreta e positiva do Governo aos anseios dos trabalhadores contidos no «Caderno Reivindicativo», encontrada no diálogo com o movimento sindical, será a actuação susceptível de criar as condições favoráveis que permitam a resolução dos graves problemas que afectam os trabalhadores e o próprio País.

●

1.º DE MAIO JORNADA DE UNIDADE E DE LUTA

O 1.º de Maio, data de grande significado para os trabalhadores de todo o mundo, têm estado a ser celebrado ao longo de todo o País.

As comemorações, que decorrem desde à cerca de uma semana, têm constituído uma grande jornada de luta em defesa das conquistas do 25 de Abril, contra a recuperação capitalista, pela recuperação económica ao serviço dos trabalhadores e da independência nacional, pela consolidação da democracia, pelo cumprimento da Constituição, contra o perigo do fascismo e pela unidade de todos os trabalhadores.

Para isso foram conjugadas acções visando o esclarecimento das massas trabalhadoras com actividades culturais e desportivas de claro conteúdo popular.

Foram também desenvolvidas acções dirigidas a camadas específicas da população, em especial às mulheres, jovens, crianças, reformados, quadros técnicos, etc.

No que se refere às actividades de índole cultural, elas abarcaram o cinema, o teatro, a realização de convívios e de colóquios versando as nacionalizações, o controlo operário, o desemprego e os despedimentos, o aumento do custo de vida, a contratação colectiva, a legislação de trabalho, a reforma agrária, as empresas intervencionadas, etc.

Por todo o País, a manhã do 1.º de Maio será assinalada com a efectivação de provas desportivas que englobarão o atletismo, o futebol, o ciclismo, provas de ruas, etc.

De tarde, e promovidas pelas Uniões e pelos Sindicatos, haverá em todos os distritos grandes concentrações de massas, com desfiles, comícios, cortejos e carros alegóricos, actuação de ranchos folclóricos e bandas de música.

O ponto alto das comemorações será atingido na capital onde se concentrarão os trabalhadores dos distritos de Setúbal e de Lisboa. Da Alameda D. Afonso Henriques partirão em desfile até ao Estádio 1.º de Maio, onde se realizará um grande comício.

No desfile incorporar-se-ão carros alegóricos à Constituição, às conquistas dos trabalhadores, às lutas desencadeadas nos vários sectores, etc.

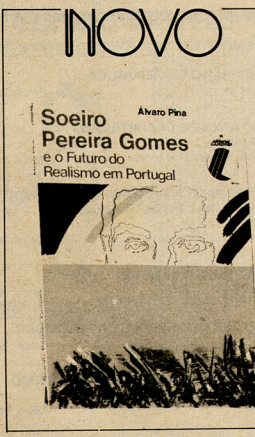
No exterior do estádio estarão dispostos pavilhões nos quais será feita a divulgação das actividades do Movimento Sindical, dos vários aspectos do mundo do trabalho, e da situação das empresas intervencionadas e em autogestão.

●

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O «APARTHEID» O RACISMO E O COLONIALISMO

Efectuou-se, em 12 de Abril, uma reunião da Comissão Nacional Contra o «Apartheid», o Racismo e o Colonialismo na África Austral, a qual teve a presença de um representante da CNA da África do Sul.

Nesta reunião estudaram-se



CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO ALAVANCA

Continente e Ilhas — Anual (12 números) 165$00
— Semestral (6 números) 85$00

Estrangeiro (Por avião) — Anual (12 números) 500$00
Semestral (6 números) 250$00

Pedidos ao Centro de Iniciativas Editoriais
Rua Vítor Cordon, nº 1 — 2º — Lisboa 2

Transportado pelos Caminhos de Ferro Portugueses

Edições

SEARA NOVA

OS LIVROS SÃO UMA ARMA NAS MÃOS DOS TRABALHADORES

LEIA

PARA A HISTÓRIA DO SINDICALISMO EM PORTUGAL
Alexandre Vieira — *Preço: 90$00*

O OPERARIADO E A REPÚBLICA
César Oliveira — *Preço: 80$00*

QUATRO ANOS DE DEPORTAÇÃO
Mário Castelhano
__ Dirigente Anarco-Sindicalista — *Preço: 90$00*

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL NO ALTO ALENTEJO (1910-1914)
António Ventura — *Preço: 90$00*

SINDICATOS E SOCIALISMO
Henry Krasucky — *Preço: 40$00*

COMO FAZER O CONTROLO DA PRODUÇÃO
Carlos Pimenta — *Preço: 60$00*

CONTRA O DOGMATISMO E O SECTARISMO NO MOVIMENTO OPERÁRIO
V.I. Lénine — *Preço: 60$00*

O «CAPITAL» DE MARX SEMPRE ACTUAL. PORQUÊ?
V. Vygodski — *Preço: 50$00*

O CAPITAL MONOPOLISTA CONSPIRA ASSIM!
(Livro Branco do Grupo CUF) — *Preço: 60$00*

O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO
Tratado Marxista de Economia Política
I e II Vol. Cada — *Preço: 90$00*
III e IV Vol. Cada — *Preço: 100$00*

Se não encontrar estes livros à venda na sua livraria, procure-os na

LIVRARIA SEARA NOVA

R. Conde Redondo, 38-A __ Lisboa-1

ou peça-os pelo correio a «SEARA NOVA» __ R. BERNARDO LIMA, 42-r/c __ LISBOA enviando o seu valor em cheque ou vale postal.

notícias e comentários

tarefas de cada organização para a 2.ª reunião internacional preparatória da CMCARC, que deve realizar-se em 23 e 24 de Abril, no Hotel Ritz, de Lisboa.

Estas reuniões são as preparatórias para a Conferência Mundial contra o «Apartheid», o Racismo e o Colonialismo na África Austral que deve ter lugar, de 16 a 19 de Junho de 1987, em Lisboa.

A CGTP-IN faz parte dessa Comissão Nacional e da Comissão Executiva, através do membro do seu Secretariado, Álvaro Rana.

As tarefas a desempenhar, para a preparação desta importante Conferência Mundial, pela CGTP-IN, são as seguintes:

__ Divulgar o apelo aos trabalhadores.

__ Aprovar moções em plenários de trabalhadores contra o «Apartheid», o Racismo e o Colonialismo na África Austral.

__ Aprovar em Reunião Geral de Sindicatos uma saudação à realização da Conferência Mundial.

__ Divulgar e dar notícias sobre a realização da Conferência nos Boletins Sindicais e no «Alavanca».

__ Apoio material: telex e outros.

●

REGRESSO DE PATRÕES AUMENTO DE DESPEDIMENTOS

A política deliberadamente antioperária que o Governo constitucional tem estado a praticar, desde que se instalou no poder, é das que maiores danos tem causado e continua a causar na população trabalhadora portuguesa.

Porque existe, no fundo de todo este jogo de interesses, o desejo, deliberado ou não, de tentando servir a funda e inquietante situação económica-financeira __ será? __ do País, parece esquecer-se a terceira componente do todo indissolúvel, que é o bem estar da comunidade portuguesa, isto é, a social.

Não parece que as mesinhas caseiras e os sinapismos internacionais tenham melhorado uma triste situação económica-social em que o povo, o bom povo português, se está deixando afogar, sem mais aquelas... Bem querem os trabalhadores segurar, salvar, a situação. Bem têm lutado, e continuam a lutar, esses mesmos trabalhadores, após o 25 de Abril e, em especial, depois do 11 de Março, para, com seu esforço e sacrifício, seu trabalho fecundo, (re)alcançarem as empresas, onde ganham o pão de cada dia __ empresas sabotadas e abandonadas pelos reaccionários patrões em fuga __ uma situação económica/financeira estável, que melhor sirva os interesses do País e possa assegurar sem maiores problemas os seus postos de trabalho.

Infelizmente, o Governo desajusta todas estas iniciativas, com as decretadas desintervenções em mais de duzentas empresas que têm estado intervencionadas; o Governo «lava as suas mãos», como Pilatos __ e abre, dessa maneira, o caminho para o nefasto regresso dos patrões sabotadores e opressores. E, em muitos casos, esses regressos deram ja origem às (inevitáveis?) represálias patronais, contra muitos trabalhadores que se destacaram na luta pela defesa dos seus interesses e também pela recuperação económica-financeira das empresas onde empregam o seu esforço criador. Dezenas, centenas, de operários têm sido despedidos sem justa causa, sob a cobertura de uma desgraçada lei governamental que permite aos senhores patrões despedirem os seus «servidores» quando muito bem lhes der na gana. Outras centenas, mesmo milhares, de trabalhadores estão em risco de despedimento __ depois que o Governo apelou, e permite, aos patrões, o seu regresso a este país em Revolução democrática, a caminho do Socialismo... como está bem explícito na nossa Constituição.

A quem servem, na realidade, esses bolos, essas flores governamentais, oferecidas de mão beijada aos antigos patrões sabotadores da economia nacional? Aos trabalhadores certamente que não!

●

MERCADO DO LIVRO E DO DISCO

Foi, na realidade, um grande acontecimento cultural, a realização de 1 a 7 de Abril, nas instalações da FIL, do grande Mercado do Livro e do Disco, levado a efeito por um grupo de intelectuais portugueses.

Durante essa semana, houve a frequência de 50.000 pessoas, que visitaram e compraram livros nos stands das 50 editoras nacionais e nas 6 editoras internacionais, ali representadas, assim como nas 10 organizações comerciais que editam discos.

A actividade cultural foi muito ampla e variada, tendo sido seguida com grande interesse pela numerosa assistência os 9 debates sobre teatro, economia, política, informação, literatura e recital de poesia; os 25 colóquios com autores de livros, após a apresentação dos mesmos; os 9 colóquios com autores de discos, igualmente após a apresentação desses discos. Realizaram-se 15 espectáculos de teatro, música e canto livre, além de sete sessões de cinema.

Foram em número de 35 as novidades literárias lançadas durante este Mercado do Livro e do Disco, que decorreu num ambiente de grande entusiasmo e cordialidade, provando ser uma das maiores manifestações culturais efectuadas no nosso país.

A CFTP-IN esteve representada com dois pavilhões, que foram, ao longo dessa semana, visitados por milhares de pessoas. Também se procedeu, num desses dias, à apresentação e saída do 1.º número da nossa revista **«ALAVANCA»**, que registou uma venda impressionante.

●

É PRECISO SER-SE CEGO OU MAU, OU...

Querer-se, com jogos de palavras e de intenções, inverter a verdade dos factos, ou é cegueira (de olhos e partidária...); ou é maldade deliberada para gerar a confusão; ou, é ainda o menor dos males, estupidez crassa.

E tudo isto é válido, quer se trate de simples peões, quer se trate das mais caras peças neste jogo de xadrez que é presentemente a nação portuguesa.

Exemplificando com mais clareza: __ Um certo número de empregados e de operários, movidos por algumas incompreensões e enganosos interesses, têm estado a jogar abertamente na «Carta Aberta». Pode, até certo ponto, compreender-se a sua incompreensão em relação à urgente necessidade de União de TODA a classe trabapadora para melhor poderem defender os seus reais interesses. E isto na medida em que se sabe que existe uma Confederação que agrupa a

Continua na pág. 6

A arma do sorriso

O tema é cabaz de compras

ANTEMANHÃ DA LIBERDADE

DE

A. VICENTE CAMPINAS

VOLUME DE 120 PÁGINAS, AO PREÇO DE 80$00

À VENDA NAS LIVRARIAS

PEDIDOS À:
C.D.L.
AVENIDA SANTOS DUMONT, 57-C
LISBOA

notícias e comentários

Continuação da pág. 4

grande maioria dos Sindicatos, e dos trabalhadores portugueses, que é a CGTP-IN, cujo secretariado foi livremente eleito por cerca de 1 milhão e 700 mil trabalhadores deste País de Abril. A preparação, a discussão e a elaboração de documentos respeitantes ao grande Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses foram feitas no mais amplo espírito democrático. E esse grande Congresso data, ainda, de há pouco mais de dois meses!

Ora, tudo isto parece ter-se dado num outro país que não o nosso; num outro mundo, que não o nosso... Porque os senhores responsáveis dos negócios públicos de Portugal, senhores membros deste Governo com que Deus parece estar castigando os interesses reais dos trabalhadores, afirmam publicamente — em reuniões do seu partido e, até, (não vale a pena rir da tristeza dos cegos de espírito, amigos!) em entrevistas a jornais estatizados, pagos com o nosso dinheirinho, o dinheiro de todos os portugueses — que neste momento a CGTP-IN é um sonho, uma invenção de espíritos exaltados, que «neste momento não há Central Sindical em Portugal» (assim mesmo, caramba, valente senhor ministro!)

Parece mentira que gente governante, dirigente dos interesses do povo português, fale assim, hoje e aqui, neste país de Liberdade responsável e de Democracia, a caminho do Socialismo! Pelos vistos, tomam os desejos por realidade. E isto para mal dos nossos pecados — e do seu ridículo perante as massas trabalhadoras que acompanharam e elegeram a força do que é hoje a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional!

●

CONGRESSO SINDICAL ESPANHOL

Uma delegação da CGTP-IN, composta por José Alberto Dinis, membro do Secretariado, e José Manuel Carinhas, membro do Departamento Internacional, participou no primeiro Congresso da União Sindical Obrera — USO — de Espanha, efectuado na primeira quinzena de Abril.

No decorrer dos trabalhos do Congresso, que se realizou de 7 a 10 de Abril, em Madrid, a delegação da CGTP-IN expressou a todos os congressistas presentes, a solidariedade de classe dos trabalhadores portugueses e historiou a actividade do Movimento Sindical Unitário português, face ao processo democrático no nosso país.

A Comissão Executiva da USO expressou, por seu turno, a intenção de reforçar a cooperação com a CGTP-IN.

●

AMPLA REUNIÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

Em 2 de Abril, delegados de centena e meia de organizações sindicais reuniram-se no refeitório da C.P., em Lisboa, num plenário da CGTP-IN, com a participação de sindicatos filiados e não filiados, a fim de debaterem problemas relacionados com a actual situação sindical no nosso país.

Durante os trabalhos foi ratificado o pedido de adesão à CGTP-IN de mais dois sindicatos.

Os delegados manifestaram a sua profunda apreensão pelo agravamento cada vez maior das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, que se traduz no crescente aumento do custo de vida, no congelamento da contratação colectiva, no aumento de desemprego, na liberalização dos despedimentos, nos ataques à Reforma Agrária, na devolução das empresas intervencionadas e em autogestão aos sabotadores da economia nacional — política claramente contrária ao espírito libertador do 25 de Abril e à Constituição, e que corresponde às cedências do Governo ao capitalismo e ao imperialismo.

No que se refere à Conferência da O.I.T. foi aprovado, com 5 abstenções, o projecto apresentado pelo Secretariado que contempla tanto os critérios de escolha do representante dos trabalhadores portugueses à Conferência como aqueles que participaram nas secções especializadas. Nesse projecto foi prevista a inclusão de representantes do Secretariado e de Sindicatos filiados e não filiados, no reforço do espírito unitário que caracteriza o movimento Sindical.

No que diz respeito às comemorações do 1.º de Maio (Dia Mundial do Trabalhador) foram aprovados os princípios a que deve obedecer a participação do Movimento Sindical nas comemorações do 25 de Abril, realçando-se o carácter antifascista e libertador dessa data.

Foi aprovado o Programa Geral das Comemorações do 1.º de Maio a levar a efeito em todo o País pelo Movimento Sindical, que se pretende seja uma grande jornada de acção e de luta.

Aprovou-se por unanimidade e aclamação uma moção na qual o plenário reafirma, em nome do Movimento Sindical, a «firme decisão dos trabalhadores portugueses e do seu Movimento Sindical em continuar a cumprir a Constituição e a exigir o seu cumprimento como uma das formas que poderá impedir quaisquer projectos de recuperação capitalista e latifundiária e imperialista que visam sempre o regresso de formas autoritárias e repressivas do exercício do poder».

Também foi aprovada, por unanimidade e aclamação, no decurso dos trabalhos, uma moção de solidariedade com as vítimas da repressão e das torturas do regime fascista brasileiro.

●

INTERCÂMBIO CULTURAL

Esteve em Moscovo o «Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra» — G.E.F.A.C. — numa visita de 10 dias à URSS, onde foi realizar um conjunto de espectáculos. A deslocação fez-se a convite do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos à CGTP-IN, dentro do espírito de solidariedade e intercâmbio cultural existente entre o Movimento Sindical português e soviético.

●

CEDÊNCIA GOVERNAMENTAL AO PATRONATO ESTRANGEIRO

A Marriot Portugal, multinacional com sede nos Estados Unidos da América, dedica-se há muito, em Portugal, ao fornecimento de refeições a aeronaves.

Esta empresa, alegando inviabilidade económica, agarra-se ao Decreto-Lei 84/76 e despede 46 dos seus 245 trabalhadores, depois de já ter despedido 23 trabalhadores em Faro.

O processo decorreu através da Secretaria de Estado da População e Emprego onde os Sindicatos da Hotelaria, Rodoviários e Comissão de Delega-

dos Sindicais deixaram bem claro, com apresentação de casos concretos, que a empresa não sofre de inviabilidade económica mas sim de uma má gestão por parte da administração da empresa que outra coisa não fizeram senão boicotar a economia da empresa e por conseguinte a economia nacional.

Depois de ser encerrado o processo, nada fazia prever que os despedimentos se viessem a verificar e, consciente disso, a administração da empresa, num gesto de desespero, envia, no dia seguinte ao encerramento do processo, um ultimato ao Ministério do Trabalho dizendo que se os despedimentos não fossem consentidos encerrava a sua actividade em Portugal.

Perante este ultimato, o Ministério do Trabalho, completamente indiferente ao problema de 46 famílias lançadas para a miséria, diz, por despacho de 11/4: «nada há a opor à cessação dos contratos de trabalho em causa». Esta decisão do sr. ministro Gonelha, enviada por telex ao patronato e por correio normal ao sindicato, não foi aceite pelos trabalhadores que, reunidos em plenário, com a presença de 235, recusam pagar com o desemprego a fome e a miséria, o lucro do capital estrangeiro.

Os Sindicatos de Hotelaria do Sul, Rodoviários e trabalhadores apelaram para Sua Ex.ª o sr. Presidente da República, Conselho da Revolução e Assembleia da República, para que seja feita justiça a estes 46 trabalhadores, pois nada mais exigem que não seja o direito ao trabalho, tal como está consignado na Constituição.

Em últimas notícias, verificou-se a detenção, pela GNR, de 14 trabalhadores desta multinacional, que pretendiam manter os seus postos de trabalho. Levados pelas «forças da ordem» ao Tribunal de Polícia, numa clara afronta ao direito ao trabalho instituído na Constituição da República, ainda houve um «juiz» que não só não aceitou a interpretação da Lei Fundamental do País, no que confere de direito ao trabalho e ao pão a todos os portugueses, como arbitrariamente condenou esses 14 trabalhadores despedidos a penas de prisão remíveis a dinheiro (imagine-se) o que isso não representará para esses chefes de família empurrados para o desemprego e a fome!) e ao pagamento das custas do processo! Houve a «suprema» benevolência da pena ser suspensa por dois anos. É caso para dizer-se: Ai, valente justiça portuguesa! É dar-lhe (não aos fascistas, é claro) mas aos trabalhadores que os trabalhadores não valem nada, são Zés-ninguém!

E estamos, é bom lembrar, em plena Democracia, a caminho do Socialismo.

●

PREPOTÊNCIA PATRONAL

Insurge-se, e com toda a razão, o Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, contra a associação patronal que rejeita a possibilidade de negociação acerca do contrato que entrou em vigor, retroactivamente, em Agosto de 1975, com o argumento, já utilizado em Junho de 1976, «de que ainda não decorreu o prazo de vigência exigível por lei!»

Para essa associação um contrato que começou a ser negociado em Junho de 1975 não pode ainda ser objecto de revisão!

Incrível, mas verdadeiro!

●

A CGTP-IN PROCESSA O «JORNAL NOVO»

A maneira de se exercer o jornalismo em Portugal, nestes tempos de liberdade, leva muitas vezes os jornais reaccionários a falsearem deliberadamente a verdade para, dessa maneira, tentarem golpear cada vez mais fundo a Democracia e a própria Liberdade em que vivemos, após a arrancada vitoriosa dos capitães de Abril.

É o caso de numerosos semanários e outros jornais declaradamente fascistas, que se publicam presentemente em Portugal. É o caso do «Jornal Novo» que, sempre que pode, vai denegrindo a marcha da nossa democracia para o socialismo, com notícias «sensacionais» que, muitas vezes, não passam de pura fantasia do jornalista. Mas concretamente, num insolente e calunioso ataque à CGTP-IN, acusando-a de querer fazer das comemorações do 1.º Maio «uma grande jornada de luta contra o Governo democrático».

A CGTP-IN intentou uma acção judicial contra esse jornal. Agora, que a justiça seja a mais justa, é o que esperamos venha a acontecer.

alavanca CGTP-IN

ÓRGÃO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES — INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vítor Cordon, N.º 1, 2.º — LISBOA

DIRECTOR: JOSE ERNESTO CARTAXO

LEIA NESTE NUMERO:

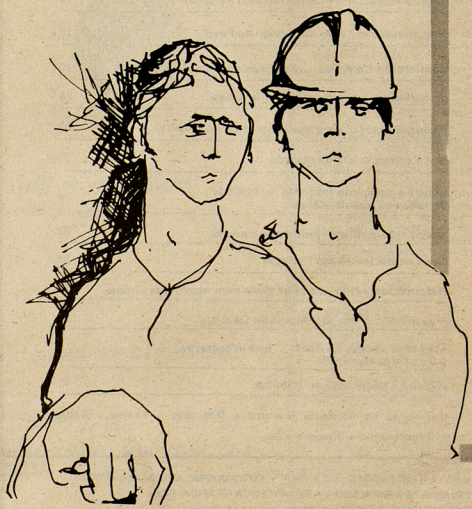
Editorial	8
Três anos de Revolução	10
Política económica e independência nacional	14
Nacionalização... mas ao serviço do Povo	16
Contratação Colectiva — Evolução da situação	20
A mulher e a sua luta pela emancipação	24
Reforma Agrária: os trabalhadores têm a palavra	25
Nova cultura e luta de classes	27
Contra o perigo do fascismo — unidade de todos os trabalhadores	28
Informação jurídica: quotização sindical	30
Centrais nucleares em Portugal	33
Reformados: «Não podemos viver com aquilo que têmos»	36
Previdência — Um ano depois de Coimbra	37
Três anos depois de Abril: — que informação para os trabalhadores	38
Higiene e Segurança no trabalho	40

Um conto de Modesto Navarro • Desporto • Teatro • Rádio • Reportagens • Notícias • Etc.

CAPA E ILUSTRAÇÕES: RUI VIANA • **FOTOGRAFIA:** ARMINDO CARDOSO
COMPOSTO E IMPRESSO NA RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
DISTRIBUIÇÃO: CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

editorial

Unida



As comemorações do terceiro aniversário do acto heróico dos capitães de Abril e do dia internacional dos trabalhadores __ 1.º de Maio __ assumem um importante significado na actual situação do País e dos trabalhadores e constituirão uma demonstração massiva da vontade do povo português em prossequir o caminho da liberdade, da democracia e do socialismo.

A luta pelo futuro a que temos direito foi sempre uma luta difícil mas a confiança e a combatividade nunca esmoreceram.

O derrubamento da ditadura fascista e a instauração das liberdades democráticas e sindicais coroaram a longa resistência do Povo português e criaram novas condições em que a luta se desenvolveu, se aprofundou, se alargou, ganhando milhares de novos combatentes.

O prossequimento da via democrática aberta pela acção libertadora de Abril encontrou fortes resistências daqueles que vinham a perder privilégios incompatíveis com a situação de justiça social que se estava a criar. Para as vencer, os trabalhadores deram uma contribuição decisiva, organizados no seu crescente e poderoso Movimento Sindical.

As nacionalizações e intervenções do Estado, a Reforma Agrária, o controlo operário, conquistas históricas dos trabalhadores portuqueses consagradas na Constituição, são também condições para assegurar a via do progresso que garante a melhoria constante do nível de vida dos trabalhadores e da população em geral. Ten-

nidade na acção

do sido alcançadas na luta contra a sabotagem económica, contra as manobras do capital interno e internacional — contra os abandonos de empresas e a fuga de capitais, a sua realização e concretização deram poderoso contributo para a consolidação duma economia ao serviço dos trabalhadores.

A ofensiva actual desenvolvida pelas forças reaccionárias contra as novas condições de vida é parte integrante da tentativa de destruição completa de tudo o que de positivo foi alcançado desde o 25 de Abril.

Os trabalhadores sabem-no e sentem-no. Por isso, se encontram empenhados na aplicação do Caderno Reivindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos. Por isso o Movimento Sindical tem reclamado a aplicação integral dos direitos que os trabalhadores conquistaram, do direito de serem ouvidos e contribuírem activamente para a resolução dos principais problemas nacionais, que não é mais do que o cumprimento da Lei Fundamental do País — a Constituição.

Lamentavelmente pela parte do Governo Constitucional tem havido uma quase completa indiferença pelos interesses e problemas dos trabalhadores, uma sistemática recusa ao diálogo com as suas organizações, e o recurso à via administrativa para através de decretos pôr em causa as conquistas dos trabalhadores dando assim satisfação às soluções apresentadas pelo grande capital, por aqueles que pretendem a liquidação das conquistas da Revolução e das liberdades democráticas e tem permitido que as forças do capital, desrespeitando diariamente os direitos e conquistas dos trabalhadores, vão recuperando os privilégios perdidos e se vá dando um agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral.

As recentes medidas do Governo — entrega de terras aos grandes agrários e a devolução das empresas intervencionadas, sem a prévia audição dos trabalhadores, os despedimentos sem justa causa, o congelamento da contratação, o aumento do custo de vida — têm originado crescentes dificuldades económicas e graves tensões sociais.

Ao mesmo tempo as ingerências e calúnias do Governo nos assuntos internos do Movimento Sindical crescem diariamente, com o objectivo de submeter os trabalhadores a interesses que lhe são estranhos, recorrendo para isso a manobras que visam a destruição da unidade dos trabalhadores, da unidade sindical.

As comemorações do 1.º de Maio na unidade de todos os trabalhadores, pela defesa das conquistas do 25 de Abril, pela recuperação da economia ao serviço dos trabalhadores, constituirão uma grandiosa jornada de luta pela defesa dos nossos interesses, constituirão a reafirmação da nossa confiança no futuro, da nossa certeza em vencermos as dificuldades actuais, da nossa vontade em concretizar o projecto constitucional libertando o País, e os trabalhadores da exploração.

Três anos decorreram sobre o dia em que o Movimento das Forças Armadas derrubou o derradeiro dos governos fascistas, desarticulou as suas ferozes organizações repressivas e devolveu aos portugueses os seus direitos básicos de cidadãos livres. Três anos, intensamente vividos, volveram sobre esse dia em que milhões de trabalhadores nossos concidadãos saíram para a rua a vitoriar os militares e a recordar-lhes — fraterna e entusiasticamente — que o 25 de Abril não seria um pronunciamento mais, como tantos outros do passado, mas o dia de arranque, a hora primeira de um processo histórico que visa ultrapassar rapidamente o atraso resultante de meio século de obscurantismo e instalar entre os portugueses uma democracia real rumo a uma sociedade sem classes.

Três anos é curto espaço na vida de um homem e

3 ANOS DE REVOLUÇÃO

quase nada conta na história de um povo. Quando, porém, tempo tão limitado é sofrido na carne dos trabalhadores e sentido na sua vontade de atingir a meta do socialismo como aconteceu e acontece entre nós, então o tempo não se mede pelo espaço das horas mas pinga-nos no sangue e escorre na ansiedade de quem trabalha e luta por uma sociedade nova, mais justa, mais fraterna, mais livre.

A MÃO QUE ARMOU OS BOMBISTAS

A jovem democracia portuguesa ensaia os primeiros passos por entre os perigos, as ciladas e os ardis lançados pelos fascistas desapossados do poder, pelos monopolistas que viram nacionalizados os seus poderosos instrumentos de exploração, pelos latifundiários a quem a Reforma Agrária privou dos seus condados e pelo grande capitalismo internacional sedento de garantir nesta «sua colónia» a facilidade da mão-de-obra barata e a contínua disponibilidade de um estado satélite.

Os profundos ataques até aqui sofridos pelas instituições democráticas, pelas organizações políticas progressistas e verdadeiramente representativas dos interesses dos trabalhadores têm partido, invariavelmente, deste seu grupo de inimigos de morte: os fascistas aliados aos grandes senhores do capital financeiro, nacional e internacional. A mão que armou os bombistas ou lançou fogo às searas alentejanas, é a mesma que destila peçonha sobre a Constituição da República e denigre a tarefa patriótica que foi a descolonização. A bolsa generosa, sempre aberta aos agentes da reacção, que pagou mercenários em Angola e terroristas no Minho, alimenta-se de ouro nos grandes centros do capitalismo internacional. Como todos os processos revolucionários genuinamente autênticos, a Revolução portuguesa espelha abertamente, nas vicissitudes, nas contradições, nos avanços e nos recuos registados pelo povo e pelas classes trabalhadoras ao longo destes três anos, a marca inconfundível da luta de classes. À melhor preparação dos quadros reaccionários têm sabido responder as massas populares com a unidade, nos momentos críticos, e com a acção decidida das suas organizações de classe. Esta força dos trabalhadores, esta aguda consciência de classe, esta profunda e aberta opção pela defesa das grandes conquistas populares alcançadas ao longo destes três anos de consolidação da democracia rumo ao socialismo, não se tem revelado apenas nos momentos em que a Revolução se joga em poucas horas, como foi o caso de Julho de 1974, de 28 de Setembro do mesmo ano ou de 11 de Março de 1975.

CADA ANO QUE PASSA

A unidade e a determinação dos trabalhadores portugueses surge, evidente e forte, nas planícies alentejanas ao lançar revolucionariamente, na prática, uma Reforma Agrária que depois surgiria na Lei; ao impor ao Poder as nacionalizações e as intervenções do Estado nas empresas; ao abrir caminho para o efectivo controlo operário; ao pesar sobre o aparelho estatal forçando-o à concessão de amplas liberdades individuais, à liquidação dos monopólios, ao fim das guerras coloniais e à abertura de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo.

Cada ano que passa sobre a data em que os capitães de Abril marcharam sobre Lisboa oferece aspectos inteiramente novos, fruto da vitalidade de um processo democrático em busca da sua própria identidade. Inicialmente impulsivo e generoso, o trabalhador português conheceu o refluxo do ímpeto revolucionário; a amargura do desemprego, das privações, da perda de muito do que conquistara entretanto; a traição de dirigentes em quem confiara.

A tudo têm os trabalhadores portugueses sabido dar firme resposta. Aos arautos da perdição que ajudavam as suas «profecias» com cortes de créditos, com a recusa de entrega de sementes e adubos, com a

3 AN
DE RE

obstrução das vias de escoamento do produto agrícola e com a devolução de terras, postas a render pelo suor e pelo heróico esforço dos trabalhadores alentejanos, ao agrário desejoso do regresso aos áureos e saudosos tempos do fascismo, responderam os trabalhadores dessa grande fábrica que é o Alentejo, com a solidariedade operária, com a enorme certeza das suas convicções patrióticas e com o duplicar de esforços.

As afirmações daqueles que estavam — e continuam a estar — interessados na divisão dos portugueses do Norte contra os portugueses do Sul, dos que jogavam — e continuam a jogar — nos horrores de uma guerra civil para atingirem os seus objectivos de exploradores do homem, replicaram os trabalhadores agrícolas e os operários das vastas zonas semiabandonadas do Centro e do Norte do País, com a formação de crescente número de Cooperativas de produção, com o estabelecimento de ligas de pequenos e médios produtores, com uma ligação cada vez mais estreita ao operariado urbano, com a agudização e esclarecimento da sua consciência de classe.

AS TENTATIVAS FASCISTAS

Às bombas terroristas souberam os trabalhadores portugueses retorquir com a reflexão. As tentativas fascistas de divisão das massas tiveram, como resultado imediato, o unir das fileiras dos operários, dos camponeses e dos homens honestos de Portugal. Às decisões de um Poder político muitas vezes alheado da Constituição que lhe cumpre defender e profundamente comprometido na recuperação capitalista, atalharam os que fornecem à comunidade a sua força de trabalho, com a intensificação do espírito unitário das classes trabalhadoras, com a firme recusa da resposta a provocações e com o alargamento e consolidação das suas estruturas de classe.

Graves perigos espreitam, no entanto, o movimento operário e o futuro da própria Revolução. À medida que a imensa massa dos trabalhadores portugueses foi aderindo ao processo revolucionário e soube organizar-se e fortalecer-se em torno da sua Confederação, dos seus sindicatos e das suas comissões de trabalhadores, ganharam tempo os fascistas camuflados no aparelho do Estado, a direita conservadora e reaccionária agrupada inconstitucionalmente em associações de índole fascizante, promotoras da violência, como a CIP ou como a CAP, para a ocupação silenciosa dos postos-chave da administração, para a garantia de lugares dentro do próprio Governo e para o estabelecimento de ligações solidamente planificadas com os centros de decisão do capitalismo monopolista e com as superstruturas da subversão contra-revolucionária.

O desenvolvimento da linha política adoptada e conduzida por uma parte dos órgão do Poder, lançou no desemprego muitos milhares de portugueses, provocou a subida em flecha dos preços do mercado, agravou o desequilíbrio da balança comercial, praticamente esgotou as disponibilidades em reservas de divisas, enfeudou o País aos empréstimos estrangeiros, fez baixar a produção, reduziu a níveis próximos dos índices de miséria característicos dos tempos do fascismo, o poder de compra dos trabalhadores e não avançou, por pouco sequer, na solução dos problemas de fundo da sociedade portuguesa.

A LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Ao ser virada mais uma página da Revolução de Abril sobre a efeméride que passa, ressalta como nota saliente que o primitivo campo revolucionário se dividiu em dois sectores distintos: um destes campos desviou-se para a direita, perdeu toda a motivação revolucionária e encabeça, na prática, a longa lista das reivindicações e das acções propostas pelos antigos senhores desapossados e pelas exigências do capital monopolista. O segundo sector revolucionário mantém viva a chama das suas tradições de resistência antifascista — bem anteriores a Abril de 74 — apoia-se firmemente nas massas trabalhadoras, enquadra-as e organiza-as em função da defesa da Constituição e da Democracia rumo ao Socialismo, e representa uma realidade confortante, em relação ao presente, uma firme esperança, nas perspectivas de

um futur
do.
Os tra
gueses,
ração,
zações
monstra
em cada
lar do p
nário, se
defensor
democrá
Constitu
Toda a
Povo po
do, ao
anos de
25 de Ab
violência
violência
tada nã
sões, pe

bistas, p
mas — a
de forma
pelos de
tivos, p
políticas
tos disfa
lamento
faltas c
ciações
lectiva,
famílias
tação il
pela de
tas, pel
dos, pe
máquina
e qualq
tuação
me con
contra a

Todos
contra a
tra a col
velam U
de class
trar que
cionário
ponde,

um futuro não muito afastado.

Os trabalhadores portugueses, a sua Confederação, as suas organizações de classe, já demonstraram, longamente, em cada passo do desenrolar do processo revolucionário, serem os principais defensores da legalidade democrática consignada na Constituição da República. Toda a violência a que o Povo português tem assistido, ao longo destes três anos decorridos a partir de 25 de Abril de 1974, é uma violência de direita, uma violência fascista representada não só pelas agressões, pelos atentados bombistas, pelos fogos postos mas — igualmente e não de forma menos violenta — pelos despedimentos colectivos, pelas perseguições políticas, pelos saneamentos disfarçados, pelo congelamento dos salários, pelas faltas consentidas às negociações da contratação colectiva, pelos despejos de famílias sem lar, pela exportação ilegítima de divisas, pela destruição de colheitas, pela matança dos gados, pela sonegação de máquinas, enfim, por toda e qualquer forma de actuação que represente crime contra o Povo e crime contra a Revolução.

Todos estes atentados contra a humanidade e contra a colectividade social revelam um nítido conteúdo de classe e vêm demonstrar que o processo revolucionário português corresponde, no essencial, ao jogo de forças e ao antagonismo de classes amplamente demonstrados em toda a parte do mundo, onde quer que o homem se tenha erguido contra a exploração do homem.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, é pedra básica da grande vaga de fundo da sociedade nova que em Portugal se constrói e há-de ser livre, profundamente democrática, amiga de todos os povos do mundo, inimiga mortal da exploração do homem pelo homem, garante de que a terra será de quem a trabalha e o Poder de quem produz. Nenhuma manobra divisionista, por imensos que sejam os fundos internacionais com que possa contar, será capaz de lançar trabalhadores portugueses contra trabalhadores portugueses. A experiência tem demonstrado que cada novo ardil do capital, cada nova manha com a intenção de dividir e de dominar os trabalhadores portugueses, tem redundado no resultado contrário: no reforço da unidade dos que trabalham, em torno da sua Confederação e dos seus sindicatos verdadeiramente representativos.

UNIDADE E ORGANIZAÇÃO

A recente realização do Congresso de Todos os Sindicatos, a capacidade de mobilização dos trabalhadores revelada no decurso da fase preparatória e durante a análise das conclusões são factores só por si suficientes para avaliar da amplitude que, em três anos incompletos, a CGTP-IN soube alcançar através do apoio militante de milhões de trabalhadores portugueses.

Os três anos que passaram sobre o dia inesquecível de 25 de Abril de 1974 são, portanto, ricos em ensinamentos que devem merecer, a cada trabalhador português, uma profunda reflexão.

Ensinamentos, quanto às causas dos erros cometidos pelas classes trabalhadoras. O individualismo, a improvisação, o sectarismo, a incapacidade em estabelecer prioridades, são desvios que se encontram em todos os processos de transformação social e política.

Ensinamentos, quanto à estratégia e às tácticas do inimigo de classe: a divisão dos trabalhadores, como estratégia geral; a demagogia e o verbalismo, como tácticas preferidas; a recuperação capitalista e anulação das grandes conquistas dos trabalhadores, como objectivo final.

Existem fundas razões para que encaremos o futuro da Revolução portuguesa com a maior confiança. Os dias difíceis que — sem a mínima dúvida — nos aguardam, serão vitoriosamente vividos por milhões de trabalhadores unidos, fortes, firmes na defesa dos direitos constitucionais merecidos ao longo do tempo, pelos sacrifícios indescritíveis de tantos dos seus filhos sujeitos à fome, à perseguição, às torturas e às measmorras fascistas. Nessa escola se forjou a grande e coesa classe trabalhadora que agora surge perante os olhos atónitos dos altos mentores da reacção.

Encaremos o futuro com a prudência dos sábios e com a tranquilidade dos fortes.

JORGE MESSIAS

ANOS REVOLUÇÃO

POLÍTICA

e independência nacional

No artigo do «ALAVANCA» anterior, ao analisarmos a orientação da nossa economia referimos que ela se caracteriza também por ser uma política de submissão ao imperialismo. Foi nomeadamente focado que as «receitas aviadas» pelo Fundo Monetário Internacional para os países vítimas da sua generosa ajuda estarem a ser levados à prática pelo Governo.

Os tecnocratas que defendem (timidamente embora) a orientação económica actual do Governo justificam uma tal política dizendo ser necessário recorrer aos empréstimos estrangeiros e ao investimento das sociedades multinacionais para diminuir o défice externo e o desemprego. Ou seja para «minorar» estes problemas estão voluntária e conscientemente a retirar ao País a nossa capacidade interna para resolver de facto os nossos problemas e consequentemente a agravá-los. Vejamos alguns aspectos concretos.

No campo das exportações já hoje uma parte substancial é assegurada por empresas multinacionais, resultado da política económica desenvolvida nos últimos anos do fascismo. É evidente que esse facto lhes permite exercer pressões e chantagens sobre os órgãos de soberania para garantir os seus lucros, cada vez maiores. Exemplos têm-nos os trabalhadores muitos, em casos de despedimentos, de recusa de pagamento dos salários fixados por contratos, etc. A esses há que acrescentar a transferência ilegal de lucros para o estrangeiro, a recusa de utilizar toda a capacidade produtiva instalada, etc. Pensar e agir como se com a instalação de novas multinacionais (para o que estas exigem a revisão, de acordo com a sua vontade, do código de investimentos estrangeiros, além de garantias políticas) virada para a exportação pudesse resolver as insuficiências da nossa exportação é contribuir para agravar a nossa dependência.

No campo das transferências de tecnologia, aspecto tanto mais grave quanto difícil de analisar e quantificar (no País, porque os «especialistas» estrangeiros têm acesso aos dados necessários), a situação é caótica, em termos da nossa desejável independência. Em quase todos os sectores, em empresas de várias dimensões as imposições dos vendedores estrangeiros de

A CGTP-IN foi consultada através de um ofício da Secretaria de Estado do Planeamento sobre um documento elaborado por esta e intitulado «as grandes opções do plano 77/80 — perspectivação política».

Reafirmando a sua disposição de dialogar com o Governo, o Secretariado da Confederação elaborou um texto de resposta em que são reiteradas algumas das posições que foram definidos no Congresso de Todos os Sindicatos.

ECONÓMICA

tecnologia cerceiam as possibilidades de desenvolvimento da nossa própria tecnologia, de utilização da que pagamos, e, ainda por cima, nos projectos de investimentos que estão a ser programados (os casos da central nuclear, de Sines são mais um exemplo) pelo Governo, o problema é encarado com indiferença que quase se pode classificar de desprezo.

É sem dúvida noutro campo que a influência estrangeira na nossa economia aparece mais claramente: no campo da política económica, incluindo o recurso a empréstimos estrangeiros, de cidida pelo Governo. De tal forma que relatórios elaborados por «especialistas» estrangeiros sugerem a adopção desta ou daquela medida e o Governo pressuroso a executa, justificando-a por vezes com as «pressões» a que está submetido. Ocorreu desta forma a desvalorização do escudo, as restrições aos aumentos de salários, a nova lei dos despedimentos, as indemnizações aos capitalistas, a devolução de empresas aos sabotadores e de terras na zona da Reforma Agrária.

Tão clara é esta política, no que se refere às suas causas e efeitos, que até jornais que a defendem confessam com despudor quem a aconselha, ou seja as instituições internacionais do imperialismo.

OS PARTIDOS DA DIREITA E DO CAPITAL APOIARAM E APOIAM ESTA ORIENTAÇÃO ECONÓMICA PROSSEGUIDA PELO GOVERNO. Coerentes com os interesses de classe que defendem não deixam porém de aumentar essas pressões reaccionárias e de tentar retirar da suas consequências, nomeadamente no que se refere à alta do custo de vida, dividendos políticos. Ou seja, depois de pressionar o Governo para tomar as medidas que contribuem decisivamente para o aumento de preços, berram e gesticulam que o Governo é o responsável e que se fossem eles a governar isso não aconteceria.

Denunciar firmemente esta manobra é tarefa de todos, dirigentes e delegados sindicais. Mostrar que a política do Governo **corresponde aos interesses e é consequência das suas cedências à direita**, e que seria ainda mais grave se fossem os partidos reaccionários a decidir da política económica é essencial para desmascarar as suas intenções.

O PROSSEGUIMENTO DESTA POLÍTICA ECONÓMICA NÃO DEIXARÁ DE AGRAVAR AINDA MAIS OS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES — desemprego, diminuição do salário real, deterioração das condições de vida. O que se passa com as crescentes arrogâncias do patronato ameaçando «a torto e a direito» com despedimentos selectivos constitui uma peça integrante da criação de condições de insegurança indispensável para que os trabalhadores desistam de lutar pelos seus direitos.

O prosseguimento desta política económica não resolve os problemas do País. A acumulação de capital indispensável para o arranque económico em vez de se efectuar nos sectores controlados pelo Estado, tem lugar nos circuitos de distribuição, em particular nos grandes intermediários parasitas, que sempre o utilizaram na especulação e nos consumos de luxo, e vão continuar a fazê-lo. A creditar-se na boa vontade das multinacionais para «resolver» o problema de acumulação e do investimento é fingir desconhecer que estas têm a sua lógica própria e actuam de acordo com ela e recusar-se, na prática, a prosseguir internamente medidas que combatam a especulação.

Esta política «suicida», como a classificou o Plenário da CGTP-IN de 1 de Março, arrastará para o descalabro económico o País e a própria democracia. Levada até às últimas consequências esta política virá a obrigar à necessidade crescente da repressão sobre os trabalhadores para assegurar a sobreexploração e os lucros crescentes.

Esta política que não vai, nem quer ir, à raiz dos problemas para os solucionar, leva a que a cada nova cedência aumentem as condições objectivas para a próxima, hipotecando completamente as possibilidades dos órgãos de Poder democrático funcionarem autónomamente e de acordo com os interesses nacionais a política económica que a situação impõe. Sendo conhecido, por exemplo, que o Fundo Monetário Internacional considera necessário que as desvalorizações sejam maiores em percentagem que a taxa de inflação interna, das duas uma: ou a taxa de inflação é reduzida ou nova desvalorização terá de ocorrer (provocando um novo e poderoso impulso de aumento do custo de vida).

A resistência organizada dos trabalhadores tem dificultado e impedido o agravamento ainda maior da situação económica e cria as condições para a sua alteração.

A capacidade que os trabalhadores têm demonstrado em enfrentar os problemas económicos e financeiros do respectivo sector ou empresa, as concretizações que tem sido possíveis, apesar de quase sempre o aparelho de Estado não ter correspondido ao seu esforço e às suas propostas, são uma clara demonstração do que poderá ser o desenvolvimento económico assente na vontade e mobilização conscientes dos trabalhadores.

A CGTP-IN FACE AO PLANO 77/80

Considerando que o expresso no Plano acerca da criação, durante o quadriénio, de 400 mil novos postos de trabalho, corresponde no essencial aos interesses dos trabalhadores e da economia nacional, o secretariado da CGTP-IN, a propósito das medidas enunciadas pelo Governo, cita uma passagem do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores portugueses que refere a necessidade de medidas imediatas «que defendam as conquistas dos trabalhadores, melhorem as condições de vida e contribuam para o desenvolvimento económico».

No documento de resposta pode ler-se a dado passo:

«Desde que seja assegurado que a política económica e social beneficiará efectivamente os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas do nosso povo, e além disso seja garantida a ampla participação organizada dos trabalhadores na definição dessa política, o Movimento Sindical mobilizará activamente todos os trabalhadores para a solução dos graves problemas económicos, financeiros e sociais do País.»

Afirmando que à prática corrente do Governo não pode deixar de suscitar sérias reservas ao Movimento Sindical, pois é usual que a seguir às declarações do Governo de intenção positiva, sejam tomadas medidas concretas que as contrariam frontalmente, o Secretariado da CGTP-IN refere o facto de não ser suficiente a definição de objectivos genéricos. É necessário, para que eles sejam atingidos, que os trabalhadores possam participar de uma forma organizada na elaboração das medidas de política económica.

A terminar reafirma-se a convicção de que nenhum projecto para a resolução dos problemas económicos, dentro do espírito constitucional, é viável sem a participação activa e o empenhamento consciente dos trabalhadores.

A Siderurgia Nacional nasce em 1955, com a concessão do exclusivo por dez anos (que mais tarde será ampliado por mais quinze) para exploração da indústria siderúrgica nacional. Desde logo o alvará e as disposições subsequentes garantiram excepcionais condições de protecção, que, a curto prazo, alcançava uma taxa de lucro superior a 15 por cento.

Esta taxa de lucro nunca foi posta ao serviço do Povo nem, tão pouco, dos produtores directos da riqueza e dos que pagaram os investimentos, sem qualquer proveito: os trabalhadores protugue-

NACION

SIDERURGIA NACIONAL

... mas ao

NÃO basta dizer-se que uma empresa está nacionalizada para que, de um dia para o outro, os benefícios de tal medida se venham a concretizar. O processo é difícil e exige muitos sacrifícios. Os trabalhadores da SN estão bem cientes disso mesmo e não se escusam a eles. Só que **«eliminar e impedir a formação de monopólios privados (...) bem como reprimir os abusos do poder económico e todas as práticas lesivas do interesse geral»** e **«impulsionar o desenvolvimento das relações de produção socialistas»**, (artº 81, alíneas g) e n), não têm sido as tónicas imprimidas pelo Governo Constitucional.

AUMENTO DA PRODUÇÃO

Com efeito, segundo nos afirmaram os representantes da Comissão de Trabalhadores e dos Delegados Sindicais da SN, têm sido grandes os entraves e enormes as difiuldades criadas à empresa, pelas entidades governativas e pelo boicote que essas entidades permitem que se faça, encapotada ou abertamente.

Assim que, por exemplo, neste momento, o Governo ainda não tenha aceite a nomeação democrática, feita pelos trabalhadores, de dois elementos para o Conselho de Gerência, por razões que __ consideram os trabalhadores __ **«são de cariz eminentemente político»**.

Para além disso, não se procedeu a um conveniente saneamento, na empresa, de indivíduos **«ligados à reacção ou contra-revolução e que não têm qualquer pejo em prejudicar a actividade desta, quer por intermédio do boicote económico ou terrorista, quer pela prática do boato alarmista ou caluniosos»**. E, acrescentam os camaradas com quem conversámos, **«que a empresa continua nas mãos do «Chapa» (o Champalimaud); uma vez que ainda se encontram à frente de postos chave, indivíduos da confiança deste, tanto na empresa, como no próprio Governo»**. No caso vertente indicam os nomes do engº Nobre da Costa, Ministro da Indústria e Tecnologia e de Baião Horta, Secretário de Estado da Energia e Minas que foi, igualmente, o Director da Siderurgia Nacional, ao tempo do Champalimaud...

Apesar disto, e depois de se ter feito um profundo trabalho de consciencialização dos trabalhadores, tendo em vista a defesa e prossecução das novas relações possíveis de produção, após a nacionalização, tem-se vindo a assistir a uma melhor relação de trabalho, a uma maior facilidade de pôr em prática o plano de organização e, também, a um aumento de produção.

Fixemo-nos neste último ponto, isto é, no aumento da produção, para que se veja claramente que, quando os trabalhadores organizados e conscientes das suas responsabilidades e sem a interferência dos exploradores capitalistas, lançam «mãos à obra», todos, sem excepção, estamos a beneficiar. E isto apesar das condições deficitárias em que a empresa foi deixada pelo Champalimaud e seus capangas instalados, ou não, nos Governos de Salazar e Caetano e, mesmo, como já se viu, no próprio Governo Constitucional, de depois do 25 de Abril; e apesar, ainda, de toda a trama de boicote económico descarado que se pratica actualmente, como adiante constataremos.

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional conseguem obter, em 1976, o 4º melhor ano de produtividade, desde 1961, no que respeita à produção global; e o 2º melhor ano no PPL (Produção de Produtos Planos), apesar da paragem de 1 mês para férias, imposta pela Comissão Administrativa da altura, contra a opinião e vontade dos trabalhadores.

1973 __ O ANO «GRANDE»

Haverá, naturalmente, quem possa, maldosamente, dizer que são, só, o 4º e o 2º lugares. Mas há que pensar e considerar os reflexos que o ano de 1973 teve para a empresa.

Com efeito a ânsia de lucros do Champalimaud e dos homens a ele directamente ligados (não esqueçamos que em 1973 o sr. Baião Horta era o homem que estava à frente da SN), era de tal ordem que, à custa da exploração desenfreada de homens e máquinas, 1973 se tornou no ano «grande» da empresa (para Champalimauds e quejandos, está bem de ver).

Na verdade, e a título de exemplo, refiramos que os lucros líquidos, nesse ano, foram de 392 mil contos! Mas, se se tivessem autorizado os aumentos pedidos pela Administração da SN, esse valor passaria a ser da ordem dos 660 mil contos.

Isto significaria, apenas, que a taxa de rendabilidade de capitais próprios passaria de 28 para 50 por cento. Para ficarmos com uma ideia aproximada do que isto representa em termos de lucro, bastará dizer que uma taxa de 12-13 por cento é considerada boa.

No entanto, «Só» apontámos a mais-valia que, por certo, não foi utilizada para beneficiar a empresa e, menos ainda, os seus trabalhadores. Mas será bom não esquecer que este ano de 1973 (que não é representativo de uma política isolada), representou, igualmente, graves doenças profissionais para os operários (silicose, tuberculose, impotência sexual precoce), acidentes de trabalho (alguns provocando a morte) e uma abusiva e irremediável utilização das máquinas.

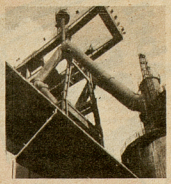
É claro que, por isso mesmo, ainda hoje existem cerca de 400 trabalhadores por recolocar e vários sectores da empresa que não funcionam com a máxima operacionalidade. Não é para admirar. Mas é de louvar e admirar, isso sim, que apesar da pesada herança deixada aos trabalhadores, estes ainda tenham avançado os magníficos resultados, da produção de

ses. A quem servia, então, a mais-valia, ali produzida? Naturalmente que à minoria exploradora, detentora do poder económico; ao Champalimaud e aos seus lacaios, grandes monopolistas do aço.

Com as novas condições criadas a partir do 25 de Abril de 1974, os trabalhadores, tendo em conta a necessidade de pôr em prática uma política economica antimonopolista e antilatifundista, defendem, claramente, a nacionalização da empresa, de modo a colocá-la ao serviço do Povo português, considerando, ainda, que tal medida iria permitir o controlo do poder político sobre o poder económico.

Foi, pois, na 1.ª Assembleia Unitária dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, realizada em 25 e 26 de Janeiro de 1975, e que contou com a presença de trabalhadores e técnicos, que se apontou para a necessidade de se proceder à nacionalização da empresa.

E foi através do Decreto-Lei n.º 205-F de Abril de 1975 que essa importante medida se tornou uma realidade, e «uma conquista irreversível das classes trabalhadoras» (art.º 83.º, n.º 1, da Constituição).



ONALIZAÇÃO

as ao serviço do povo

1976.

E não estamos, agora, a levar em conta as miseráveis condições de trabalho e segurança, de falta de higiene, de uma digna e eficiente assistência médica e social, dos gases nocivos respirados pelos operários, durante todo o dia, durante toda a vida. Isso poderá ser objecto de uma próxima reportagem.

Actualmente, como já afirmámos, desencadeia-se um escandaloso boicote à Siderurgia Nacional. Depois da nacionalização da empresa, e até ao 25 de Novembro, altura em que a SN necessitava com premência de ter uma forte «carteira de encomendas», esta decresce assustadoramente. Os trabalhadores, através da sua Comissão de Trabalhadores (COTRA), trataram de averiguar as causas do fenómeno, acabando por verificar, contactando com outras Comissões de Trabalhadores, que as empresas de armazenistas (intermediários) deixaram reduzir, intencionalmente, os seus «stocks» a zero, informando os seus trabalhadores que a culpa era atribuível à SN (já nacionalizada, claro!), pois que esta não quereria fornecer o ferro. A velha e perigosa tentativa de lançar os trabalhadores uns contra os outros, dividindo-os. Foi, naturalmente, uma tentativa gorada. Essa fase difícil foi ultrapassada, mercê, também do recurso à exportação, para países amigos e solidários (Roménia, Hungria, Egipto, Líbia, etc.).

SIDERURGIA NÃO É BANCA

Depois do 25 de Novembro, a táctica utilizada pelos inimigos dos trabalhadores, no caso específico da SN, é outra bem oposta. Mas vejamos como ela se processa.

Conhecedores da capacidade de produção da SN, os armazenistas intermediários fazem encomendas gigantescas, superiores àquilo que a empresa pode produzir, mesmo laborando em plena utilização de meios. À primeira vista, ter uma enorme «carteira de encomendas», até parece desejável. Mas quando, como é o caso, essa «carteira» ultrapassa, largamente, as possibilidades de uma empresa, isso torna-se num factor negativo, tanto para a empresa, como para a própria economia nacional. Porquê?

É mau para a Siderurgia porque, nas actuais condições, são muitas as empresas que devem dinheiro à SN, que está a funcionar, relativamente a estas, como Banca, o que é incomportável. Por um lado, a verdadeira Banca (a nacionalizada, também), não concede crédito a essas empresas («por imposição do Governo»), para amortizarem, ou pagarem mesmo, a dívida à SN; por outro lado, a Administração pre-

Continua na pág. 24

Abril 30

ACTOS CIENTÍFICOS DESPERCEBIDOS

Viajar no espaço, subir à estratosfera, tornou-se de tal maneira normal que, muitas vezes, até parece passar despercebido para a maior parte dos habitantes do nosso planeta o grande feito científico de homens viajarem em redor da Terra a centenas de quilómetros sobre as nossas cabeças. O que há escassos anos era tido como acontecimento de estranha e primordial importância, hoje quase ninguém se interessa em acompanhar, quer através dos jornais, quer através dos outros meios de comunicação social. Até porque, em boa verdade, tais órgãos de informação pouco espaço e tempo dedicam a tão importantes feitos científicos. Adiante.

Quando, há pouco mais de uma dezena de anos, os homens eram catapultados para além da órbita terrestre, todo o mundo seguia as peripécias das suas viagens em redor do nosso planeta com grande curiosidade,

mesmo com natural emoção, a que certa dose de ansiedade se mesclava. Os jornais de todos os recantos do mundo enchiam as suas primeiras páginas com grandes títulos, com numerosas fotografias, com emocionantes relatos. As emissões de rádio e de televisão de todas as latitudes falavam, e mostravam imagens, relatando minuciosamente tudo quanto a essas ousadas aventuras no cosmos dissesse respeito.

Ora, há pouco mais de um mês, dois cosmonautas soviéticos foram lançados no espaço. Fizeram a ligação com uma estação orbital que há urís anos anda lá por cima a cirandar, sem dar vistas e que já tem recebido a visita de anteriores viajantes do cosmos. Desta vez, como acontecera com seus antecessores colegas, estes dois cosmonautas soviéticos abandonaram o vaso espacial em que tinham sido expedidos para essa viagem, passando-se com armas e bagagens para a estação orbital. E, dentro dela, executaram trabalhos do maior valor científico, a fim de servirem de estudo para os homens do presente e do futuro que, naturalmente, um dia poderão passear em redor da Terra, como quem hoje viaja pelos confins do mundo, com objectivos turísticos, culturais ou comerciais...

Pelos vistos, os meios de informação visual, falados ou escritos pouca importância deram a este acontecimento. Como consequência, as pessoas também ou não deram pela coisa, ou pouco se interessaram por ela. Resultado dos tempos que estamos a viver?

QUEM ACODE? QUEM NOS ACODE?

Continua a subida dos preços dos artigos de primeira necessidade. Mais em conformidade com o que (infelizmente) se passa: — A subida de preços fere tudo quanto é artigo de muita, de pouca ou de nenhuma necessidade. Necessidade física (alimentos, vestuário, etc.). Necessidade espiritual (jornais, livros, discos, cinema, etc.). Necessidade na doença (consultas, medicamentos, internamentos, intervenções cirúrgicas, etc.). Mas muitos outros etc. etc. não cobiriam, se houvesse a intenção de falar em tudo quanto assustadoramente aumenta de preço quase todos os dias, a imensa camada de artigos que, custando cada vez mais caro, nos força a cada vez mais não lhe podermos chegar, com os nossos parcos ordenados e salários. Os artigos sobem de preço e aumentam as dificuldades do pobre e pacato cidadão trabalhador que tenha de viver (de sobreviver, ficaria melhor) com tamanhas dificuldades para não se deixar afundar na miséria real, no próprio desespero, que ameaça bater à porta de cada um de nós.

Há dias foi o preço do pão que aumentou. E o pão é de cada dia (como no padre nosso, quando se pede ao Senhor...) Foi este, o «pequeno» aumento: o de 1.ª qualidade sofreu (é o termo real) mais 33 por cento no preço que tinha. E o de 2.ª qualidade, o pão dos mais pobres dos pobres (e são também os mais numerosos dos cidadãos portugueses) sofreu «apenas»

um aumento de preço na ordem dos 90 por cento !!!

Ainda ontem, a batata, outro produto indispensável para os pobres, (tão indispensável como o pão de cada dia, dai-nos Senhor...) que já tinha subido de forma escandalosa do ano passado para este, era vendida a 9$50 por quilo. Hoje, já se não consegue apanhar, comprar, esse simples mas precioso produto alimentar por menos de 15$00 cada quilo! De um dia para o outro, a mesma, a mesmíssima batata «foi enriquecida» (ou enriquece os intervenientes na sua venda) na «modestíssima» sobrecarga de cerca de 60 por cento (sessenta, sabes ler, amigo Zé? Ou nem é preciso saberes ler para sentires na pele, sofreres no estômago, a falta desse fundamental produto alimentício!).

Bem, amigo Zé. Se por felicidade tens trabalho, não estás desempregado, já sabes: o Governo não permite que os salários e os ordenados aumentem mais de 15 por cento. É a austeridade que o exige. E mesmo, em muitos casos, quando se consegue esse aumento (reduzidíssimo em comparação com o aumento dos preços nos artigos comestíveis e outros) já é uma vitória arrancada a ferros sobre os capitalistas exploradores. Conseguindo esse aumento de salário, até pode dizer-se que devemos dar-nos por (in)satisfeito. Estamos em tempo de (feroz e não generalizada) austeridade, como se sabe...

Só é pena, só é triste, que essa mesma austeridade não seja sentida por todos, mas por TODOS os cidadãos portugueses. Muitos deles conhecemos nós que não prescindem, de forma alguma, de seus arreigados hábitos burgueses, que já vêm do tempo da «outra senhora»... Para esses senhores, a palavra, o cumprimento da austeridade, não pode ser praticada, não existe nos seus dicionários. É palavra vã, sem nenhum sentido para os grandes senhores. Eles continuarão, mesmo sob o peso gritado da necessidade de sermos austeros, em tempos difíceis porque atravessa o Povo português, a desfrutarem de tudo quanto é bom e caro, porque o dinheiro não lhes falta...

A palavra austeridade é dura face, punhal fino, apontado em todo o momento, ao coração dos pobres. Para os ricos, ela só terá significado no futuro. No futuro quando, prosseguindo a batalha pela defesa e pela aplicação de quanto está inscrito na Constituição da República, o Povo trabalhador português leve a Democracia para a situação de uma sociedade socialista. Para uma sociedade em que não mais existam escravos e senhores, exploradores e explorados. Porque ninguém, força alguma, consegue travar a roda da história. A Humanidade caminha para a sua libertação.

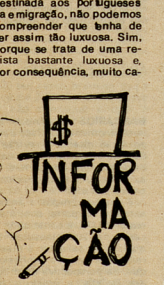
Vale aos pobres, à maioria da população portuguesa, esta compensadora esperança, esta feliz certeza.

«PORTUGAL INFORMAÇÃO»

Natualmente que gostamos das publicações com bonita apresentação. Desde que o seu conteúdo, também (naturalmente) seja bom. Mas, no que concerne ao número doze de «Portugal Informação», que temos presente, queremos fazer algumas considerações. Ou reparos. Com carácter de críticas? Pois seja. Admitamos que com carácter de

crítica. Mas de crítica construtiva. Porque, segundo nos quer parecer, esta muito ilustrada (brilhante de papel e de numerosas fotografias) revista mensal, propriedade da SECS, isto é, da Secretaria de Estado da Comunicação Social — o que, trocado por miúdos, nos diz que é também muito nossa, do Povo português que, ao fim e ao cabo, é quem a paga — desde-há-se essencialmente aos emigrantes portugueses. Às parcelas mutiladas da força de trabalho da nossa Pátria a vender-se por esse mundo de Deus... do deus dos capitalistas internacionais. Mas, mudemos de assunto. Vamos ao que agora nos interessa.

Ora, sendo essa revista destinada aos portugueses na emigração, não podemos compreender que tenha de ser assim tão luxuosa. Sim, porque se trata de uma revista bastante luxuosa e, por consequência, muito cara. Não é somente pelo facto de ter capa a quatro cores. Mas, sobretudo, por essa revista ser feita em papel especial. Um papel bastante caro, caríssimo, mesmo! Quando, bem vistas as coisas, poderia fazer-se uma boa revista, embora infinitamente mais modesta, menos dispendiosa, mais consentânea com as reais capacidades económicas do nosso país. Mais a mais, num tempo de gritada e exigida (aos outras, parece-nos...) austeridade, que até é gritada em numerosas campanhas oficiais!



Porque, tal e qual essa revista está a ser feita, ela deve custar os olhos da cara! Deve custar ao SECS (ao Estado, ao Povo, é claro) umas bastante largas centenas de contos de réis por cada número! E, também, porque a sua tiragem é de 50.000 exemplares. E porque a sua distribuição é gratuita, mesmo se se tivesse de incluir os portes de correio. E, finalmente, porque não tem publicidade paga que possa atenuar, um tanto, o seu custo.

Sobre conteúdo «pluralista», muito haveria para dizer. Deixemos esse trabalho aos próprios leitores dessa revista. O que não queremos deixar de referir é que até para os próprios portugueses, trabalhando duro na estranja porque na sua/nossa terra não existem condições de trabalho para eles, esse (desnecessário) luxo pode parecer-lhes até uma afronta às suas modestas condições económico-sociais. Ou não lhes parece que assim seja, senhores responsáveis pelo «Portugal Informação»?

BANHOS DE SOL... E DE AR LIVRE

Um cidadão aviador americano deve estar a rebentar de riso, a esta hora. Deve rebentar de riso, de cada vez que se lembre das suas peripécias em Portugal. Ou quando (re)contar essa história aos seus aventureiros amigos. A maneira como ele trocou dos guardas que o guardavam, e ao seu avião apreendido (aquela máquina!!!) é de nos escangalhar de... tristeza! Não de riso, como a esse sujeito americano. Mas de tristeza e de raiva. Tristeza, por mais uma vez se constatar a inocência (será somente isso?) dos nossos guardas. Raiva por se saber que um americano qualquer abusou da ingenuidade de autoridades portuguesas.

Com a mais espantosa das naturalidades, esse bandoleiro internacional (que poderia ter causado, com a sua fuga, catástrofes aéreas de imprevisíveis consequências) pediu ao guarda para dar um banho de sol ao seu aviãozinho, húmido e triste (aquela máquina!!!). E, por mais estranho que pareça, pois o avião estava apreendido, (a pedido da República Popular de Angola) e tinha os reservatórios atestados de combustível, o pedido foi satisfeito.

E «aquela máquina» voou tão rápida; e o espanto de quem assistiu a essa fuga foi tão profundo e prolongado, que somente cerca de meia hora depois do insólito acontecimento é que se pediu para que aviões de caça fossem em perseguição d' «aquela máquina» !!!

Resultado: o bandoleiro americano já ia sobre os Pirinéus, quando isso se deu. De nada serviu gastar-se tanto combustível com os dois caças, se de antemão se sabia que o avião do fugitivo era ajudado por dois potentes e rapidíssimos motores. E que, por consequência, em face do atraso com que foi dado o alerta, ele não poderia ser caçado...

Coisas que acontecem... Coisas que só neste país de Abril podem acontecer. Porque o homem português, regra geral, ainda não está devidamente «rodado» nas maldades que vão pelo mundo, para poder desconfiar de pedidos, com a simples aparência de inofensivos, como esse do bandoleiro americano, que queria dar banhos de sol ao seu frioraento e húmido e triste aviãozinho apreendido...

O pior, ao fim e ao cabo, é a ideia do ridículo em que ele fica a ter dos guardas deste país de Abril, em Revolução Democrática, a caminho do Socialismo.

GOVERNO PRESTIMOSO... COM OS EXPLORADORES

O actual Governo tem estado a demonstrar a sua apreciável consideração pelos investidores/exploradores. Até mesmo pelo que, após a sabotagem económica-financeira que fizeram à eConomia portuguesa, destruindo organizações comerciais e industriais, roubando o erário nacional e provocando as mais desesperadas situações nas empresas que abandonaram, deixando-as em estado catastrófico, fugiram para o estrangeiro, numa altura em que o País tanto necessitava de evitar de ser sugado das suas riquezas.

Depois do «célebre» apelo do senhor Primeiro-Ministro no Brasil, há alguns meses, os sabotadores industriais e comerciais começaram a voltar. E com todas as garantias de segurança e de impunidade. Alguns até já conseguiram recuperar, com a conivência do próprio Governo, as empresas que tinham deixado arruinadas, quando da sua criminosa e condenável fuga, e que, mercê dos esforços, do espírito de sacrifícios dos trabalhadores, vêm encontrar quase florescentes. (Para só se falar na Guérin, um dos mais recentes exemplos entre muitas dezenas e dezenas de outros).

Um outro caso foi o que se conseguiu escutar, no noticário da RTP das 20.30, em 13 de Abril. O Zé foi informado que, por decisão governamental, os investidores da «Célebre» Torralta do antes de 25 de Abril de 1974 podiam apresentar-se em qualquer dos Bancos nacionalizados (a banca é do Povo, diz-se...) para receberem os juros de massa investida nessa organização capitalista. E essa massa a receber são uns bons contos de réis, pois correspondem aos juros do tempo em que tem mediado a nossa Revolução, isto é, de 1975 e 1976.

Ousamos perguntar, em face disto: — E para os trabalhadores, que juros poderão ser-lhes dados? Serão as leis antioperárias, entre as quais a que faculta aos patrões os despedimekitos «com/sem justa causa»? Que dirão as centenas e centenas de trabalhadores despedidos já a coberto da «Cobertura» dada pelo Governo aos patrões exploradores, em face da disparidade de tratamento dado pelos nossos governantes, aos capitalistas e aos trabalhadores?

De um lado, os juros para os capitalistas da Torralta. Por outro, a lei que facilita ao patronato despedir trabalhadores quando muito bem lhes apetecer e que, neste caso, é sempre contra delegados sindicais e contra membros das comissões de trabalhadores que cai o peso assanhado da ira e da vingança dos patrões. Afinal, de que lado está o Governo? E as promessas dos seus dirigentes, quando das eleições, a favor dos trabalhadores, muitas das quais nem o tempo, nem os donos de numerosos prédios, conseguiram apagar das paredes e dos muros, pintados que foram para uso eleitoral por esse país fora?

Será bom que os que governam meditassem nisso. E voltassem a agir de harmonia com as promessas feitas ao Povo português. Ao povo que espera, ainda, o «milagre» da compreensão, da (reviva)volta à realidade da situação do povo, das classes mais desprotegidas da população portuguesa, promulgando leis a seu favor. Não contra ela. É isso, também, que esperam dos nossos governantes os trabalhadores, a população, os antifascistas deste novo País de Abril. Para que se possa, realmente, viver a vida, em Liberdade, em Segurança, em Paz e em Prosperidade, tão prometida durante as várias Campanhas eleitorais.

CONTRA O CONGELAMENTO DE SALÁRIOS

LUTA PELA SUSPENSÃO E REVISÃO DO D.L. 49-A/77
LUTA PELA ACTUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS
LUTA PELA ENTRADA EM VIGOR DOS C.C.T.

VOLUÇÃO da situação dos principais contratos em negociação de 15/3 a 18/4/77:

INDÚSTRIA TÊXTIL — As negociações prosseguem na fase de conciliação pretendendo os sindicatos acelerar a negociação do clausulado e aproveitando, os patrões, todos os pretextos para os atrasar. O saldo é um avanço muito lento no contrato.

CONSTRUÇÃO CIVIL — Foi publicado no BTE n.º 9 de 8/3/77. As negociações do clausulado iniciaram-se em 14/4/77 estando a decorrer com grandes dificuldades.

METALURGIA — Já está a funcionar a CT mas permanece difícil o acordo de certas cláusulas. As entidades patronais exigem baixar os enquadramentos de algumas categorias. Ainda não se chegou a acordo sobre a vigência, o controlo operário, os despedimentos e a data de retroactividade (acordado já nas negociações directas para Junho de 76 e agora posta em causa).

MADEIRAS — Recomeçaram os trabalhos da CT em 1/4/77 tendo o Ministério do Trabalho declarado que não tinha sido possível chegar a acordo com a SEP Emprego. Os trabalhadores do sector foram assim forçados a entrar em formas de luta realizando uma paralisação para pressionar a saída da PRT, em 6/4/77 com cerca de 70 por cento de adesão no conjunto das empresas do país sendo de praticamente 100 por cento nas empresas grandes.

Em 7/4/77 o MT informou a CSN que a CT reiniciaria os seus trabalhos em 12/4 mas esta reunião acabou por não se efectuar, mais uma vez por falta de acordo entre o MT e o SEPE. Desta maneira continua a interrupção da CT que se arrasta há mais de dois meses. Estão a ser feitos Plenários para conhecimento dos trabalhadores.

RODOVIÁRIOS — O Conselho de Gerência da Rodoviária Nacional informou que não poderia pagar os retroactivos (que tinha acordado na regulamentação de trabalho) por «não haver dinheiro».

A SN vai fazer plenários em todo o país para análise da situação.

HOTELARIA — Foi assinado o contrato aguardando publicação. Esse contrato, que representa ao nível do clausulado uma significativa vitória para os trabalhadores da Hotelaria, é um bom exemplo do realismo dos trabalhadores face à forma como as condições difíceis da economia nacional se reflectem neste sector — os trabalhadores da hotelaria aceitaram, conscientes disso, uma tabela inferior aos seus justos direitos mas que não são encargos excessivos ao sector.

GRÁFICOS, EDITORES E LIVREIROS — O Director-Geraldas Relações Colectivas de Trabalho, dr. Moitinho de Almeida, comprometeu-se a marcar uma nova reunião com as APs para os primeiros dias de Abril o que ainda não fez. Entretanto os sindicatos tentando resolver o impasse, propuseram às associações patronais iniciar as negociações separadamente desde que se comprometessem a, uma vez resolvido o litígio se submeterem à decisão integrando-se, se for caso disso, no contexto único. A Associação de Fotografia aderiu a essa hipótese, a Associação dos Editores e Livreiros também deu a sua adesão em princípio mas ficou de confirmar; a Associação dos Gráficos ainda não deu qualquer resposta.

INDÚSTRIA QUÍMICA — Este CCT, em fase de conciliação desde Dezembro de 76, rompeu a conciliação por iniciativa da CPN em 14 de Abril. A paralisação de 15/4 teve um grau de adesão superior a 90 por cento.

É importante lembrar que a proposta da CSN exigia um aumento de 15 por cento sobre os salários efectivos e a manutenção das regalias fundamentais garantidas pelos contratos anteriores. A APs querem dar aumentos salariais da ordem dos 4 por cento sobre os salários médios já praticados e querem retirar regalias adquiridas que os trabalhadores consideram fundamentais.

FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO — Aguarda-se que o MT convoque a 1.ª reunião da Comissão Técnica. Uma das principais razões da ruptura é o facto da CPN não querer negociar para além da sua proposta inicial (aumento de 10 por cento para as tabelas salariais do CCT em vigor) e a CSN propor 25 por cento embora estando disposta e autorizada pelos trabalhadores do sector a descer essa proposta nas negociações.

CERÂMICA (BARRO VERMELHO) — Está a funcionar uma CT tendo havido um compromisso por parte do Ministério do Trabalho de o presidente da comissão fazer um relatório até 23/4 que permita ao secretário de Estado elaborar um despacho sobre a PRT. O Ministério do Trabalho comprometeu-se igualmente, perante os trabalhadores do sector, a que eya PRT respeitasse no fundamental o conteúdo do CCTV para o barro branco, nomeadamente quanto à tabela ralasial.

PANIFICAÇÃO — Sector com cerca de 30 000 trabalhadores onde se aplicava uma PRT de âmbito nacional e semivertical. De novo a regulamentação de trabalho sai por PRT que já foi publicado no BTE n.º 8 de 28 de Fevereriro de 77. ENesta, embora o clausolado não melhore muito as cmdições de trabalho, conseguiu-se um aumento salarial de cerca de 23 por cento, o que se pode considerar bom para o sector. No entanto, esta PRT consagra uma grave ofensa aos direitos dos trabalhadores — repõe legislação fascista (PRT 345/71 e 685/71) no que se refere ao regime de horas de trabalho. Os trabalhadores do sector têm denunciado essa arbitrariedade e estão a entregar exposições aos órgãos do poder.

IND. ELECTRICIDADE — Este CCT irá abranger 12 500 trabalhadores actualmente integrados na EDP, Pensam ter pronta em Maio uma proposta de revisão do contrato de Agosto de 1973.

Novos contratos

BANCÁRIOS — Encontra-se neste momento, na fase de negociação directa a revisão do CCT de cerca de 45 000 trabalhadores que exercem a sua actividade na banca (nacionalizada e privada).

A extensa proposta sindical, entregue à parte contratante em 30/11/76, é constituída por cerca de 200 cláusulas, das quais é de salientar a matéria relativa à carreira profissional que, na perspectiva de pretender facilitar a reestruturação da banca, modifica estruturalmente o CCT vigente.

A comissão negociadora patronal alicerçada num despacho do secretário de Estado do Tesouro tem dificultado bastante as negociações e conseguido, em nome de inúmeras disposições legais, impor regimes do desagrado da generalidade dos trabalhadores bancários. Em matèria salarial, através do despacho acima referido, o Governo determina que as instituições bancárias «não poderão vincular-se a um aumento total de encargos com o pessoal superior a 10 por cento».

A ser aceite esta norma os bancários não conseguirão obter, em termos salariais (directos e indirectos) mais do que 30 por cento daquilo que haviam contratualmente reivindicado.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÊUTICO — Contrato que abrange cerca de 3000 traba-

contratação colectiva

ão da situação

lhadores deste sector e cerca de 3000 trabalhadores do sector armazenista de Drogas e Produtos Químicos. A proposta foi apresentada em Dezembro/76 e as negociações deviam iniciar-se em Janeiro deste ano. O novo contrato pretende substituir vários contratos horizontais em vigor no sector. Prevê-se um aumento salarial de 20 por cento. Mantém-se há cerca de 2 meses em impasse por não conseguir chegar a acordo no protocolo. Foi requerida a resolução do conflito ao Ministério do Trabalho mas, não obstante as diligências efectuadas na CSN, a situação dê impasse continua embora seja ao Ministério do Trabalho que cabe tomar firme posição para que o patronato respeite as regras processuais de negociação.

ARMAZENISTAS DE MERCEARIA — 20 000 trabalhadores abrangidos desde Abril/75 por uma PRT.

O aumento do custo de vida que estes trabalhadores sofreram sem revisões salariais é de 47 por cento. A proposta foi apresentada em Maio de 76. A conciliação iniciou-se em 5/1/77. Desde há cerca de um mês que não há qualquer avanço de conciliação. A CPN comparece às reuniões sem qualquer margem da negociação.

ARMAZENISTAS E IMPORTADORES DE MATERIAL ELECTRÓNICO, ELÉCTRICO E FOTOGRAMÉTRICO — 6000 trabalhadores, tendo sido apresentada a proposta em 28/7/76. As negociações iniciaram-se em 17 de Setembro passando à fase de conciliação em 4/1/77. A conciliação rompeu-se em 13/4 tendo-se arrastado nos últimos 2 meses sem se acordar praticamente nada. A CPN também aqui se apresenta com posições rígidas relativamente a tudo o que é fundamental para os trabalhadores. Vão-se efectuar plenários em Lisboa, Porto e Coimbra em 21 de Abril para adoptar as medidas adequadas.

ARMAZENISTAS E EXPORTADORES DE VINHOS — Contrato que abrange 15 000 trabalhadores. A proposta de revisão foi apresentada em 26 de Março de 1976 tendo-se iniciado as negociações em 3 de Maio. Mantém-se em conciliação na delegação do MT do Porto, com muito pouca matéria acordada.

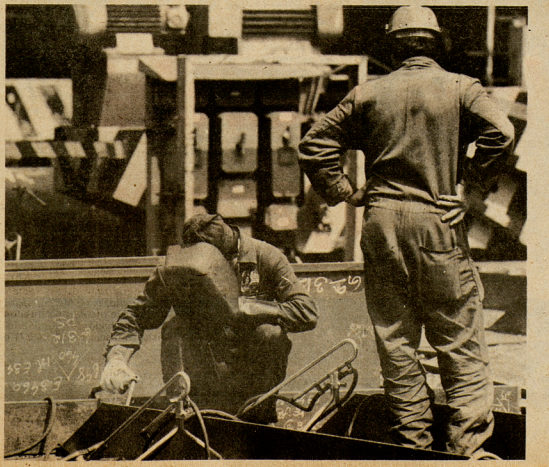
Foi pedida pelos Sindicatos a passagem do processo para o MT em Lisboa que não foi concedido.

A legislação imperativa pode ser vencida!

Como no Boletim do Trabalho e Emprego de Janeiro, também nos meses seguintes (Fevereiro e Março) continuam a ser publicadas convenções colectivas através das quais se evidencia que «imperativa é a vontade dos trabalhadores quando unidos e conscientes dos seus direitos».

Assim:

1. Enquanto a lei determina que o prazo de vigência das convenções colectivas não poderá ser inferior a 18 meses, **os trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, do Metropolitano, das Empresas Prestamistas do Distrito do Porto da CEL-CAT e das empresas de Betão conseguiram uma vigência de 12 meses**: (ver BTE n.ºs 8, 9 e 11).
2. Enquanto o Decreto-Lei 874/76 de 28/12/76 não permite que o dia 24 de Dezembro seja dia feriado, **os trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, do Metropolitano, da CEL-CAT e das empresas de Betão consignaram essa data como dia feriado** (ver BTE n.ºs 8, 9 e 11).
3. Enquanto o Dec.-Lei 887/76 de 28/12/76 impede o estabelecimento, por via convencional, do regime complementar de previdência (salvo o subsídio de doença que poderá ser garantido até ao limite de 20 dias por ano) os trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, do Metropolitano, da C L-CAT, da Imprensa Diária e das Empresas de Betão conseguiram aperfeiçoar o regime geral de previdência do qual salientamos:
   as empresas (Carris e Metropolitano) obrigam-se ao pagamento, por inteiro da assistência medicamentosa, bem como da assistência médica e serviços de enfermagem; (ver BTE n.º 9).
   as empresas da Imprensa Diária garantem o vencimento por inteiro em caso de doença (ver BTE n.º 7).
   a CEL-CAT e as Empresas de Betão obrigam-se a pagar um complemento de modo a garantir aos reformados, mais desfavorecidos, um rendimento equivalente ao ordenado mínimo nacional (ver BTE n.ºs 8 e 11).
   no plano dos direitos sindicais é de salientar que os delegados conseguiram um crédito mensal de 18 e 30 horas nas Empresas Prestamistas do distrito do Porto e na Imprensa Diária, respectivamente (ver BTE n.ºs 7 e 9).



Com estes exemplos mais uma vez se prova que é possível romper o cerco movido conjugadamente pela legislação repressiva do Governo e pela actuação do patronato. Para tanto torna-se necessário que os trabalhadores perspectivem bem os seus objectivos e que no dia-a-dia reforcem a sua unidade e coesão condição necessária para o êxito das suas lutas.

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO

COMER OU NÃO COMER ... EIS A QUESTÃO!

Uma manhã na praça

Perante os preços exorbitantes que atingiram os géneros de primeira necessidade, o dilema é mesmo este: comer ou não comer? Como dizem os brasileiros, o problema «está na cara» das pessoas. No desânimo, na angústia, na manifestada preocupação com que procedem ao indispensável abastecimento familiar.

Mais do que em qualquer outro sítio, é nas chamadas praças ou mercados que o problema é mais visível, mais palpável. Até no próprio ambiente se nota uma diferença. É o ruído que se transformou em sussurro e uma certa inquietação que alterou a espontaneidade dos contactos.

Para auscultar o povo que compra e o povo que vende, resolvemos entrar, num sábado do mês de Abril, no mercado de Alvalade. Toda a gente sabe que o sábado é o pior dia para fazer compras, não só devido à nítida subida que os preços sofrem, como à natural barafunda, por se tratar da única manhã em que as pessoas que trabalham podem fazer as suas compras.

SUBSISTIR É CADA VEZ MAIS DIFÍCIL

São portanto onze horas da manhã de sábado e, inesperadamente, a praça encontra-se quase vazia. Perante o nosso espanto, um comerciante diz-nos:

— Manhã cedo esteve aí muita gente, mas foram-se embora. A vida está muito cara e as pessoas vão-se governar por outro lado. O que eu vejo é que comem cada vez menos.

De facto, é desolador o aspecto vazio do recinto, em contraste com as bancadas, ainda cheias de coisas que já ninguém comprará.

A criação é o primeiro negócio com que deparamos.

— Vende-se bem?

— Pouco, muito pouco. Ainda o que se vende melhor são as galinhas e os frangos. Sempre rendem mais, pode-se fazer uma canjinha e tudo. Coelhos e outras coisas e que não. Está tudo muito caro e as pessoas não compram.

— Os intermediários também têm culpa desta subida dos preços?

— Eu até compro directamente ao produtor e por isso estou a vender o frango a 50, quando a tabela é a 53. Se fosse ao intermediário dava menos margem. Mas ele tem que continuar a existir enquanto não houver os transportes necessários para as coisas virem até aqui.

Um pouco adiante, os legumes ostentam preços alucinantes: alfaces a 10 e 15$00, ervilhas a 30$00, o molho de grelos a 25$00, pimentos a 50$00 (e já estiveram muito mais caros...).

— Batatas a 17$00? Pergunta, incrédulo, um rapaz muito novo.

Diz-nos que anda a fazer compras para a mãe, que é vendedeira ambulante. «Mas nem sei o que hei-de levar», confessa.

Uma mulher nova que ouvia a conversa, intervém decidida:

— Se é para algum jornal, diga lá que isto está um caos. Chegou mesmo ao máximo. Pior, só se quiserem rebentar com a gente.

Depois, é uma mulher sem idade, magra e de saco vazio, que nos diz em voz apagada:

— Somos 8 lá em casa e já não sei o que hei-de fazer. Olhe, quando comem sopa não comem mais nada. Se arranjo um prato de mais alimento, não comem sopa. Tem que ser assim.

— Ó minha senhora, isto está uma desgraça! comenta a senhora Emília, que está no negócio há uma data de anos. — Eu tenho aqui dias em que não ganho para pagar a banca e os impostos que temos. E a freguesia também faz pena. A

«Eu tenho aqui dias em que não ganho para pagar a banca e os impostos que temos. E a freguesia também faz pena. A gente vê mesmo que as pessoas não aguentam estes preços.»

gente vê mesmo que as pessoas não aguentam estes preços. Não compram e muitos hão-de passar mal.

«ISTO NÃO NÃO DÁ NADA»

Junto das bancadas do peixe, a freguesia passa de largo. Peixe-espada a 75$00, carapau a 50$00... Quem lhes pode chegar?

— Eu então que vendo mariscos, quase não faço negócio. É que isto agora é um luxo para a maioria das pessoas. Ainda o que se vende bem é o berbigão, que está a 14$00 e dá para uma data de coisas.

A mulher vestida de preto, quando lhe perguntámos o que pensa dos preços sobressalta-se: «Os presos? Eu não percebo nada disso».

Tranquilizada, ri alto e diz-nos:

— Ah, os preços! Está a brincar comigo? Então isso tem conversa?

Numa das divisões laterais do mercado, existe uma espécie de passagem, sem portas nem qualquer espécie de resguardo e que dá directamente para a rua. Era ali que costumavam estar as mulheres que amanham o peixe. Mas desta vez não encontrámos ninguém.

— Estou aqui, minha senhora, diz a senhora América, farejando uma freguesa.

Sabendo ao que vimos, desabafa:

— Isto já não dá nada. Cheg̃amos a ser 8 e agora estou só eu. Elas, as que vendem, arranjam o peixe e tiram-nos a freguesia. Olhe, daqui a pouco vou lavar umas bancas para ganhar algum. E isto aqui no Inverno é mesmo horrível. Ao vento e ao frio, enchemo-nos de reumático e de toda a espécie de doenças.

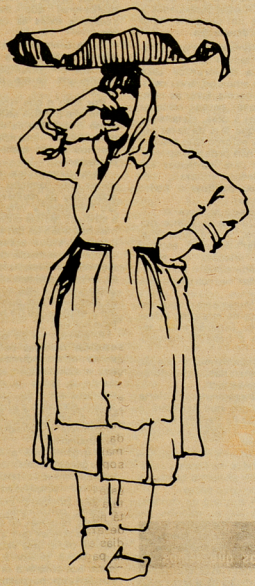
Com pequenas variantes, as respostas sucedem-se, ou melhor, as lamentações, a raiva, a impotência perante uma situação a que não se vê pôr cobro. Para a qual ninguém encontrou as medidas que se impunham.

O descontentamento avoluma-se como uma bola de neve. Por parte daqueles que vendem e daqueles que compram. Um descontentamento que ataca ao acaso. E é desse descontentamento que a reacção se aproveita, tirando vantagens de uma situação cuja gravidade os verdadeiros responsáveis parecem ignorar.

É urgente que se encontrem as soluções. Antes que seja tarde demais.

Porque sobreviver é cada vez mais difícil.

«... O desânimo, a angústia, a manifesta preocupação com que procedem ao indispensável abastecimento familiar»



Nacionalização ...

Continuação da pág. 17

tende impor, agora, depois de ter deixado arrastar a situação, o prazo de 120 dias, para a liquidação da dívida. A isso se opõem, naturalmente, os trabalhadores da SN, porque isso significa a ruína para a maior parte das pequenas empresas (e até outras), com o consequente desemprego para os seus trabalhadores.

Sem crédito, como podem, então, essa empresas, sobreviver? Segundo nos explicaram os camaradas Delegados Sindicais e da COTRA da Siderurgia Nacional, da seguinte maneira, escandalosa e lesiva da própria economia nacional:

1 As empresas fazem uma encomenda **incomportável** à Siderurgia Nacional.

2 A SN informa as empresas, por ofício, que não pode satisfazer, na totalidade, a encomenda em questão.

3 Com esse documento, as empresas solicitam e obtêm autorização para proceder à importação (incontrolada e, por isso, ilimitada) de material.

4 Depois de terem a necessária licença de importação, as empresas podem, então, recorrer e obter o crédito, atribuído pela Banca nacionalizada.

Conclusão: defrauda-se, «legalmente», a economia nacional, com a saída de divisas e sabota-se, «dentro da lei», a própria viabilidade económica de uma das mais importantes empresas nacionalizadas.

QUE CRITÉRIO É ESTE?

Que critério económico é este, afinal? Que punição se aplica, aos sabotadores? Qual o papel do Governo e do Estado a quem **«incumbe, prioritariamente, estabilizar a conjuntura e assegurar a plena utilização das forças produtivas»** (art. 81.º, alínea b) da Constituição)? Como pretende o Estado, deste modo, **«estimular a participação das classes trabalhadoras e das suas organizações na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais»** (mesmo artigo, alínea o)?

De referir, tão-só, mas igualmente, que é «claro», depois do 25 de Novembro, as exportações estão condicionadas, senão paradas. É que, alega-se... se a Siderurgia nem chega para as «encomendas» internas?...

Os trabalhadores da SN entendem que, para além de tudo o mais, deverá competir ao Governo fazer a fiscalização das quantidades encomendadas, tanto como às importações requeridas, mediante legislação a ser aplicada, para o efeito, aos armazenistas intermediários.

Tendo em vista resolver os problemas de abastecimento ao mercado interno e externo, dando igualmente andamento ao plano de expansão da própria Xpresa, consideram ainda que, a curto e médio prazo, se deve pôr em execução o PSN (Plano Siderúrtico Nacional). Este, implicaria fazer uma planificação global do sector, com o auxílio do Estado, de modo a que a SN, mas não só, produza o que é necessário e possível, de forma a ser aproveitada toda a capacidade produtiva da empresa e a ser salvaguardada a economia nacional, só importando o estritamente necessário.

A MULHER E A SUA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

A discriminação da mulher data de há muitos séculos, desde que ao desintegrar-se a comunidade primitiva, ao estabelecer-se a propriedade privada e a divisão em classes da sociedade os homens obtiveram a supremacia económica e, com ela, o seu predomínio social.

Através dos diferentes regimes a mulher foi sempre considerada como um ser inferior e utilizada como instrumento de exploração. Este conceito capitalista deixa de ter cabimento nas sociedades que pretendem atingir o socialismo onde a exploração não tem lugar e as tarefas de construção do país não são tarefas de alguns mas de todos os cidadãos, homens e mulheres.

Também nos, portugueses, em 25 de Abril de 1974 derrubámos o regime fascista que tanto oprimiu e explorou o povo português, com especial incidência sobre a mulher, abrindo-se novos caminhos para a edificação de uma nova sociedade que ponha termo à exploração e à discriminação.

A mulher luta hoje pela sua emancipação, exigindo o lugar a que tem direito na sociedade, pela participação na vida política, social e económica do país, por um estatuto que lhe não limite a sua actividade profissional nem lhe condicione o acesso às diferentes categorias profissionais.

Mas podemos dizer que me Portugal quase tudo está ainda por fazer para que a mulher possa alcançar a emancipação que tanto deseja. Para isso é necessário modificar as estruturas sociais que condicionam a vida da mulher, sobrecarregando-a com os afazeres domésticos, uma vez terminado o seu dia de trabalho, o que constitue uma limitação para a sua participação noutras actividades e implica um desgaste muito grande de energia.

Se somarmos a quantidade de tempo que emprega para se deslocar de casa para o emprego, levar os filhos à escola, fazer as compras, lavar, passar, cozinhar e limpar a casa, claramente se vê que terá de fazer um grande esforço para estudar e que não poderá dispor de tempo para participar em actividades culturais, sociais ou políticas e poder descansar.

Por isso é necessário:

— Que os trabalhos domésticos sejam repartidos pela família e se estabeleçam relações de plena igualdade entre o homem e a mulher na educação dos filhos.

— Incrementar tipos de serviços de refeições industriais ou cantinas e que reduzam o trabalho doméstico.

— Incrementar a criação de lavandarias, incluindo as de auto-serviço.

— Incrementar a oferta de artigos que facilitem o trabalho da mulher, incluindo os artigos electrodomésticos.

— Incrementar o fabrico de tecidos de fibras sintéticas que aliviem a tarefa do lavar, secar e passar.

— A abertura de creches, infantários e colónias de férias que permitam à mulher uma maior libertação do tempo destinado aos filhos.

Também no campo do trabalho muito há a fazer a favor da emancipação da mulher:

— Organização de cursos para a reclassificação da mulher trabalhadora.

— Horários de trabalho que permitam à mulher frequentar cursos de formação profissional que lhe dê acesso a todas as categorias.

— Percentagens de inclusão de mulheres nos diversos quadros das empresas mesmo em cargos de direcção.

Por tudo o que ficou exposto não é difícil adivinhar como o trabalho da mulher para a sua emancipação tem um longo caminho a percorrer.

Para começarmos a percorrer este caminho várias comissões de mulheres estão formadas a nível local e sindical. Muitas outras comissões terão de ser formadas, comissões essas que, independentemente da sua ideologia política ou religiosa estejam interessadas na construção de uma sociedade mais justa que ponha termo à exploração do homem pelo homem.

É preciso exigir que as medidas tomadas pelo Governo sejam aquelas para que a Constituição aponta, dando a todos a mesma oportunidade de participação, com vista a alcançarmos o socialismo, que é a vontade da maioria dos portugueses.

É urgente que a mulher portuguesa deixe de ser apenas mera espectadora na construção do País, mas passe a ser também, com o homem, colaborante activa da vida nacional no encontro de soluções que a todos hão-de trazer uma vida mais justa, mais próspera, onde todos nos sintamos orgulhosos de ser portugueses.

Departamento da Mulher

OS TRABALHADORES TÊM A PALAVRA

A julgar pelo avanço da luta dos trabalhadores no campo já passaram muito mais de três anos desde o 24 de Abril de 1974. A realização da Reforma Agrária e a aplicação da Lei do Arrendamento, a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores, do sul ao norte de Portugal e, inclusive, nas ilhas, é uma obra gigantesca que só tem sido possível graças à participação consciente dos trabalhadores no processo de desenvolvimento da economia nacional.

Só a unidade e a organização de classe permitiu que a população mais sacrificada do sistema capitalista, a que vive à margem dos benefícios sociais, da cultura, da assistência médica, exigisse os seus direitos e criasse as bases para uma legislação do trabalho no campo. Logo após o 25 de Abril de 1974 foram assinadas as primeiras Convenções do Trabalho Rural que estabeleceram os princípios fundamentais que garantem a estabilidade e uma remuneração mais digna ao trabalhador. Esse foi o ponto de partida para que pudesse ser controlada a actividade das empresas agrícolas, obrigadas a utilizar os recursos existentes na produção e não abandoná-los ou esbanjá-los como era tradicional.

Paralelamente à regulamentação do trabalho que foi posta em prática na zona da Reforma Agrária, a Lei dos Arrendamento Rural também veio implantar nas zonas do minifúndio os direitos dos que trabalham a terra dando aos pequenos rendeiros a segurança necessária para que ele possa investir na produção, elevando o seu rendimento e melhorando as condições de vida da sua família.

O AUMENTO DA PRODUÇÃO

A consequência imediata da melhoria das condições de trabalho no campo foi o aumento da produção. E isso antes que os benefícios sociais tenham chegado a eles. Praticamente não recebem assistência médica e escolar, as suas condições de habitação são bastante precárias e o apoio técnico e financeiro assegurado pelo Estado é insuficiente e irregular obrigando-os a utilizarem os recursos da sua sobrevivência para investir na produção. Assim lutam os assalariados da zona da Reforma Agrária, os Pequenos e Médios Agricultores e Rendeiros de todo o País.

Nessa batalha da produção, que é a batalha contra o desemprego, estão unidos todos os trabalhadores. Desde o memorável encontro em Outubro de 1975 na aldeia de Montoito (Évora) entre os trabalhadores agrícolas e os metalúrgicos e rodoviários do Sul, ficaram estabelecidos os laços de solidariedade entre a cidade e o campo que permitiram vencer as grandes dificuldades que ameaçavam a produção agrícola naquela altura. Em todos os momentos mais difíceis, basta uma comunicação aos Sindicatos dos sectores industriais e de serviços para que se levantem milhares de vozes em apoio às decisões dos trabalhadores do campo. É a verdadeira solidariedade de classe, dos que sabem que os sectores da produção estão todos ligados e que a independência nacional depende da firmeza com que os trabalhadores impõem a sua participação na condução do processo.

A VIDA NO CAMPO MUDOU

Com todos os problemas que hoje existem, principalmente as ameaças de revogação das leis relativas à Reforma Agrária e ao Arrendamento Rural, assim como as entregas de reserva que levaram de volta alguns dos antigos agrários, pode-se ter confiança na defesa que os trabalhadores farão das suas conquistas. As vitórias alcançadas com o 25 de Abril de 1974 estão asseguradas pela unidade e organização de todos os trabalhadores e pelo aumento da produção que é a melhor prova de que o processo foi orientado correctamente.

Nesses três anos de vida democrática e de luta incansável contra a exploração, o desemprego e a sabotagem e pela recuperação das terras abandonadas, a vida nos campos mudou. Enquanto que durante o fascismo as famílias trabalhavam para não morrer de fome, com o 25 de Abril passaram a trabalhar para construir as condições de um futuro melhor. Não mais são obrigados a empregar os filhos por um prato de sopa, longe do convívio familiar; não mais deixam a casa em busca de um contrato de trabalho em outro distrito; não mais vêem os jovens a empregar a sua força de trabalho em outro país; não mais a miséria e a subordinação ao patrão explorador.

A solidariedade entre os trabalhadores do campo sempre existiu, o que não havia antes eram os recursos. Hoje não é necessário dividir o pão com a família vizinha, mas muitas vezes são emprestadas as máquinas de uma UCP a um pequeno agricultor ou a outra UCP mais necessitada. A solidariedade entre assalariados e pequenos agricultores é hoje uma constante na zona da Reforma Agrária. Basta verificar o grande número de pequenos agricultores que estão integrados nas UCP, muitos deles como membros das Comissões Directivas. E a sua contribuição é extremamente valiosa, já que eles trouxeram um conhecimento prático de gestão empresarial que os outros ainda não tinham. O seu apego à terra, o amor ao gado e às culturas foi ampliado no sentido da colectivização do trabalho. A preocupação com o sucesso da produção da qual dependia antes a sua sobrevivência, foi agora transferida para o êxito da UCP ou da Cooperativa. Essa mudança no homem, da preocupação individual para a colectiva, é um dos

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

mais fortes garantes do fortalecimento da luta no campo.

A NOVA LEI QUE AMEAÇA

A diferença principal entre os projectos de Reforma Agrária e Arrendamente Rural dos trabalhadores e o que vem sendo defendido pelo MAP é que o primeiro aponta para o futuro, para a construção de um mundo novo tal como estabelecem os princípios da Constituição da República, enquanto que o outro, do fundo da sua mediocridade, mastiga fórmulas tecnocráticas copiadas ao imperialismo. Os trabalhadores que tiveram a força para construir uma economia comprovadamente bem sucedida não permitirão que as «invenções» importadas (que só favorecem os patrões e senhorios exploradores e os grandes intermediários parasitas) venham servir de obstáculo ao desenvolvimento do processo. Se houver falta de alimentos ou preços elevados quem sofre é o povo, são os trabalhadores e não os exploradores; se houver desemprego, quem enfrentará a miséria serão as famílias dos trabalhadores e não as dos tecnocratas.

Os trabalhadores agrícolas na defesa da Reforma Agrária levantaram a bandeira de luta contra o desemprego. Ao contrário o MAP propõe a redução dos postos de trabalho como medida «económica», procurando elevar a produtividade nos campos. Essa mesquinha noção de ciência económica, além de trazer os maiores problemas sociais e humanos a toda a população rural, corta a possibilidade do desenvolvimento das novas indústrias de transformação do produto da terra que poderão ser criadas, os trabalhadores ensinaram, através da experiência de formação das UCP, que em função do desenvolvimento desse sector organizado da economia são criados novos postos de trabalho nas obras de irrigação e construção de silos, armazéns, barragens, etc. É absolutamente inaceitável que um MAP, em lugar de procurar desenvolver a barragem do Alqueva e outras obras necessárias ao desenvolvimento da economia nacional, esteja preocupado em reduzir os postos de trabalho levando aos campos a miséria e mais os agrários que foram premiados com as «reservas» pelos seus actos de sabotagem.

Mas a nossa esperança de vitória faz-se certeza na medida em que a maioria da população portuguesa toma consciência de que o processo iniciado em 25 de Abril de 1974 não pode retroceder, porque isso significaria a volta ao passado fascista e de fome.

Com a certeza da sua capacidade na orientação do processo em defesa da economia nacional, são os trabalhadores que têm a palavra.

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

A NOVA LEI DA REFORMA AGRÁRIA
AMEAÇA AS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

Procura no teu Sindicato ou na empresa onde trabalhas o:
Abaixo-assinado ao
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DA REVOLUÇÃO

VAMOS RECOLHER

MEIO MILHÃO DE ASSINATURAS
EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Não basta assinares
É preciso que, no teu bairro, no teu local de trabalho, nas sessões e comícios, nas festas, no futebol, etc.
Recolhas muitas e muitas assinaturas!

PELA LIBERDADE! PELA DEMOCRACIA
PELA REFORMA AGRÁRIA!

Secretariado das UCP e Cooperativas
Sindicatos Agrícolas

«Os versos nascem da grande vontade que a gente tem que a luta siga para a frente»

A poesia é a formais directa e, a um tempo mais natural de o povo contabilizar a História. E tanto é assim que raras são as lutas que, em cada lugar e em cada momento, não sejam celebradas por versos e canções. A poesia brota espontaneamente por ser fruto amadurecido no combate ao inimigo de classe. Os seus autores, em grande parte, nunca pensaram **fazer versos** ou nunca ousaram, talvez. Até que, um dia, o velho sonho de libertação se concretiza. Assim, nascem nas fábricas e nos campos uma nova poesia, enriquecida pela experiência vivida nas lutas, vitórias e derrotas. Cada vez mais numerosos são os homens e mulheres que, letrados ou analfabetos, utilizam a expressão poética para interpretar o sentir colectivo e documentar, no dia-a-dia, a luta de classes. Pode afirmar-se que nunca, neste País, a poesia popular ocupou um tal lugar como testemunha e juiz da História e criadora da própria qualidade de vida.

Neste sentido as comemorações da conquista das terras aos agrários são marco significativo no calendário das festividades populares. Elas participam desta nova cultura, em que as formas envelhecidas da cultura tradicional não são rejeitadas a **priori** mas, sim, integradas e moldadas à justa medida das lutas e situações do momento.

A título exemplar, aqui se apresentam três textos poéticos que, embora sem rigor formal, traduzem a emoção liberta, a reflexão, a correcta compreensão do processo histórico por parte das trabalhadoras nele directamente empenhadas. Encontraremos nestes textos a força, a concisão e, por vezes, a beleza de imagens e expressões que já definem os contornos desta nova cultura, cujo desenvolvimento acompanha e reflecte os progressos da consciência de classe de todos os explorados.

O sol nasce no campo
como o nasce na Cooperativa;
ele nasce na Reforma Agrária
que é a luta mais activa.

Esta quadra anónima, num modesto folheto de propaganda, anuncia a comemoração do primeiro aniversário da **Cooperativa Agro-Pecuária Maria Machado**, no distrito de Évora, concelho de Montemor-o-Novo(1).

Os versos que se seguem são da autoria de trabalhadoras da **Maria Machado** que, no primeiro aniversário, em 4 de Julho de 1976, deste modo exprimem a sua alegria e orgulho e documentam a história da sua cooperativa.

1

Já fez um ano que foi
esta grande ocupação,
em que o Cortiço se levantou,
com toda a força nas mãos.

Pôs na rua os parasitas,
que só nos queriam mal,
e acabaram os patrões
que só queriam o capital.

Se se fala na Reforma Agrária
todo o rico se atrapalha,
mas há um ditado certo;
__ A Terra a quem a trabalha!

E, para bem nos confirmar,
há esta afirmação:
__ Todo o pobre, quando morre,
vai para debaixo do chão.

O rico vai para o jazigo,
para se separar da gente.
Aqui está mais esta prova
que a terra a nós pertence.

Na terra, a gente nasceu
e, nela, fomos criados.
Cinquenta anos de fascismo
em que fomos tão mal tratados!

NOVA CULTURA E LUTA DE CLASSES

**Tanto que a gente trabalhou!
Tanto que a gente sofreu,
descalças e cheias de fome!
Tudo isto aconteceu.**

**É por isto que tudo se faz,
para isto ir para a frente.
Para trás, não pode voltar,
nem que rebentem com a gente!**

**Temos que estar bem unidos.
Em frente a Revolução!
E sermos bons camaradas,
darmos todos como irmãos.**

**Agora, vou terminar.
Para versos não tenho jeito.
Faz favor de desculparem,
por não estarem bem feitos.**

**ROMANA DOS REIS PIRES,
46 anos**

2

**Viva a nossa Cooperativa
e o seu aniversário!
Já conseguimos pôr fora
todo aquele que era agrário.**

**Foi no dia 1 de Julho,
dia de grandes conquistas,
em que tomámos as terras
e esguicharam os fascistas.**

**Formámos a Comissão.
Tudo, logo, a manobrar!
Agora, não há patrão;
somos todos a mandar!**

**Começámos no trabalho
e ninguém teve preguiça,
ceifámos e debulhámos
e tirámos a cortiça.**

**Também o nosso escritório
começou a funcionar,
com o apoio de uns amigos
que nos vieram ajudar.**

**Arrancámos azinheiras;
houve lenha pelo chão.
Não faltaram compradores
para toros e carvão.**

**Fizemos alqueives no Verão,
para, no Inverno, semear.
Arrumámos com os** reaças;
**não os deixámos falar.
Apanhámos a azeitona
e fizemos o azeite.
Quem trabalha sempre faz
qualquer coisa que se aproveite.**

**Engordámos os nossos porcos,
apanhámos as boletas.
Se não fosse a Reforma Agrária,
ai! Portugal, às raboletas!**

**A produção está à vista.
Só não vê quem não lhe agrada.
Vejam searas de trigo
e a terra cultivada!**

**Há mais máquinas e gado,
aumentámos a produção.
A força da Cooperativa
desanda a Revolução.**

**Vivam todas as Cooperativas
e todos os alentejanos!
Vivam também os do Norte!
Aqui, descobrem os enganos.**

**E, agora, por ser o último,
é o que tem menos valor.
Mariana de Jesus Minhoca
destes versos foi autor.**

**MARIANA DE JESUS
PITEIRA MINHOCA,
20 anos**

3

**Cooperativa Maria Machado
tem um ano de nascida.
Trabalhadores que trabalham nela,
é lutar até dar a vida!**

**A nossa luta é tão forte
e é isso que é preciso!
Lutamos até à morte,
para vencermos o fascismo.**

**Camaradas, pensem bem
nos tempos que já lá vão!
Fomos todos explorados
pelo grande patrão.**

**Por isso, temos que estar
unidos, cada vez mais,
pra não voltar ao passado!
Não podemos sofrer mais.**

**Por eles fomos castigados
e não nos davam valor.
Andávamos, sempre, acanhados
a encher o bolso ao «senhor».**

**Cooperativa Maria Machado,
que parecias um paúl!
Agora, recebes toda a gente,
seja do Norte ou do Sul.**

**Camaradas e amigos,
temos que ganhar a vitória!
Nós cremos que o Alentejo
vai ficar escrito na História.**

**Vai ficar escrito na História,
pois que a luta é bem forte.
Também não podemos esquecer
os nossos amigos do Norte.**

**Pois a luta é de nós todos,
temos que estar bem unidos!
Nós, que somos mulheres,
lutamos ao lado dos maridos.**

**Camaradas e amigos,
este dia é de alegria!
Está a ser tudo ao contrário
daquilo que o fascismo queria.**

**Daquilo que o fascismo queria
e nós estamos muito contentes,
pois, aqui, na nossa festa,
nós recebemos toda a gente.**

**Nós recebemos toda a gente
que isto não é partidário.
Todos unidos, nesta luta,
para acabar com o agrário.**

**Eu sou uma analfabeta
e estes versos vou fazer.
Só há uma coisa que me resta:
é só não os saber ler.**

**CLOTILDE OLÍMPIA PRATES;
46 anos**

CONVERSA COM CLOTILDE OLÍMPIA PRATES

Estes versos como é que... nasceram?

— Os versos nascem da grande vontade que a gente tem que a luta siga para a frente, da vontade de trabalhar e de lutar para que a gente tenha uma vida melhor; porque estou farta de fascismo, estou farta de penar: passei muita fome, mais os meus filhos e o meu marido, para os criar... E, depois, a gente pensa naquela miséria que passámos, vamos buscar tudo e é assim que os versos surgem.

— Trabalhou sempre no campo?

— Eu trabalhei sempre no campo, desde a idade de nove anos. Entrava para dentro das águas do arroz, a partir **caramelo** com os pés. O meu marido, a mesma coisa. Foi por isso que a gente teve a nossa luta, para tomar as terras. Não é para roubar nada, como eles dizem, «que roubámos, que estragámos...» Não! A gente está a aumentar a produção do País, mais nada! Foi só por isso. Portanto, eles não falam a verdade. Quem quer ver venha, que cá está o exemplo para toda a gente ver, com os seus olhos, que é verdade aquilo que nós dizemos. Fartamo-nos de trabalhar, sempre.

— Viveu sempre cá, nesta casa?

— A minha criação não foi aqui. Foi para aqueles lados da ribeira de Coruche, para os lados da aldeia de Couço, mais para aquelas herdades. Depois, isto aqui foi vendido aos bocadinhos e foi por causa disso que a gente veio para aqui. Comprámos um bocadinho de terra, fizemos a casa. Mas não foi com o dinheiro de cá. Foi porque o meu marido teve de emigrar para a França, dez anos. Veio o 25 de Abril e foi quando ele cá ficou, com a grande vontade que tinha de ajudar o País. E cá estou pronta para a luta, para aquilo que for preciso.

— Então, se qualquer dia os agrários quisessem voltar cá?

— Eu não deixo! Pela minha parte, eu faço aquilo que puder, até nem que tenha que dar a minha vida... pelos meus filhos e pelos meus netos. Mas isto vai sempre para a frente, venha quem vier. Estou pronta para isso. Eu nunca volto com a minha palavra atrás. Nunca! Eu tenho ido a todo o lado onde seja preciso, e vou sempre. Eu posso ir à frente. Não tenho medo! Estou disposta, assim, e se tenho esta ideia, é com ela que eu tenho de morrer.

— Está inscrita no Sindicato?

— Estou, sim. Sou sócia do Sindicato e o meu marido também.

— Há pessoas aqui que foram exploradas e também sofreram muita miséria. Porque é que não percebem a vossa luta?

— Porque eles, está claro, viveram sempre debaixo dos telhados dos lavradores, dos patrões. Ainda têm muita pena dos patrões. Nunca faltava o trabalho para alguns. Passaram miséria, mas não foi bem como eu e outros que tinham que ir para longe trabalhar, e eles não saíam dali. Às vezes, estamos a dizer-lhes as coisas e eles não acreditam bem. Naquela altura está bem, mas, depois dizem: — «Eles lá sabem o que estão a dizer...». E pena! Nós, dentro do nosso País, temos ainda gente que não percebe, mas lá havemos de chegar todos, se Deus quiser, ainda.

— Foram os seus primeiros versos?

— Eu, com a minha idade, foram os primeiros.

— E está a pensar continuar?

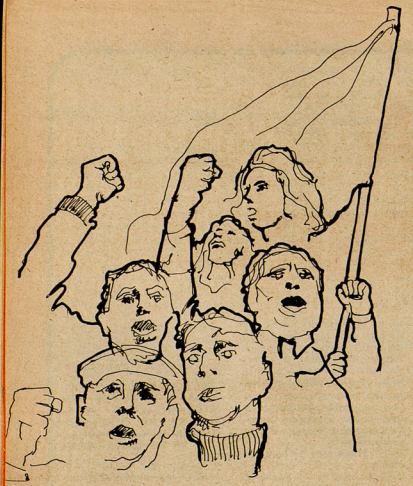
— Estou. Quando for preciso, faço.

— Disse-me que não sabia ler nem escrever e que tinha gosto em aprender.

— Pois tenho! Quero aprender a ler e a escrever, porque tenho muita pena de não saber. Quero ler alguma coisa, para aprender mais.

(1) Maria Machado: 3275 ha., 11 herdades, 203 trabalhadores permanentes, de entre os duais 73 mulheres.

MICHEL GIACOMETTI



As lutas dos trabalhadores inserem-se numa perspectiva muito mais geral, de substituição de uma sociedade basicamente errada nas suas estruturas, por formações sociais novas que tenham em consideração as aquisições científicas e morais do homem moderno. É, assim, que os processos de luta desenvolvidos pelos trabalhadores ultrapassam, inevitavelmente, os seus objectivos imediatos, de melhores salários, de mais justas condições de trabalho, etc., para apontarem no sentido de uma escolha global, válida para a sociedade nacional em que esse grupo existe.

UNIDADE DE TODO

As lutas dos trabalhadores, são lutas políticas, na condução das quais devem ser tidas em consideração as relações de força existentes entre os diversos grupos sociais interessados no processo.

O primeiro e, porventura, mais importante princípio que os trabalhadores devem reconhecer e acatar na sua prática diária, é o da construção da unidade entre os contingentes de trabalhadores verdadeiramente interessados na edificação de uma sociedade baseada na igualdade do cidadão não só perante a lei como, igualmente, face ao modo de apropriação do produto colectivo de que ele, trabalhador, é o exclusivo responsável. O operário, o camponês, o trabalhador, em geral, deve ser senhor da sua terra, não só nos aspectos muito gerais de uma democracia formal mas, particularmente, na efectiva capacidade de integração espiritual e material na sociedade em que vive, nas possibilidades de realização pessoal em nível de igualdade com os seus concidadãos, na eliminação das antigas relações de exploração, na real independência nacional, nas formas directas de participação e controlo da sua colectividade, de modo a que cada homem e cada mulher se tornem elementos necessários e fundamentais do grupo social em que participam.

Não é gratuitamente que o grande capital dos monopólios e aqueles que giram na sua órbita incitam os trabalhadores portugueses à divisão e à partidarização das suas reivindicações de classe. Os grandes patrões da banca privada e do capital financeiro aprenderam, ao longo do processo histórico da luta de classes, que o capitalismo e a exploração do homem têm os seus dias contados onde quer que se realize a unidade entre as diferentes estruturas dos trabalhadores.

A unidade é, por natureza, anti-sectária. Diz respeito à aproximação e à identificação nos objectivos essenciais, de camadas de trabalhadores que visam fins idênticos, partem de situações semelhantes mas têm opiniões pontuais diferentes. Fazer-se a unidade é ser-se capaz de distinguir o fundamental do acessório, arrancar-se lado a lado para o objectivo principal e deixar-se à própria prática do processo em desenvolvimento a tarefa de limar arestas e acertar pormenores.

A unidade entre os trabalhadores realiza-se nos quadros da consolidação da Democracia e pelo respeito e acatamento da Constituição da República. Visa alcançar objectivos concretos consignados na Lei fundamental: nacionalizações, controlo operário, liberdade sindical, Reforma Agrária, poder local, direitos e garantias, etc. As lutas dos trabalhadores têm um carácter patriótico e são o motor nacional que transporta para a prática os princípios teóricos da Lei.

Deste modo, a unidade tem um carácter dinâmico e inovador. Afirma a capacidade de um corpo jovem se opor a uma estrutura decadente, não apenas para, pura e simplesmente, a destruir, mas para destruí-la substituindo-a por esquemas de vida bem pensados, gerados na carne e no sangue de séculos de exploração sofrida pelos trabalhadores. Os trabalhadores, unidos em torno dos seus objectivos fundamentais, não se limitam a criticar, têm propostas válidas a fazer e estão firmemente determinados a defendê-las. São objectivos políticos da unidade a participação activa dos trabalhadores na edificação de um Estado democrático, baseado na soberania popular, rumo ao Socialismo.

Estes objectivos constitucionais opõem-se, tal como os trabalhadores com eles identificados, a toda e qualquer política de recuperação capitalista e que vise reduzir ou anular as conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras, a partir de Abril de 1974. Os trabalhadores portugueses têm a clara consciência de que a única alternativa para uma política decidida de consolidação das estruturas democráticas no sentido do Socialismo, é representada pelo perigo, sempre presente, do regresso do fascismo.

Vivemos situações agudamente contraditórias. Num País onde os trabalhadores têm demonstrado que quase meio século de repressão fascista não chega para matar nos homens o sentido da democracia nem a sede de justiça social, a sabotagem económica, o assalto fascista ao Poder e a protecção social aos contra-revolucionários são práticas correntes, feitas à luz do dia. Lança-se um «cordão sanitário» em torno do Alentejo, estrangula-la-se a Reforma Agrária; no entanto, o Poder reconhece que 80 por cento dos produtos básicos elementares são importados. Enquanto se destinam milhões de contos para pagar indemnizações aos accionistas das grandes sociedades monopolistas e o Estado desintervém em numerosas empresas, há uma diferença anual de cerca de 70 milhões de contos entre o que o País produz e aquilo que consome. Ao passo que se limita a 15 por cento o aumento máximo de novas tabelas salariais, fecha-se os olhos à formação de novas fortunas alcançadas à sombra da especulação e facilita-se a fuga de divisas. Sucedem-se as notícias de empréstimos do estrangeiro, mas nunca há verba para o que é necessário, para as autarquias, para a habitação, para novas escolas, para infantários, para o financiamento das pequenas e médias empresas, etc. Em contrapartida, multiplicam-se os «despejos» — com tudo o que o termo tem de revoltante, quando aplicado a pessoas humanas — com a cobertura das forças da repressão; as falências e a taxa de desemprego crescem em números assustadores; perdeu-se todo o controlo do processo inflacionário e são os preços dos produtos de primeira necessidade aqueles que mais rapidamente sobem; entregam-se aos antigos patrões sabotadores empresas salvas da ruína pelo esforço e a competência dos trabalhadores.

Nem todos os exemplos possíveis cabem nas linhas deste artigo. Cada trabalhador observa o que se passa à sua volta e sabe que existe toda uma política geral virada para uma recuperação capitalista que se atinge quer através da diminuição dos salários reais dos trabalhadores, voltando a colocá-los à mercê do explorador capitalista; quer pela livre prática da especulação e do açambarcamento em grande escala, o que permitirá aos capitalistas «recuperar» as posições que a Revolução de Abril cerceou.

O arsenal do capitalismo reaccionário tem armas poderosas, tais como a inflação, o desemprego, o controlo dos créditos, a informação e as forças repressivas. Com todas estas armas, o trabalhador português, teve já contacto íntimo.

A inflação que, no essencial consiste na subida dos preços e na diminuição do poder de compra dos trabalhadores, atinge principalmente as camadas economicamente mais humildes da população, aquelas para quem o Movimento de Abril, em primeiro lugar, foi feito. Permite, por outro lado, que comerciantes, grossistas, intermediários e especuladores, acumulem grandes fortunas que resultam da elevação da margem de lucro e da acumulação desses lucros aumentados. Tem o objectivo político de colocar o trabalhador «no seu devido lugar» e de lhe retirar todo o desejo de transfor-

CONTRA O PERIGO DO FASCISMO:

TODOS OS TRABALHADORES

ção social, forçando-o a preocupar-se, exclusivamente, com a sua sobrevivência, bem como com a dos seus.

O desemprego é arma complementar da inflação. Quando ficar sem trabalho equivale a cair na miséria e o patrão tem toda a liberdade para despedir — como o actual Governo permite — então, o trabalhador poderá deixar-se intimidar e desistir da luta. É assim que pensam os capitalistas.

O controlo dos créditos está, como se sabe, nas mãos do Governo. Tem servido para estrangular as pequenas e médias empresas e para impedir que a economia do sector público e nacionalizado se expanda, ultrapasse a do sector privado e dê sentido, no plano económico, à expressão «transição para o socialismo», que a Constituição consagra.

A Informação tem sido uma arma poderosa ao serviço da deturpação da verdade. É contradição gritante e profundamente ofensiva de cada trabalhador que, num País que se levantou contra o fascismo e o derrotou, continue a haver a pior Informação de sempre, a mais partidária, a mais dependente, a mais sectária, a mais reaccionária, a mais fascista.

As forças repressivas constituem o utensílio básico deste arsenal capitalista. Quando tudo o resto falha e a inflação, o desemprego, o corte dos créditos ou a mentira, não são suficientes para travar o trabalhador, então, há que ter recurso aos grandes meios da repressão. Os trabalhadores portugueses conhecem, infelizmente, essas formas de violência antioperária e antipopular, já em pleno período democrático, na Cotesi, na Riopele, na Santix, na Maconde, na Francisco Dias, no Grupo Mondego, na «Rainha do Sul», na «Força Popular» e em tantas outras empresas e unidades colectivas de produção. É o Estado ao serviço dos patrões. Grandes são as forças de que dispõe o capitalismo e o patronato reaccionário. Maiores são, porém os recursos dos trabalhadores quando organizados e unidos no fundamental.

Em Portugal, os trabalhadores representam, já, uma imensa força organizada. A Confederação Geral, a mole imensa de operários, de camponeses, de trabalhadores solidamente agrupados nos seus sindicatos e nas suas uniões, é uma força poderosa que os conservadores e os reaccionários não podem ignorar. É tão importante, tão magestosa na sua capacidade geral, que as tentativas que têm sido feitas para a dividir, para a mutilar, para reduzir a sua força, acabam por revelar-se impotentes, minúsculas, incapazes de agir à escala da Confederação.

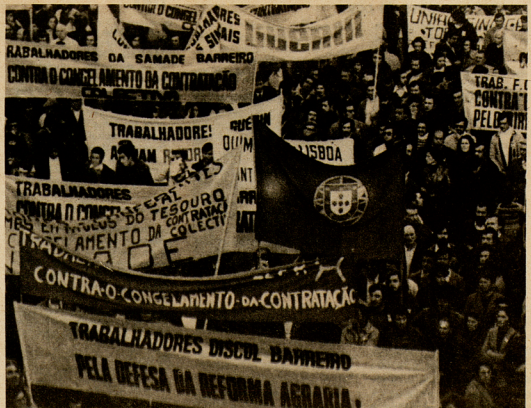
Podemos destroçar as manobras do inimigo de classe, temos força suficiente para fazê-lo. A solução dos graves problemas nacionais não se encontra nos jogos dos empréstimos financeiros mas na força de trabalho dos portugueses. Não há malabarismo político, não há combinação entre cavalheiros que possa solucionar qualquer dos graves problemas que nos afectam. Não há alternativa para um futuro que se escolhe entre o Socialismo e o regresso às trevas densas do fascismo. Será com os trabalhadores ou contra os trabalhadores que o Estado assumirá os seus deveres históricos.

O peso político da força dos trabalhadores erá maior ou menor conforme o grau de unidade que lhes for possível atingir. A unidade entre os trabalhadores em torno de reivindicações justas e oportunas, em torno da Constituição, em torno da CGTP-IN, virá a ter peso decisivo na consolidação da democracia em Portugal e no consequente avanço para o Socialismo.

É tremenda, a responsabilidade dos trabalhadores portugueses. Tiveram, por herança, um País arruinado. Recebem golpes sobre golpes daqueles em quem tinham confiando. Descobrem que o fascismo, uma vez destruído, revelou outro inimigo oculto, o capitalismo.

Cabe-lhes unir os que trabalham, na perspectiva do Socialismo a construir. Cabe-lhes consolidar a Democracia e defender a Constituição. Cabe-lhes salvar este País da ruína e garantir a independência nacional. Cabe-lhes construir em Protugal uma sociedade sem classes.

Hão-de conseguí-lo. Os trabalhadores portugueses virão a atingir todos estes objectivos.



QUOTIZAÇÃO SINDICAL

«Os tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.

(...) incumbe aos tribunais (...) reprimir a violação da legalidade democrática (...).

(...) não podem os tribunais aplicar normas inconstitucionais, competindo-lhe

(...) apreciar a existência da inconstitucionalidade.

Os Tribunais são independentes (...)»

CONSTITUIÇÃO, artigos 205 º a 208 º

INTRODUÇÃO

Muitos juizes têm demonstrado não estarem à altura da dignidade das funções cometidas à magistratura no nosso Estado democrático. Os escandalosos «julgamentos» dos Pides — entre muitos outros casos — fazem parte de um autêntico trabalho de sapa, na manobra envolvente que procura destruir a democracia portuguesa. Uma magistratura judicial que se recusasse a cumprir a legalidade democrática, fazendo coro com os inimigos da Constituição e dando-lhes a cobertura moral dos seus Juízos — representaria, como no Chile de Allende, uma ponta de lança do fascismo.

E porém de confiança que muitos outros verdadeiros juizes afirmem, por actos a sua independência e a determinação de fazerem cumprir a legalidade democrática.

Publicamos, por isso, o fundamental de uma sentença exemplar proferida pelo juiz do Tribunal da Comarca de Famalicão (2.º Juízo), DR. JOAQUIM LÚCIO FARIA TEIXEIRA.

Referindo-se ao problema da COBRANÇA DAS QUOTIZAÇÕES SINDICAIS, esta decisão do poder judicial vem dar razão às posições sempre defendidas pelo Movimento Sindical, mas atribuindo-lhes, com rara perfeição teórica, uma fundamentação jurídico-constitucional inatacável por todos quantos, fora ou mesmo dentro do Governo, sonham alto com «QUEBRAR A ESPINHA À INTERSINDICAL».

●

Procurámos escolher as passagens mais significativas e de mais fácil compreensão pelos leigos, em matéria jurídica, a quem se destinam. Limitámo-nos a introduzir pequenas frases de ligação ou de explicação que surgem impressas a letra de tipo diferente. Os sublinhados, são nossos.

A SENTENÇA

(...) A cláusula 36.ª do Contrato Colectivo de Trabalho dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos estabelece que:

«1 — São deveres das entidades patronais:

Alínea h) enviar aos sindicatos o produto das quotizações sindicais... acompanhadas dos respectivos mapas de quotização, devidamente preenchidos»;

No mês de Novembro de 1976, a ré não realizou essa cobrança de quotas nem as remeteu com os respectivos mapas de quotização (...).

O Sindicato dos Metalúrgicos de Braga pedia que o patrão fosse condenado:

— a elaborar os mapas de quotização de todos os seus trabalhadores sindicalizados (...) e

— a remetê-los ao autor, conjuntamente com o montante das quotizações (...)

(...) o patrão defende-se (...) confessando que não procedeu aos descontos daquelas quotas sindicais (...), mas contestando a sua obrigação (...) de cobrar as quotas sindicais

(...) por, em síntese, ser inconstitucional o art.º 21.º, do Decr.-Lei 215-B/75 e bem assim a cláusula 36.ª do Contrato Colectivo de Trabalho referido.

(...)

«(...) não se diga jamais que o cometimento do dever de cobrança de quotas à entidade patronal é perda de independência das Associações Sindicais. Pelo contrário, é afirmação do poder para impor ou negociar tal matéria (...)»

E, depois de enumerar e caracterizar as iniciativas do actual Governo para alterar a Lei Sindical, aprovada em 1975, a sentença passa a apreciar as duas questões fundamentais:

CONSTITUCIONALIDADE DO ART.º 21.º DO DEC.-LEI 215-B/75

A entidade patronal sustenta (a inconstitucionalidade) face ao princípio da independência dos sindicatos (...) A preocupação em afastar dúvidas (...) quanto ao regime jurídico vigente (...) **que levou a revogar alguns artigos da «Lei Sindical» (...) e o Dec.-Lei 215-A/75 que havia reconhecido a «intersindical» como a Confederação Geral dos Sindicatos, estrutura sindical maior saída com o «25 de Abril» duma gestação difícil de clandestinidade imposta pelo regime opressor, e de novo perseguida, assim, pelo irreconhecimento legal não resultou feliz.**

O legislador (...) tomou do texto da «Lei Sindical» de Abril de 1975, (...) a expressão «incumbe» (à entidade patronal), e apresentou-a como «competência» (da entidade patronal) e, a partir daí embandeirou-a com os apodos de «imposição do regime e prática corporativista de paternalismo», de «intervenção do patronato na vida sindical» e, por fim, declarou-a inteiramente contrária ao princípio da liberdade de sindicalização estabelecida na (...) Constituição, e ao princípio da não ingerência das entidades patronais (...).

(...) E assim, em artigo único, propõe-se substituir a redacção do art.º 21.º do Dec.-Lei 212-B/75 (...) pela seguinte:

«compete às associações sindicais estabelecer o valor a proceder à cobrança das quotas sindicais» e, «nenhum trabalhador pode ser obrigado a pagar quotização para sindicato em que não esteja inscrito».

Que pensar?

(...) toda a filosofia dogmática do preâmbulo do Dec.-Lei 841-B/76 assenta (...) no vício de ter reduzido o comando do art.º 21.º do Dec.-Lei 215-B/75, «Lei Sindical», (...) ao que chamou «competência da entidade patronal para cobrança e remessa de quotas sindicais aos sindicatos, e no vício de passar «competência» por «incumbência».

Se não existissem tais vi-

Uma sentença exemplar

cios poderiam considerar-se justas todas as críticas feitas naquele preâmbulo visto tal «competência» significar efectivamente (**nesse caso**) o poder do patronato sobre os sindicatos, ferindo-os, ou podendo feri-los, na sua capacidade económico-financeira, necessária à prossecução dos seus interesses e, afinal, de todos os trabalhadores, aqueles que são a estrutura e defesa da sociedade económica e socialmente democrática, justamente anunciada pelo «25 de Abril» e garantida pela Constituição Política da República Portuguesa.

(...) **Porém**, o que aquele art.º 21.º fixava não era «competência» da entidade patronal mas «sujeição», «obrigação» ou «dever» jurídicos, seus, **que mais não são do que a «incumbência» de que fala o preâmbulo.**

Depois de distinguir cientifi-camente os conceitos jurídicos de «sujeição» e de «competência», prossegue:

Sendo assim, não se alcança como esta sujeição da entidade patronal às Associações Sindicais feriase o princípio da independência destas associações sindicais ou praticasse ingerência na vida interna das mesmas Associações Sindicais (...)

(...) Não, ali não há problema de «competência» das entidades patronais, ali há criação dum dever, duma sujeição tão apertados **no sentido de por uma forma prática, rotinada, eficiente e económica**, sem agravo para o patronato que sempre tem de manter uma burocracia administrativa, se assegurar a situação financeira das Associações Sindicais, estrutura fundamental à organização dos trabalhadores, que aquele mesmo Dec.-Lei de Abril de 1975, no seu art.º 39.º (...), tratando-os expressamente por «obrigação», sanciona a entidade patronal pelo seu não cumprimento na multa de um a duzentos contos.

(...) Mas ainda que em linguagem jurídica imprópria (...) se chamasse «competência» da entidade patronal àquela sua sujeição, só sectarismo finalista não deixaria ver que o próprio preceito legal outorgava às Associações Sindicais o poder de atribuir ou não ao patronato essa «competência» especifica o que, em definitivo, não permitiria

«No Governo corporativo quando «os sindicatos», ainda que débil, eram um factor de perturbação da filosofia do Poder Político virado para o seu controlo e cerceamento, o legislador-governo, ainda assim, facilita a cobrança de quotas impondo-a ao patronato»

mais pensar-se em invasão dos Sindicatos pelas entidades patronais que, nesse assim, estariam antes dependentes daqueles.

(...) Essa competência têm-na as Associações Sindicais para usar ou não dos poderes conferidos pelo citado art.º 21.º do Dec.-Lei 215-B/75 e pelo art.º 53.º, n.º 3, da Constituição, que expressamente lhe consagrou o direito de contratação colectiva.

E esses poderes usou-os a Associação Sindical através da cláusula 36.ª, n.º 1, alínea h) do Contrato Colectivo de Trabalho, obrigando a Entidade Patronal à cobrança das suas quotas sindicais:

(...) **Ora, o art.º 21.º passou, na nova lei, a ter a seguinte redacção.**

«Compete às Associações Sindicais estabelecer o valor e proceder à cobrança das quotas sindicais».

É este, porém, o preceito que é entendido pela entidade patronal como contendo um comando legal que a liberta da cobrança das quotizações sindicais ou lhe permite fazê-lo ou não.

É estranho este entendimento que, a propósito de «salvar» a independência dos Sindicatos, coloca a sobrevivência financeira destes no arbítrio do Patronato ou na intervenção unilateral do Governo que sobre esta matéria se apresenta a decidir imperialmente em manifesta afronta aos princípios da Constituição

(...). Isto é que é interferir na independência dos Sindicatos, é submetê-los, é invadir a sua esfera de competência exclusiva é, em suma, a negação da «liberdade sindical»

(...)

(...) Mas, (...) **o Tribunal** por modo algum, **pode retirar do «compete às associações sindicais estabelecer o valor à cobrança das quotas sindicais»** a desobrigação da entidade patronal proceder a essa cobrança ainda quando a tal se tenha obrigado em convenção colectiva, e menos daí pode retirar que só os sindicatos têm de fazer essa cobrança e mais ninguém, ainda que por incumbência, porque isto era rude ofensa aos **poderes de contratação colectiva atribuídos só aos sindicatos** no art.º 58.º, n.º 3, da Constituição.

(...) A competência para estabelecer e cobrar as quotas sindicais pertence às associações sindicais (...)

Ninguém, juridicamente, o poderá negar e, a propósito do alegado carácter de «exclusiva» dos sindicatos (...) dir-se-á juridicamente também: Quanto mais «exclusiva» dos sindicatos for essa competência, menos seja quem for tem o direito de perturbar-lhe o uso dos seus poderes.

(...) **Alias face à** «Lei Sindical», que (...) estabeleceu que este diploma (inclusive com a nova redacção do art.º 21.º) não prejudica o estabelecido em cláusulas convencionais mais favoráveis às associações sindicais e aos trabalhadores, **ainda hoje** tem de se entender que (...) impende sobre a entidade patronal o dever de cobrar e remeter as quotas sindicais dos seus empregados sindicalizados ao respectivo sindicato.

E a sentença continua, aconselhando «a meditar muitos nos seguintes marcos pro-fundos»:

No Governo corporativo quando «os sindicatos», ainda que débil, eram um factor de perturbação da filosofia do Poder Político virado para o seu controlo e cerceamento, o legislador-governo, ainda assim, facilitava a cobrança de quotas impondo-a ao patronato; no Governo Democrático cujo objectivo tem de ser o de assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras (...) **quando os sindicatos são a organização e garantia da defesa dos interesses dos trabalhadores e da preparação para o exercício do poder por eles,** o Legislador-Governo dificultaria a sua acção enredando-lhes a cobrança das quotas sindicais, sua estrutura financeira de sobrevivência, e eliminando-lhes o mecanismo natural, económico, cómodo e eficiente que são os serviços burocráticos da entidade patronal (...)

É esta uma contradição demasiado grande para ter de se manter (...) Por consequinte, não se diga jamais que o cometimento do dever de cobrança de quotas sindicais à entidade patronal é perda de independência das Associações Sindicais. Pelo contrário, é afirmação do poder para impor ou negociar tal matéria (...)

«Claro, falo da independência consagrada na Constituição, a que contribui para o exercício do Poder pelas classes trabalhadoras, a que é fundamento da sua unidade (...) Outra há, parece, e oposta. (...) Mas isso não é reconhecer independência a ninguém, isso é fazer-lhe um cerco»

A sentença toma então posição sobre as condições necessárias para que exista independência sindical. Ela não existirá se o Governo proibir a cobrança pelo patronato... Precisa:

Claro, falo da independência consagrada na Constituição, a que contribui para o exercício do Poder pelas classes trabalhadoras, a que é fundamento da sua Unidade. Outra há, parece, e oposta. É a que, a partir do preâmbulo do Dec.-Lei 841-B/76, faz uma leitura de «independência» igual a isolamento, a utópica auto-suficiência, ao abandono a si mesma e só das associações sindicais. **Mas isto não é reconhecer independência a ninguém, isso é fazer-lhe um cerco.**

Ninguém, seriamente, perfilhará de resto tal concepção de «independência», porquanto, a sustentar-se, o patronato, com fundamento em igual respeito pela «independência do Estado Português», poderá pegar na palavra e negar-se à cobrança das contribuições dos trabalhadores para a Previdência, por ter, então, como inconstitucional, também, o art.º 114.º do Decreto n.º 45.266, de 23-9-63 que lhe atribui essa «competência» (...)

E desenvolve o argumento, para concluir:

Impor-se-ia a mesma solução final: ou constitucionais ambas as normas ou inconstitucionais as duas (...) E, **após ter demonstrado que, nestes dois casos, a inconstitucionalidade seria uma aberração, aponta a conclusão de que** o art.º 21.º da «Lei Sindical», **na redacção de 30 de Abril de 1975,** é uma norma material, orgânica e formalmente constitucional por não ofender qualquer princípio da Constituição (...)

NOTA: Devido à extensão deste estudo não nos é possível incluí-lo todo na presente edição. Assim, no próximo número do «Alavanca», será apresentada a apreciação da «segunda questão fundamental»: INCONSTITUCIONALIDADE DO DEC-LEI 841-B/76.

O facto das centrais nucleares proliferarem a ritmo acelerado um pouco por toda a parte, não implica que elas tenham deixado de constituir um problema. Bem pelo contrário. Pois é sem dúvida alarmante a celeuma que o assunto começa ou continua a levantar. O que vem pelo menos demonstrar que o tema está longe de ser «um caso arrumado» e que nem tudo corre às mil maravilhas no complexo mundo das centrais nucleares. Se a questão se agudizou, por algum motivo foi. A sabedoria popular lá diz: «não há fumo sem fogo»...

Para já, o assunto é inegavelmente controverso. Entre os que se lhe opõem frontalmente e os que as defendem (embora muitas vezes em nome de...), a verdade é que a indiferença dos leigos foi sacudida. De repente, as pessoas aperceberam-se de que o problema lhes dizia respeito. De que estava em jogo qualquer coisa de pouco claro. E o alerta fora lançado.

A certa altura, também entre nós, começou a ser ventilada a hipótese da construção de uma primeira central nuclear em Portugal. E hoje avoluma-se cada vez mais a sensação de que qualquer coisa estava assente e muitos acordos consumados já quando o assunto foi publicamente levantado. Entretanto, aguardou-se o tal «esclarecimento» e a tal «discussão» do problema que foram prometidos e que ainda hoje continuam por fazer-se. Pois a verdade é que após as duas iniciativas a que acabamos de assistir (a que adiante nos referiremos) e que tinham como tema fundamental o caso da possível construção de uma primeira central nuclear em Portugal, assim como a política energética em geral, o impasse mantém-se e o esclarecimento total sobre os tão problemáticos «pontos quentes» (e não técnicos apenas), aqueles a que na verdade todos nós, portugueses, deveríamos ter acesso, continua por fazer. Dada a gravidade do assunto, não nos parece lícito que ele continue a ser manipulado no silêncio dos gabinetes, escamoteando a divulgação das suas inúmeras implicações políticas, económicas e sociais.

Tendo em vista a controvérsia do problema e os excessos não fundamentados a que nos poderia conduzir uma divagação longe demais, passaremos imediatamente ao relato, sem dúvida sumário, do ambiente geral dos dois encontros a que assistimos. Pois de encontros se trataram, apesar do primeiro se intitular «Seminário para Jornalistas» e o segundo «Encontro Nacional de Política Energética».

Durante dois dias, a 16 e 17 de Março, realizou-se no Hotel Sintra-Estoril, o seminário acima referido. Com assistência que não foi muito além das 60 pessoas, ressaltava desde logo a ausência de um número significativo de jornalistas, já que a eles se destinava a iniciativa. Intenção falhada à partida, dada a abordagem excessivamente técnica do assunto, o que não podia interessar nem sensibilizar jornalistas na sua maioria sem conhecimentos profundos sobre a matéria. Tanto mais que em Portugal são raros os casos de «jornalistas especializados». Se se pretendia que os órgãos de Informação esclarecessem as populações, impunha-se acima de tudo que a tónica das intervenções incidisse sobre as tais «implicações» que afinal todos queremos ver discutidas. Amplamente e à luz do dia. Que é como quem diz, publicamente.

Houve quem afirmasse que nos tinham bombardeado, durante dois dias, com toda a espécie de dados técnicos e gráficos incompreensíveis para o comum dos mortais, à mistura com uma linguagem quase sempre hermética, portanto para iniciados. Ora a verdade é que se nem tudo foi assim, foi-o pelo menos em grande parte. De tal maneira que apouco e pouco começou a avolumar-se em todos a sensação de que se pensava menos em esclarecimento do que em «preparar» o público para um projecto já em curso.

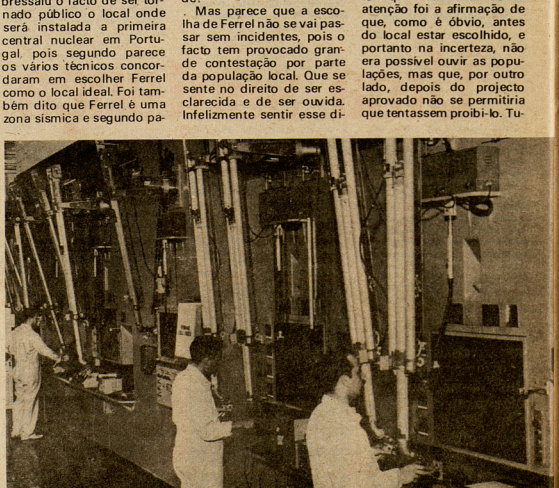
O seminário realizou-se por sugestão da Secretaria de Estado da Energia e Minas e foi promovido ou patrocinado pela Electricidade de Portugal (EDP). O objectivo era portanto o de esclarecer as massas através dos órgãos de Informação, já que «neste momento é-nos permitida uma salutar discussão de ideais», segundo afirmou o engenheiro Simões dos Reis no texto de apresentação. No entanto, perguntamos: debate, a que nível? Esclarecimento público, em que termos?

Se se pretendia um esclarecimento público a nível nacional, é para já incompreensível a indiferença da rádio e da televisão, ignorando **quase** completamente este seminário. E se dizemos **quase** é porque de facto estiveram presentes dois funcionários da RTP, sem dúvida para elaboração das mais que sumárias notícias que costumam dar sobre certos assuntos (sobretudo se são incómodos...). Porque a reportagem que se impunha não chegou a ser feita. Apesar de um dos funcionários nos ter afirmado que **devia lá ir** uma equipa de técnicos.

Sem grandes ilusões sugerimos até que seria interessante que isso acontecesse na altura dos debates, portanto na fase final do seminário. Mas, curiosamente e como tantas vezes acontece, a RTP preferiu marcar pela ausência.

Entre o que de mais concreto se veio a saber, sobressaiu o facto de ser tornado público o local onde será instalada a primeira central nuclear em Portugal, pois segundo parece os vários técnicos concordaram em escolher Ferrel como o local ideal. Foi também dito que Ferrel é uma zona sísmica e segundo parece a única vulcânica do nosso País, mas isso já é outra ordem de ideias... E que não vale a pena levantar se a coisa já está mesmo decidida, não é verdade?

Mas parece que a escolha de Ferrel não se vai passar sem incidentes, pois o facto tem provocado grande contestação por parte da população local. Que se sente no direito de ser esclarecida e de ser ouvida. Infelizmente sentir esse direito não quer dizer que ele exista na prática. Pois segundo parece a legislação em vigor não lhe permite qualquer intervenção em termos de veto. Outro ponto que feriu a nossa atenção foi a afirmação de que, como é óbvio, antes do local estar escolhido, e portanto na incerteza, não era possível ouvir as populações, mas que, por outro lado, depois do projecto aprovado não se permitiria que tentassem proibi-lo. Tu-



CENTRAIS NUCLEARES EM PORTUGAL

do isto é um pouco confuso, mas de qualquer maneira curioso.

A verba calculada para instalação da central foi inicialmente calculada em 33 milhões e 200 mil contos. Posteriormente, cremos que já se fala em 50 milhões de contos. Coisas destas são sempre um enigma. Lembremo-nos de que o Projecto de Sines, que foi calculado em cerca de 5 milhões e meio, longe de estar concluído, já vai nos 16 milhões...

Por outro lado, parece fora de dúvida que a compra virá a ser adjudicada à empresa alemã Kraftwerk Union, que neste momento tenta desesperadamente vencer o impasse económico em que se encontra, devido à proibição de instalação de novas centrais nucleares na Alemanha Federal. Daí se conclui que alguém há-de aguentar o barco, pois a empresa precisa de vender pelo menos 8 centrais nucleares por ano para não despedir os vários milhares de trabalhadores de que dispõe.

De uma maneira geral e como contraste com um certo academismo reinante durante todo o seminário, foi sem dúvida a parte final a que despertou mais interesse. Apesar de nos parecer exíguo o tempo reservado ao debate, foi ainda através dele que o problema se desanuviou um pouco. Embora tivéssemos ficado muito pouco esclarecidos quanto às reais consequências da instalação (precipitada) da referida primeira central, a que várias outras se seguirão. Consequências que incluem, por exemplo, possíveis cedências, políticas e económicas, de Portugal em relação aos países (ou país) fornecedores. Estas e outras as questões que ficaram sem resposta.

Encontro nacional de política energética

Realizado em 25 e 26 de Maro, nas instalações do Laboratorio Nacional de Engenharia Civil, o avultado número de participantes e a animação do ambiente, mesmo antes do início do encontro, revelaram o interesse que a iniciativa despertara. Sentia-se desde logo que não seria possível assistir a uma «sessão solene». O debate era inevitável. Controverso e por vezes apaixonado. Em que eram mais definidos os ataques e mais denuna do certo cepticismo e apreensão quanto à opção nuclear.

...Na véspera do encontro já tinham sido registadas cerca de 350 incrições e no decurso dos trabalhos verificaram-se mais 260. Prova inequívoca do interesse despertado. Tratava-se do 2.º grande encontro realizado em Portugal no espaço de dois anos. A decisão do Governo de se dissociar da iniciativa «por não achar oportuna a sua participação», após várias semanas de conversações despertou curiosidade e uma certa apreensão.

Como já acima referiração da Junta de Energia Nuclear e a criação de uma Empresa Nacional de Urânio, projecto em que a República Federal Alemã parece particularmente interessada, entre outros motivos pelo aproveitamento que espera fazer do urânio português. Convém não esquecer, por outro lado, as conversações que se teriam realizado entre o Primeiro-Ministro português e o seu homólogo alemão, apesar de Mário Soares ter afirmado no regresso da sua digressão pelos países do Mercado Comum que «nada estava definido, nem nada estava resolvido». No entanto, posteriormente veio a ser reconhecido que o «dossier» das centrais nucleares fora abordado nos seus contactos com a RFA.

É assim que certamente contra a vontade do próprio Governo, se vai avolumando a certeza de existir uma certa «política de gabinete», contrária a um regime democrático e que se deseja a caminho do socialismo.

Muito de tudo isto foi pelo menos denunciado durante o Encontro Nacional de Política Energética, o que lhe conferiu desde logo o interesse que o assunto merecia. E se uma ou outra intervenção procurou enveredar pelo hermetismo datécnicapelasoleniedade do academismo, a verdade é que a espontaneidade e combatividade da maior parte dos participantes acabou por abafar essas tentativas isoladas.

Um dos intervenientes que maior celeuma levantou foi o professor Delgado Domingos, devido ao tom polémico das suas afirmações. Desde sempre «antinuclarista» incondicional, entre muitos outros assuntos chamou a atenção para as pesadas consequencias que podem advir da aceleração do Governo para o processo, decidido apenas por 3 ou 4 pessoas, o que considera uma forma violenta de ditadura. No final, o professor Delgado Domingos fez uma espécie de desafio ao Governo através de uma série de perguntas, que todos receamos que não venham a ter resposta.

Os riscos foram também abordados durante o encontro através de uma intervenção de Afonso Cautela e chamada a atenção geral para a necessidade de criação de verbas para a prevenção e segurança, assunto a que as entidades oficiais parecem não dar a devida importância.

Também o documento lido por um representante dos pescadores de Peniche alertou os presentes para a grande preocupação que alastra na região pelo futuro da pesca e o repúdio que as populações sentem «por um processo que significa um caminhar cego e irreversível para um desconhecido sem saída».

Terminado o encontro, fica-nos a sensação de que o problema nuclear, longe de estar resolvido, continua a levantar cepticismo e descontentamento. Não só por parte dos leigos, mas **principalmente** por parte dos especialistas. A pergunta feita pelo engenheiro Pedro Nunes, «afinal quem é pela central nuclear?», ficou sem resposta. Mesmo a maioria dos seus defensores, parecia concordar na necessidade de adiamento do projecto. Projecto que, infelizmente talvez já seja uma realidade. O sonho ou a aposta nuclear pertence a centros de decisão que escapam um pouco aos participantes do encontro. Mas a denúncia do facto foi pelo menos muito importante.

Porque talvez nem todos os dados estejam lançados.

Um tema em debate ou um facto consumado?

Onde se fala do lazer do trabalhador

PESCA É DESPORTO?

Pesca é desporto? Há quem diga que não E os humoristas acrescentam que só faz desporto, a minhoca, ao aprender a nadar.

É desporto ou não? Nas estatísticas que se faziam em Portugal, para se dizer que tínhamos um grande número de praticantes de desporto, metiam-se na conta os caçadores e os pescadores e assim se concluia que Portugal era um País de desportistas.

Mas é, ou não, a pesca um desporto? Afinal porque não? Se desporto é encher a baliza de golos, a pesca não é.

Se desporto é encher a bancada de gente, a pesca não é.

Se desporto é encher jornais de sensações, a pesca não é.

Agora, se desporto é recreio, se é diversão, se é o aproveitamento dos tempos livres do trabalhador, porque não há-de a pesca ser um desporto?

. Se desporto é exercício físico, bom, a coisa torna a ser discutível, outra vez. O pescador à linha, esse que a gente vê por aí fora, à beira-mar plantado, nem por isso se exercita assim muito, é mais uma questão de esperar... A pesca está catalogada como um desporto de paciência.

Na verdade, o pescador não salta, não corre e, sobretudo, não chuta, embora certamente lhe apeteça gritar «gooooooolo», de cada vez que lhe aparece peixe grosso.

Já o que faz pesca submarina pratica uma data de desportos ao mesmo tempo: mergulha, nada, faz pontaria e até pode fazer luta, se a caça é grossa de mais.

O caçador submarino diz que pescar à linha é uma humilhação, porque o peixe é que escolhe o pescador, enquanto o caçador submarino vai ele próprio lá abaixo e escolhe a peça que lhe convém.

(A propósito, vocês sabem como é que os remadores chamam aos velejadores?... Os chulos do vento!...).

O caçador cá de cima (o dos coelhos e das perdizes) esse também faz exercício físico, percorre longas caminhadas, faz a sua pontaria, atira, acerta... ou não.

. Portanto, se o critério é o exercício físico, mesmo reconhecendo que a sua passividade não é assim tão grande como o anedotário pretende, mal vai ao pescador o apodo de desportista.

Mas vejamos... E o homem que joga xadrez?... Também não corre, não pula, não chuta, não mergulha... Não é um desportista?

. Não há um exercício físico, há um exercício mental. Não vale?

. Também do xadrez se pode dizer, tal como da pesca, que é um desporto de paciência, um exercício de paciência, mas, de qualquer modo, um exercício.

Em que ficamos? A pesca deve ou não ser considerada um desporto?

. Que critério vamos adoptar para definir os desportos?

. Creio que já demos a resposta que nos parece mais correcta e que importará divulgar nesta revista de trabalhadores.

Desporto pode ser também trabalho (assunto que já tratámos na «Alavanca» anterior e também nos anteriores «Alavancas» semanais), mas, na sua acepção mais pura, desporto é mesmo recreio e diversão e cada um está no seu direito de se recrear e de se divertir como melhor entender.

Pesca e xadrez não serão modalidades espectaculares, daquelas de atrair multidões às bilheteiras, mas não é isso que lhes tira carácter desportivo.

Inclusivamente há competições de pesca e de xadrez, há campeonatos, há títulos, mas trata-se de desportos individuais e de satisfação pessoal do praticante, essencialmente.

..Aí é que está, a nosso ver a chave da questão: a satisfação pessoal do praticante, a faculdade de cada qual escolher a prática desportiva que

mais lhe agrada ou mais lhe convém.

Depois (isto é, quando o despoto for, realmente, entre nós, um direito do povo)... depois (quando?) haverá também os que escolhem mal. Mas isso é outro aspecto da questão, cada um sabe de si.

No caso da pesca, parece-nos lógico que seja o passatempo escolhido por aqueles que têm uma actividade diária agitada.

Por exemplo, aquele que trabalha num recinto fechado, numa oficina ruidosa, desenvolvendo um esforço físico importante, sentirá absoluta necessidade de uma compensação repousante, ao ar livre, num ambiente tranquilo que lhe permita uma recuperação das fadigas profissionais e lhe dê alento para reatar a tarefa quotidiana.

Será ainda o caso do médico que leva uma semana inteira a lidar com cancros e tuberculosos e fracturas, com mortos e feridos e, assim, chega ao fim-de-semana e deve precisar, como pão para a boca, de uma calma pescaria em que o único problema importante que se lhe depare seja esse de o peixe picar ou não a isca.

Já nos parece errado que escolha também a pesca aquele funcionário que leva uma vida sedentária durante a semana e, no fim, calmamente vai continuar, no seu desporto de sábado e domingo.

...Pois é, não temos nada com isso. É lá com ele...Mas lá que a pesca é desporto, é mesmo!... O lazer de cada um diz respeito a cada um, e é como lazer do trabalhador que o desporto desempenha uma das suas funções sociais de maior relevo.

Carlos Pinhão

TEMPOS LIVRES... AO SERVIÇO DE QUEM?

Uma batalha a não perder

NA década passada a propaganda burguesa proclamava-a para amanhã, estávamos no limiar dela, a famosa «civilização do lazer».

Sociólogos afadigaram-se em volta do tema tentando demonstrar que o prodigioso neocapitalismo e os trabalhadores estariam a ponto de substituir o principal das suas preocupações, trocando os problemas do trabalho pelos não menos complexos, mas quão mais agradáveis, problemas dos ócios.

Hoje, em plena crise do capitalismo mundial, com os seus milhões de desempregados, a sua inflacção galopante, o seu cortejo de outros pequenos e grandes males que vêm por acréscimo, a «civilização do lazer» foi arrumada na prateleira dos trastes velhos e fora de moda. Mas entendamo-nos: o que saiu da circulação foi uma certa ideia de tempos livres, uma teoria encomendada para uso/mistificação da classe trabalhadora, um passaporte anestesiante para miríficos paraísos a ofertar ao proletariado da sociedade de consumo. E se os sociólogos de serviço ao grande capital não estão mais ao ataque com as suas capciosas propostas de Country Club Popular e cruzeiros de fim-de-semana às Caraíbas para todas as bolsas, a verdade é que os tempos livres não deixaram de ser uma realidade que os trabalhadores têm de agarrar nas suas mãos para a conformar aos seus mais profundos desejos e necessidades.

UMA CONQUISTA E UM DIREITO

Os tempos livres são uma conquista dos trabalhadores. Não, por sistema, uma conquista objectivada como tal, porque quando a luta por eles começou, ainda os termos «tempos livres», ou «ócio», ou «lazer», não constavam do vocabulário das massas trabalhadoras. A luta pelos tempos livres é, antes de mais, a luta pela redução das horas de trabalho, pelas férias pagas. Começou em plena revolução industrial e tem sido conduzida com determinação, sofrida com dor e amassada com sangue. Por isso os tempos livres e o seu usufruto se transformaram num direito, consignado na Carta dos Direitos do Homem e nas Constituições Políticas mais progressistas, entre as quais a nossa.

Agora, o combate dos trabalhadores pelo seu lazer entrou numa etapa qualificativamente nova: trata-se de assegurar o direito consignado, concretizá-lo na prática, encontrar-lhe conteúdo e forma. O conceito de tempos livres como tempo de não-trabalho a preencher de modo útil e enriquecedor começa a ser apropriado pelas massas populares e ganha a dimensão de uma nova frente de batalha. Uma batalha a não perder, por preço nenhum, que o capital está a fundo empenhado nela.

UMA FORMA DE DOMINAÇÃO

Os preenchimentos dos tempos livres é um fenómeno eminentemente cultural, qualquer que seja a forma que revista: a participação numa companhia de teatro amador ou num grupo coral, a prática desportiva, a assistência a um filme ou o visionamento de um programa de televisão. Assim, e sendo a cultura um produto da classe dominante e um meio de transmissão e perpetuação dos seus próprios valores, nada mais natural que a burguesia se invista totalmente na tentativa de dominação e controlo das actividades de lazer dos trabalhadores. E até aqui com bons resultados, coisa que se explica pelo seu completo domínio do aparelho que a elaboração e difusão do produto cultural pressupõe.

Aliás, a este aspecto haverá que juntar um outro, indissociável dele: o de que a cultura também se vende e que se isso se traduz, entre outras coisas, pelo aparecimento recente de um novo sector de actividade lucrativa do grande capital, a vulgarmente chamada «indústria dos tempos livres». Ou seja, em linguagem chã: a burguesia impinge aos trabalhadores a droga cultural (!?) que muito bem entende e ainda lhes saca massa, e não pouca, por isso.

Também relativamente ao processo produtivo existem fortes motivos para a «tocante» preocupação das classes dominantes pelos ócios dos trabalhadores. Com efeito, nada contribui mais para a reprodução da força de trabalho perdida na actividade laboral do que uma actividade de lazer bem orientada, principalmente se é uma prática desportiva. Porque com esta, não só o trabalhador vê a sua força de trabalho reconstituída como, se se tratar de uma prática regular, significativamente aumentada. E isto, traduz-se em aumento de produtividade do trabalho, como facilmente se calcula. O patronato «esclarecido», pelo menos, calcula. Normalmente até, calculará em termos de mais-valia...

UMA VIA DE LIBERTAÇÃO

A palavra só pode ser uma, mesmo que um pouco gasta pelo uso e abuso: alienação. E isso as classes dominantes, a burguesia, o capital, utilizam de forma sistemática, com objectivos e regras bem definidas e implacável determinação, a sua «indústria dos tempos livres» para alienar as massas trabalhadoras, forne cendo-lhe uma subcultura ideologicamente marcada, proporcionando-lhe uma massa de «divertimentos» embrutecedores, recuperando ou criando mais-valia. E tudo sob o signo do sagrado consumismo.

A isto, da parte dos trabalhadores, exige-se a resposta rápida e exacta, a única: fazer definitivamente seus os seus tempos livres.

Como?

Criando um amplo movimento de cultura popular cujo conteúdo responda interamente às suas necessidades e interesses, contribuindo para a sua formação, para o seu enriquecimento espiritual, para o reforço da sua consciência de classe.

Atraindo a si todos os intelectuais e artistas que, sem espírito de casta, sem residência fixa em periféricas torres de marfim, desprecupados do seu próprio umbigo, resolvam que pôr a palavra, a ideia, o acto criador ao serviço dos trabalhadores é a forma mais digna de assumir plenamente as suas responsabilidades morais e sociais.

Utilizando massivamente e racionalmente toda a estrutura sindical, as pequenas colectividades, as organizações populares e de base, no sentido de criar condições materiais para a actividade cultural que se traduzam numa alternativa aos circuitos da cultura comercializada e do divertimento «a martelo»...

Se os trabalhadores fizerem isto, se orientarem, organizarem, gerirem os seus tempos livres, estes deixarão de ser um instrumento de dominação nas mãos das classes possidentes e passarão a ser uma forma de libertação dos próprios trabalhadores.

Como se dizia atrás, é uma batalha a não perder.

Por preço nenhum.

António Sousa Santos

REFORMADOS

NÃO PODEMOS VIVER *com aquilo que temos*

A nossa Constituição consagra e imputa ao Estado a responsabilidade de promover uma política da terceira idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas. Porém, as recentes medidas tomadas pelo Governo, que conduziram a um vertiginoso aumento de preços, com especial relevância para os artigos de primeira necessidade, agravaram particularmente as difíceis condições de vida da maioria dos reformados e pensionistas.

A culminar um processo de luta desenvolvido pelos Reformados e Pensionistas, reclamando justiça social e pensões dignas vem, desta feita, o Governo Constitucional, por intermédio do Eng.º Vítor Vasques, Secretário de Estado da Segurança Social, discriminadamente, publicar mais uma afronta a centenas de milhares de reformados e pensionistas: a Portaria n.º 94/77, de 23 de Fereiro de 1977.

Na verdade, a mais elementar justiça obriga o Governo a considerar a situação das pessoas mais desfavorecidas do nosso País, cuja dramática situação é, tantas vezes, de miséria.

Até Janeiro do corrente ano assistiu-se a um grande movimento de protesto e descontentamento, face aos previstos aumentos de pensões de reforma, de 250$00 para o regime geral e de 150$00 para o regime especial. Esta situação, por ser discriminatória e pouco ajustada às reais necessidades e anseios Reformados e Pensionistas, foi tida em conta pelo Secretário de Estado dos Assuntos Sociais, que, em 28 de Janeiro, reconhecia ser **«indispensável, eliminar determinado tipo de distorsões para o que se tornava necessária a revisão do sistema de fixação dos valores das pensões a atribuir».**

Que resposta encontrou, pois, o sr. Secretário de Estado? **«Uma Portaria que é um aborto de injustiça, discriminatória, tendente a provocar a divisão entre os Reformados e Pensionistas, podendo mesmo lançá-los uns contra os outros»** como nos afirmaram os responsáveis pelo Grupo de Trabalho dos Reformados, a funcionar na CGTP-IN.

Da «resposta» encontrada pelo sr. eng.º Vítor Vasques resulta que muitos milhares de antigos trabalhadores que recebem a pensão mínima de 2000$00 não vão ser aumentados, nem um centavo, enquanto outros, cujas pensões são superiores ao salário mínimo nacional, se vêem aumentados de 750$00. O resultado, à vista, é que os mais desfavorecidos ficam precisamente na mesma ou pior ainda, se atentarmos no notório aumento do custo de vida. (Para melhor compreensão desta anomalia veja-se o quadro que publicamos, neste artigo).

É face a estes impressionantes números que os amigos do Grupo de Trabalho dos Reformados perguntam se **«qualquer trabalhador será capaz de comprar os produtos necessários à vida, com o dinheiro de tão miserável pensão de Reforma?»** Todos nós sabemos que isso não é possível. Por isso os trabalhdores Reformados e Pensionistas afirmam ao Governo: **«Não podemos viver, com aquilo que temos»!**

QUEM VAI PAGAR?

Outra questão que se levanta aos trabalhadores Reformados é a de se saber como vão ser contemplados com a Pensão Social, cerca de 50 mil pessoas, se se pensar na situação de perfeita ruína em que se encontra a Previdência. Quanto a isto, os camaradas do Grupo de Trabalho remetem o Governo para a leitura do Art.º 63.º, n.º 2, da Constituição: **«Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das associações sindicais e outras organizações das classes trabalhadoras».**

Para aqueles que trabalharam toda uma vida que ajudaram a criar a riqueza do País outras reivindicações se afiguram necessárias e justas, tais como, a criação de centros comunitários, com alimentação graciosa e onde possam passar os tempos livres; o direito à utilização de transportes, pagando 25 por cento da totalidade, eliminando-se a medida discriminatória do percurso mínimo de 50 km; pretendem o direito a ingressar, senão gratuitamente, pelo menos pagando um preço mínimo, nos espectáculos estatizados; e, ainda, que através do Ministério dos Assuntos Sociais, lhes sejam proporcionadas visitas de cultura e recreio, aos mais variados pontos do País, para que possam, deste modo, conhecer melhor a sua terra e conviver com os seus compatriotas.

Os camaradas do Grupo de Trabalho dos Reformados com quem contactámos quiseram ainda deixar bem claro que **«toda a luta dos Reformados, Pensionistas e da 3.ª Idade, se deve, fundamentalmente, aos trabalhadores portugueses, aos Sindicatos, às Uniões e à CGTP-IN, pois tem sido graças ao seu apoio solidário em meios técnicos e financeiros, que nós — vivos, que muitos governantes já consideram mortos — temos conseguido levar por diante a nossa luta, para atingirmos condições de vida, justas e dignas».**

Quanto irá receber um trabalhador reformado em 1976, cuja pensão, actualmente, é de 2000$00, face ao disposto na Portaria n.º 94/77?

Se o quantitativo estatutário fôr de valor igual a 40$00, 50$00, 100$00, 200$00, 300$00, 350$00 e 400$00, não é aumentado e, portanto, fica a receber os mesmos 2000$00. Isto significa que terá de «apertar o cinto» na medida do seu quantitativo estatutário e não na razão directa do aumento do custo de vida.

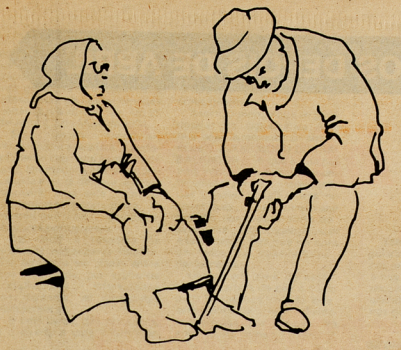
Se o seu quantitativo estatutário fôr de 410$00 mensais, junta-se-lhe 1600$00 e passa a receber 2010$00, quer dizer, é aumentado, somente, em 10$00 por mês. E se o quantitativo estatutário fôr subindo de escalão em escalão, isto é, se fôr de 420$00, 450$00 ou 500$00 até 650$00, junta-se-lhes 1600$00 e passa a receber, respectivamente, 2020$00, 2050$00, 2100$00 ou 2250$00.

Por outro lado, no caso dos trabalhadores reformados em 1976 com quantitativos superiores a 650$00 e até 1150$00, já não se lhe junta 1600$00, mas sim 1350$00, ou o necessário para que todos fiquem a receber 2250$00 de reforma.

Entretanto, parece que para se atender, na medida do possível, à evolução do custo de vida, como se diz no início da Portaria n.º 94/77, um Reformado cujo quantitativo estatutário seja de 11 250$00 mensais, leva mais 750$00 e passa a receber 12 000$00.

Será, então, esta a resposta do eng.º Vítor Vasques, que elimina «determinado tipo de distorsões»?

Nós não acreditamos. E os Reformados muito menos.



Previdência

Um ano depois de Coimbra

UM trabalhador cujo ordenado seja da ordem dos 12/14 contos, casado com uma trabalhadora que tenha salário semelhante, recebe, a título de abono de família, uma determinada quantia mensal. Exactamente a mesma que é paga a outro trabalhador, único sustentáculo económico da sua família, que receba apenas o salário mínimo nacional.

É evidente que isto não está bem. Que uma mesma superficial análise desta situação, feita na base de critérios de justiça social, denuncia a necessidade de corrigir casos destes. Mas, como se sabe, é o que se está a passar. De onde se conclui pela necessidade de proceder a uma revisão do quadro dos benefícios da Previdência. O abono de família é apenas um exemplo, e talvez nem sequer o mais importante.

AS RAZÕES DE UMA RECUSA

De resto, a própria revisão do quadro dos benefícios e dos critérios em que assenta não é, de modo nenhum, a mais prioritária tarefa a que se impõe proceder no âmbito da Previdência, por importante que seja. A verdade é que, reunidos em Coimbra, em Encontro Nacional, realizado em Março de 1976, quase um milhar de representantes dos trabalhadores, debruçados sobre as questões da Previdência, definiram claramente as linhas-mestras do que deve ser neste País a Previdência — e, de um modo mais amplo, a Segurança Social — que os trabalhadores pagam com o produto do seu trabalho, e de que bem pouco proveito tiram. De então para cá, porém, foi de completa indiferença pelas conclusões então apresentadas a reacção dos que, nas cadeiras do Governo, tinham por estrita obrigação estar atentos às deliberações dos trabalhadores e passá-las à prática.

Porquê esta indiferença do Governo, que de facto corresponde a uma recusa (pois não é certo que não responder, fingir que não se ouve, fazer de conta que não se sabe, é uma forma eficaz de dizer «não», e por sinal a menos corajosa?)? Será que os trabalhadores reivindicam a Lua ou o Arcoda-Velha, ou se mostram dispostos a fazer exigências capazes de fazer perigar a economia portuguesa, a independência nacional, a via para o socialismo? Bem pelo contrário. Fundamentalmente, o que os trabalhadores querem é que lhes seja permitido controlar a máquina que decidirá o que vai ser as suas vidas quando estiverem velhos ou doentes e que, ainda por cima, é sustentada com o seu próprio suor.

É evidente que é justo pretender isto. Acontece, porém, que não é apenas justo: corresponde a um preceito que está inscrito na Constituição. Perante isto, porque será que as soluções apontadas pelos trabalhadores em Coimbra, há mais de um ano, e sempre retomadas pelo Movimento Sindical, não encontraram eco junto de quem competia executá-las? A resposta a esta questão deve ser procurada na política global do Governo. É claro que é justo encaminhar a Previdência no sentido de uma autêntica Segurança Social efectivamente controlada por aqueles que a pagam e que dela dependem. É claro que é preciso descentralizar e simplificar o enorme potencial financeiro na máquina da Previdência. É claro que é um dever nacional e constitucional defender os trabalhadores. Só que o Governo não se tem mostrado muito inclinado a trabalhar nesse sentido. Só que o Governo, entre colocar-se ao lado dos trabalhadores e colocar-se ao lado dos patrões, sempre tem preferido a segunda hipótese. Também na questão da Previdência.

Pensemos, por exemplo, que o enorme potencial financeiro representado pelos valores anualmente movimentados pela Previdência era colocado sob controlo dos trabalhadores, o que não seria escândalo de espantar porque, no fim de contas, é dinheiro que nasce do esforço das mãos que trabalham, e de mais ninguém. Então, porém, escapava-se de todo a possibilidade de vir a acontecer o que neste País aconteceu caracterizada mente durante o fascismo: os dinheiros da Previdência virem a servir para financiar políticas económicas que serviram o reforço do poder capitalista, isto é, dos interesses dos patrões.

Uma perspectiva destas poderia ser agradável a um Governo decididamente anticapitalista. Pode, porém, ser aliciante à óptica do actual Governo? É claro que não.

Pensemos também, já agora, na necessidade de descentralizar a Previdência ao mesmo tempo que se opere a sua conversão numa autentica Segurança Social. Como bem se compreende, a descentralização dá capacidade de intervir aos trabalhadores nas empresas (designadamente através dos *delegados à Previdência* cuja institucionalização foi um dos mais importantes pontos preconizados em Coimbra, em Março de 76). Mas quanto maior capacidade de intervenção para os trabalhadores, menos poder para os senhores doutores do Governo que, longe de quem trabalha, mas sempre psicologicamente próximos dos patrões, precisam de poder real para levarem a cabo tarefas de «organização» e «reestruturação» feitas de cima para baixo, que caem sobre os trabalhadores em vez de partirem deles. Assim se mostra como a descentralização, tal como é reivindicada pelos trabalhadores e pelo seu Movimento Sindical, não pode ser bem vista ali para os lados de São Bento.

UMA FORÇA QUE CRESCE

Pelo que aqui está dito, já decerto se entende com clareza porque é que, depois do Encontro Nacional da Previdência que se realizou em Coimbra, a situação não se modificou no sentido dos desejos mais que legítimos dos trabalhadores. Quer isto dizer que não progredimos nada? Não quer. O certo é que são cada vez mais os trabalhadores conscientes de que a Previdência tem de ser coisa sua: de que a sua intervenção e controlo tem de começar ao nível das empresas para que não sejam triturados por uma máquina burocrática que lhes é estranha; de que o Governo tem de cumprir a Constituição. No sentido de dar consciência aos trabalhadores destes e de outros dados fundamentais, a Central Sindical CGTP-IN tem realizado, através dos seus departamentos adequados e em colaboração com as uniões distritais, campanhas de informação e consciencialização de resultados largamente positivos.

É bem se sabe que a consciência dos trabalhadores, factor básico da sua unidade, é a condição primeira da sua força. O facto de os trabalhadores portugueses terem, cada vez em maior número e com maior nitidez, consciência dos direitos que lhes assistem em matéria de Previdência e da justeza dos caminhos preconizados no EnContro de Coimbra, é um factor extremamente importante que nenhum Governo minimamente lúcido pode continuar a ignorar por longo tempo. Muitas vezes se diz que nenhum futuro haverá para este País sem a adesão da vontade dos trabalhadores. Como, porém, pode algum Governo contar com essa vontade se os trabalhadores não estiverem certos de que existe uma Previdência — ou melhor, uma Segurança Social — capaz de lhes assegurar uma sobrevivência digna quando forem velhos ou um apoio eficaz quando a doença lhes bater à porta?

Os trabalhadores são gente habituada a lidar com realidades, não com projectos quiméricos. Quer isto dizer que não são gente propensa a assinar «cheques em branco» a favor de qualquer Governo. E muito menos, de certo, quando esse «cheque em branco» for passado sobre o seu próprio futuro e os seus familiares. Quando comprometa o mínimo de segurança a que tem direito como ser humano que trabalha. Por aqui se compreende os êxitos que a consciência dos problemas da Previdência tem vindo a encontrar. Por aqui se percebe que uma Previdência a sério só pode existir quando sejam os próprios trabalhadores a controlá-la. E que tudo o mais só podem ser enganos que os trabalhadores rejeitam, inevitavelmente.

GRUPO DE TRABALHO DA PREVIDÊNCIA

3 ANOS DEPOIS DE ABRIL

Que informação para os trabalhadores

Medalhão comemorativo do «25 de Abril» da autoria do mestre escultor Anjos Teixeira.

Três anos decorridos sobre o derrubamento do fascismo em Portugal, de que Informação dispõem, no «país novo», as classes trabalhadoras? Terão os meios de Comunicação Social (sobretudo os estatizados) cumprindo a missão histórica que o 25 de Abril apontou e a Constituição acabaria por consagrar?

A oportunidade de tais questões é incontroversa. Os trabalhadores portugueses, que na sua esmagadora maioria continuam a sofrer na carne os efeitos de uma discriminação de classe a todos os níveis, interrogam-se, perplexos, acerca da Informação que, maioritariamente, é difundida neste País — a qual, de acordo com a Lei Fundamental, «tem por objectivo assegurar a transição para o Socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

A verdade, para quem a quiser descobrir sem o recurso a atalhos divisionistas ou sectários, pode explicar-se e entender-se a partir da simples constatação de factos concretos.

Enfeudada até Abril de 74 ao capital monopolista, a generalidade da chamada grande Imprensa reflectia «naturalmente» os pontos de vista da classe dominante, enquanto a televisão e a rádio, órgãos igualmente subjugados ao poder fascista, completavam o negro quadro de (des)Informação em Portugal, onde uma férrea censura não permitia a menor margem de manobra aos profissionais que, apesar de todas as limitações, nunca desistiram de lutar contra a ditadura económico-política vigente. Os famigerados tribunais plenários, a Pide (com suas masmorras e seus torcionários) e na «melhor» das hipóteses a frustração, o desinteresse ou o exílio, conduziram os órgãos de Comunicação Social deste País, ao estado em que se encontravam naquela madrugada histórica, que há dias completou o seu terceiro aniversário.

DA EUFORIA INICIAL À NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

Sem pretendermos, em termos cronológicos, historiar a evolução dos meios de Comunicação Social ao longo destes três últimos anos, recordaremos alguns dos eventos mais significativos.

A avaliação da incidência que esses eventos tiveram no desenrolar do processo evolutivo da Informação portuguesa pós-25 de Abril de 74, mais do que uma advertência, pode ainda constituir o ponto de partida para a necessária unidade antifascista em defesa da Imprensa, Rádio e Televisão, a que a maioria do povo português tem direito — e continua a exigir.

Poderemos considerar três períodos distintos: de 25 de Abril de 74 a 11 de Março de 75; de 11 de Março de 75 a 25 de Novembro do mesmo ano; desta data até hoje.

Assim, a primeira destas fases caracterizou-se pela euforia, por uma certa indeterminação, pela descontrolada busca das novas formas que a liberdade de expressão implicava e exigia.

A maior parte dos jornalistas fizera a sua aprendizagem em plena era-censória, o único recurso consistia na linguagem das entrelinhas (que revelaria, aliás, experiências de razoável mérito). Não pôde, por isso, causar estranheza por aí além, que nem todos — mesmo dos mais interessados na Revolução e conscientes de um futuro lugar nas transformações sociais desde logo inscritas no Programa do MFA — conseguiram acertar o passo.

A falta de experiência de escrever em liberdade, a inevitável partidarização (quando não o sectarismo), a ultrapassagem pelos (então) pouco perceptíveis antagonismos e contradições de classe, no próprio seio do Movimento das Forças Armadas e depois entre os políticos mais envolvidos no programa, foram, entre outras, razões de peso que, à partida, os jornalistas progressistas ao serviço da Imprensa, Rádio e Televisão, não conseguiram unir-se em torno de um projecto que levasse, a curto prazo, à tal Informação ao serviço das classes trabalhadoras. Convém não esquecer, no entanto, que os principais jornais continuavam nas mãos dos grupos monopolistas, ainda por desmantelar.

O «statu quo» vacilou com o 28 de Setembro de 74 mas, apenas com a nacionalização da banca, na sequência do 11 de Março de 75 e consequente intervenção estatal nos jornais até aí integrados nos chamados grupos económicos, uma nova fase se iniciou.

A par da agudização dos conflitos internos (trabalhadores-administrações e até a nível de redacções) surge em grande plano o problema económico, desde logo empolado por alguns gestores e governantes. Escamoteando-se as questões principais — a crise capitalista que vinha de trás, o anquilosado dimensionamento das empresas jornalísticas, o défice progressivo que os antigos proprietários (grupos monopolistas) suportavam propositadamente em troca de interesses óbvios — tenta-se incutir na opinião pública a convicção de que a inviabilidade económica dos jornais (entretanto estatizados) tem a ver, principalmente, com a acção dos trabalhadores.

Ainda antes do 25 de Novembro de 75, começa a ser largamente propagandeada a necessidade de uma reestruturação da Imprensa. Dois projectos são sucessivamente avançados — Correia Jesuíno e Almeida Santos.

Amplamente contestados pelos trabalhadores da Informação, aqueles projectos foram ainda «prejudicados» pelas mutações verificadas no aparelho governativo, pelo que foram ficando pelas gavetas do Palácio Foz, aliás o mesmo destino que teve, até hoje, o terceiro projecto — o de Manuel Alegre.

DEGRADAÇÃO ECONÓMICA AMEAÇA TRABALHADORES

Em paralelo com a nova correlação de forças surgida a seguir ao 25 de Novembro, agrava-se a situação económica da Imprensa estatizada. Mas também, ao contrário do que alguns responsáveis têm tentado «explicar», os novos jornais privados (mormente os diários) não se podem gabar de melhor situação.

Só que, nestes casos, o numerário não é regateado: seja ele proveniente de capitalistas directamente interessados na informação veiculada por aqueles periódicos, de partidos políticos ou (segundo consta) da própria banca nacionalizada.

Em consequência da progressiva degradação económica das empresas jornalísticas estatizadas, todas elas dependentes de avales do Estado cada mês mais onerosos, começa a ser posta em causa a sobrevivência de algumas delas (o que não constituía novidade, a partir do «projecto Almeida Santos»). Sem que, entretanto no mínimo, se atentasse no anacrónico dimensionamento das empresas (sombria herança do monopolismo fascista), nem sequer se aliviassem de encargos fiscais e sociais, e fosse, finalmente, concretizado o prometido subsídio estatal para o papel de impressão e outras matérias-primas, o Governo decreta a suspensão do centenário «Jornal do Comércio» (Setembro de 76) e, mais recentemente, de todas as aplicações da antiga Sociedade Nacional de Tipografia, ou seja «O Século», «O Século Ilustrado», «Vida Mundial» e «Mulher-Modas e Bordados».

Nestas circunstâncias, largas centenas de trabalhadores sentem-se (legitimamente) preocupados com a perspectiva da perda dos respectivos postos de trabalho.

O PERIGO DO FASCISMO E A LUTA DOS TRABALHADORES

Enquanto isto, em frontal desrespeito pelo espírito e pela letra da Constituição da República Portuguesa, uma «nova imprensa» prolifera do Norte a Sul do país (não esquecendo as ilhas adjacentes), com total desprezo e descarada indiferença pela Liberdade e pela Democracia.

Liberdade e Democracia que os «Capitães de Abril» desbravaram com o seu golpe de audácia e o povo avalisou com a sua generosa e determinante adesão nas gloriosas jornadas unitárias, vividas na rua, em 25 de Abril e 1 de Maio de 1974.

Essa «nova imprensa», reaccionária e fascista, paradoxalmente intocável à sombra de uma liberdade que ela própria calunia e tenta destruir, é neste momento uma seta apontada à democracia portuguesa. O mesmo que dizer — aos trabalhadores portugueses.

Daí, que a resposta às questões inicialmente levantadas terá que ser dada, antes que seja tarde, por todos os trabalhadores interessados em defender as conquistas democráticas.

E uma delas, das principais, é o direito a uma Informação correcta, que nunca se afaste da Constituição que temos, que os representantes da maioria dos portugueses elaboraram e aprovaram democraticamente.

Assim, o menos que se pode desejar na significativa data que hoje livremente se comemora — DIA MUNDIAL DO TRABALHADOR — é que a luta por uma Informação definitivamente virada para os interesses das classes trabalhadoras no nosso país — com inequívoco repúdio por toda a sorte de aventuras neomonopolistas e fascistas — tem que ser obra de todos os trabalhadores democratas.

Unidos em torno do essencial, na certeza de que é muito mais o que nos une do que eventualmente nos divide, acabaremos por vencer. Na Informação, como no resto.

ac
editorial CAMINHO

NOVO

Miguel Urbano Rodrigues

Revolucao e Vida

a nossa imprensa

Temos recebido, com regularidade, Imprensa sindical, nacional e estrangeira, a que nos referiremos nesta secção na medida das possibilidades que o espaço nos permita.

INFORMAÇÃO CUF

Número correspondente a Março. Como os números anteriores, tem excelente aspecto gráfico e muito bom material de leitura. Sai mensalmente, sob a responsabilidade da C.U.T. (Comissão de Unidade de Trabalhadores). Tem a sua redacção no Barreiro.

LINHA

A União dos Sindicatos de Coimbra abalançou-se na feliz iniciativa de publicar, mensalmente, o seu boletim «Linha da Frente». A direcção desta publicação pertence ao secretariado da mesma união.

BOLETIM DA COMISSÃO DA JUVENTUDE

Acaba de sair o n.º 1 deste Boletim da Comissão de Juventude do Sindicato da Panificação de Lisboa e refe,ente a Fevereiro. Desejamos-lhes longa vida.

JORNAL DOS REFORMADOS

É um quinzenário que, como o nome indica, trata e defende os sérios e difíceis problemas das pessoas da 3.ª idade que estão reformadas. Tem a sua sede na Rua José Estevão, 129-r/c Esq.º, em Lisboa.

PÁ E PICA

Órgão quinzenal dos trabalhadores da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos, L.da, de Sacavém. O n.º 12, que temos presente, psssui boa colaboração e tem bom aspecto gráfico.

BOLETIM INFORMATIVO

Saíu o n.º 12 do Boletim Informativo do Sindicato do Serviço Doméstico, que se dedica à defesa dos membros desta classe de trabalhadores. A sua redacção é na Rua de S.Bento, 337-1.º, em Lisboa.

O ANIMADOR DESPORTIVO DA EMPRESA

Temos presente o n.º 2 deste Boletim do 1.º Curso de Animadores Desportivos de Empresa, organizado pela Intersindical-Inatel.

BOLHETIM DOS TRABALHADORES DA E.D.P.

O n.º 5 deste Boletim — Estrutura Representativa dos Trabalhadores da E.D.P., tem 24 páginas, formato de revista, excelente papel boa colaboração e óptimo aspecto gráfico.

INFORMAÇÃO PETROGAL

Este Boletim, com a palavra de ordem «dos trabalhadores para os trabalhadores», é da propriedade da Petrogal (Petróleos de Portugal, E.P.) e publica-se sob a responsabilidade da Comissão Central de Trabalhadores — C.C.T. — dessa empresa. Muito interessante e muito bem apresentado, o número de Fevereiro, que temos presente.

O TRABALHADOR

Órgão mensal da C.G.T. (França) em língua portuguesa, destinado aos trabalhadores portugueses imigrados nesse país. O número de Março, agora chegado à nossa redacção, traz desenvolvida reportagem sobre o Congresso de Todos os Sindicatos, crónica jurídica, etc.

VOZ DO TRABALHADOR

O número de Fevreiro desta publicação mensal, publica uma ampla reportagem acerca do Congresso de Todos os Sindicatos assinada por Joaquim Gonçalves. No de Março, traz uma extensa entrevista com Kalidás Barreto sobre «Despedimentos e Quotizações».

O FUSO

Dedicado quaseexclusivamente ao que foi o Congresso de Todos os Sindicatos, o n.º 22 deste excelente mensário de 20 páginas, órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, apresenta-se muito ilustrado e com óptima apresentação gráfica.

BOLETIM DOS METALÚRGICOS

Este Boletim, do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria, publica artigos de bastante interesse para os trabalhadores, não só dessa profissão como de outras actividades.

O PAPEL

Também de Fevereiro número deste Boletim do Sindicato T.Indústrias Celulose, Papel, Cartonagem e Afins-Zona Centro, de Tomar, que se apresenta com bom aspecto gráfico.

A NORTADA

Tem o n.º 30-Nova Série, este Boletim do Sindicato dos Bancários do Norte e que corresponde ao primeiro trimestre do corrente ano. Conta com 12 páginas de bom aspecto gráfico.

POVO RURAL

É o Boletim da Junta Central das Casas do Povo, com redacção em Lisboa. Destina-se a ajudar, com informações e instruções, os trabalhadores que se dedicam à terra.

Higiene e segurança no trabalho

A falta de dados estatísticos impede-nos de poder mostrar a actual situação da Higiene e Segurança no Trabalho em Portugal. Podemos no entanto adiantar, e isto com dados referentes a 1972, que nesse ano houve cerca de 800 000 acidentados de trabalho e doentes profissionais, dos quais 90 000 ficaram com incapacidades permanentes e 800 perderam mesmo a vida.

E isto porque nos locais de trabalho não existem normalmente condições mínimas de protecção, as entidades oficiais praticamente nada fazem neste campo, e os trabalhadores foram durante longos anos mantidos na ignorância das mais elementares regras de prevenção dos riscos profissionais, e a sua participação nas Comissões de Higiene e Segurança era unicamente decorativa, sem possibilidades de uma real intervenção.

Esta situação ocasionou o descrédito e até a desconfiança dos trabalhadores nas «Comissões de Higiene e Segurança no Trabalho», e dos que nelas colaboram. Como importante consequência disto podemos observar as centenas de milhares de acidentados de trabalho e doentes profissionais que actualmente estão votados ao abandono e a receber pensões de miséria.

O Movimento Sindical não pode permitir de forma alguma que esta situação se mantenha assim, por isso tem vindo desde há longo tempo a alertar os trabalhadores e or organismos oficiais para esta problemática.

Como corolário deste trabalho temos as resoluções do Congresso de Todos os Sindicatos, que, no seu Programa de Acção é muito claro ao apontar as medidas a tomar, desde a legislação e a actuação dos serviços oficiais até à intervenção organizada dos trabalhadores.

Levar à prática as conclusões do Congresso é uma tarefa prioritária que se coloca aos trabalhadores portugueses!

Neste campo específico, e consciente das inúmeras dificuldades existentes, a CGTP-IN através do seu Grupo de Trabalho compromete-se a dar todo o seu apoio aos trabalhadores e suas organizações, de forma a poder-se dar cumprimento às decisões do Congresso de Todos os Sindicatos, sendo nesta altura tarefa prioritária a luta pela existência de Comissões de Higiene e Segurança onde os trabalhadores tenham **DE FACTO** voz activa e deliberativa.

Grupo de Trabalho
de Higiene e
Segurança no Trabalho

A Auto Reconstrutora do Barreiro, a maior empresa do seu género em Portugal, dedica-se a fabricação de material rodoviário pesado (semi-reboques e reboques) e emprega mais de 150 trabalhadores, na sua grande maioria, metalúrgicos.

A 20 de Janeiro de 1975 foi elaborado naquela empresa o primeiro caderno reivindicativo, onde era feita a análise da sua situação económica e financeira. Do estudo então feito ressaltava a conclusão de que a Auto Reconstrutora se encontrava tecnicamente falida. Várias irregularidades foram detectadas e entre elas destacava-se a prática corrente de subfacturação, a existência de vales em caixa, no valor de 1.500 contos e de letras de favor que rondavam os 6.600 contos. Para além disso, avultava a criação de uma empresa subsidiária no Porto, que se dedicava à montagem e comercialização do material fabricado no Barreiro, o qual não era pago.

Outras irregularidades haveriam no entanto, de ser apuradas através do inquérito conduzido pela Inspecção Geral de Finanças.

A situação ia-se entretanto agudizando na empresa, pois o patrão, prepotente, pretendia evitar por todos os meios a denúncia das suas fraudes.

Foi nessa fase que ele decidiu enveredar pela violência física e se registaram agressões aos trabalhadores. Estes iam-se servindo do Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal para divulgarem as atitudes do patronato.

A situação atingiu o ponto de ruptura aquando da publicação de alguns dados relativos aos vencimentos e prémios exorbitantes e imorais auferidos pelo contabilista da empresa — fiel comparsa do patrão e seu cúmplice em todos os actos — que se relacionavam com a falsificação da escrita da Auto Reconstrutora.

O patrão, pelos vistos, não gostou que se trouxessem à luz do dia, pormenores bem combinados no escuro dos gabinetes, e começou a tocar a buzina, chamado todos os trabalhadores. Aí, ofendeu o torto e a direito, proferindo palavras grosseiras e torpes.

A indignação dos trabalhadores manifestou-se de imediato e ele teve de se refugiar no seu gabinete. Só a pronta intervenção dos fuzileiros logrou serenar os ânimos.

Garantir os lugares de trabalho

No final da tarde daquele dia, estava-se a 5 de Junho de 1975, os trabalhadores reunidos em plenário decidiram enveredar pela autogestão. Contra esta decisão registou-se apenas um voto contra e uma abstenção.

Ia iniciar-se um período bastante duro em que todas as capacidades tiveram de ser mobilizadas para garantir a sobrevivência da empresa e a manutenção dos lugares de trabalho.

Numa primeira fase teve de ser provada, perante o Ministério da Indústria e Tecnologia a falsidade de uma carteira de encomendas no valor ficticio de 45 mil contos, com a qual o ex-patrão acenava como sentido de obter do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, um empréstimo equivalente a 60 por cento da importância que dizia ter de encomendas: o valor das encomendas não ultrapassava, no entanto, os cinco mil contos.

A recessão que entretanto se verificava no mercado, tornou o período de autogestão bastante difícil, mas apesar de tudo, os vencimentos foram sempre pagos a tempo e horas e mantiveram-se os postos de trabalho.

Conscientes da gravidade da situação, os próprios trabalhadores deliberaram a não aplicação, enquanto a empresa não tivesse condições para a suportar, da portaria regulamentando as condições de trabalho dos metalúrgicos, saída em Junho de 1975. A título de exemplo, poder-se-á dizer que, embora a portaria fixasse em 7.250$00 o salário de um oficial de terceira, na Auto Re-

NA AUTO RECONSTRUTORA DO BARREIRO

Os trabalhadores defendem a economia nacional

Na sequência de uma série de atitudes fraudulentas do patrão da Auto Reconstrutora do Barreiro, que punham em perigo a sobrevivência da empresa e ameaçavam a manutenção dos seus lugares de trabalho, os trabalhadores reunidos em plenário decidiram entrar em autogestão Esta situação manteve-se até que o VI Governo provisório se decidiu pela intervenção na empresa, sujeitando-a a um regime provisório de gestão

Em Março deste ano, e depois do esforço insano dos trabalhadores em recuperarem a situação económica da empresa, pondo-a ao serviço da economia nacional, o Governo do Partido Socialista resolve entregar a Auto Reconstrutora ao patrão sabotador

Como forma de protesto, os trabalhadores paralisaram A Auto Reconstrutora encontra-se assim, parada desde o dia 1 de Abril

construtora, os trabalhadores desta categoria mantiveram-se a ganhar 5300$00 até Janeiro de 76.

Trabalhando aos domingos e feriados, milhares de horas extraordinárias foram feitas. Horas que eram pagas como se de um período de laboração normal se tratasse.

Na sequência do inquérito às contas da empresa feita pela Inspecção Geral de Finanças, deu-se a intervenção do Estado.

Para além das irregularidades já detectadas, outras foram trazidas à luz do dia, comprometendo ainda mais o ex-patrão: desde passeatas ao estrangeiro, com a respectiva família e de seguros pessoais pagos com fundos da empresa, até fraudes envolvendo pagamentos exorbitantes a dois vendedores da empresa — coniventes nos menos claros movimentos do ex-patrão — e que assim aparecia a receber comissões não sobre o material por eles vendido, mas sim sobre todo o material facturado pela firma. Descobria-se entretanto que uma verba de 564 contos que constava como tendo sido necessária para pagar a terraplanagem de um terreno, nunca havia sido gasta, mas sim calmamente embolsada pelo ex-dono e senhor da Auto Reconstrutora. E havia ainda o problema dos descontos para a Previdência que, embora tivessem sido feitos a partir dos salários dos trabalhadores, deixaram de ser depositados pela entidade patronal, ainda antes de 25 de Abril.

Em 11 de Novembro de 1975 dá-se a intervenção do Estado na empresa e é nomeado um gestor.

Recuperação económica e devolução ao patronato

Começavam entretanto, a verificar-se algumas melhorias na situação económica da firma e foi possível aumentar em 12 o número de postos de trabalho. A dívida à banca, herdada do ex-patrão, foi amortizada em 3500 contos, e começaram a ser feitos pagamentos aos fornecedores.

Entretanto um governo que diz querer reconstruir o País, pretendendo deliberadamente ignorar o facto de tudo isto ter sido conseguido à custa do esforço e da determinação manifestada pelos trabalhadores, resolve entregar de bandeja, a empresa àquele que a havia delapidado e que, através de uma sistemática sabotagem económica, a havia conduzido a um estádio de falência técnica.

Com um simples decreto, pretendem destruir aquilo que tanto suor custou. Fazem perigar a sobrevivência de uma firma que, em finais de Março deste ano, contava com uma carteira de encomendas que rondava os 20 mil contos. Uma empresa para a qual havia sido elaborado um plano de laboração que previa a abertura de mais 30 postos de trabalho, a abertura de um pavilhão de reparações e ainda a compra de diversa maquinaria, a qual possibilitaria a fabricação em série de macacos hidráulicos, artigo que o nosso País se vê obrigado a importar.

A entrega, por parte do Governo, da Auto Reconstrutora ao ex-patrão não tem fins económicos, mas só objectivos de ordem meramente política.

Por isso mesmo o Ministério da Indústria e Tecnologia, depois de haver garantido aos trabalhadores que nenhuma decisão sobre a empresa seria tomada sem prévia consulta dos trabalhadores, cede perante a chantagem do patronato e as pressões dos quadrantes políticos mais reaccionários, fazendo assim, o jogo da direita, e do capital.

E assim que no «Diário da República» de 22 de Março é publicado o decreto que consuma a devolução pura e simples da empresa ao patronato, prometendo ainda auxílio económico ao sabotador.

Perante a situação criada pelo Governo, os trabalhadores fizeram em 30 de Março, um plenário em que, por voto secreto e directo, foi dito «não» ao regresso do ex-patrão, tendo no dia seguinte decidido a paralisação da empresa a partir de 1 de Abril.

A paralisação consumou-se com uma aderência total. As acusações de certos pasquins reaccionários, órgãos oficiosos da CIP e quejandos, respondem os trabalhadores, dizendo que não existe nenhum tipo de coação: «O quadro eléctrico está ligado, quem quiser pôr a sua máquina a trabalhar, põe!»

Trabalhadores paralisados estão abertos ao diálogo

Os trabalhadores não se eximem ao diálogo. Pelo contrário, estão dispostos a encetá-lo com o Ministério da Indústria e pediram uma audiência ao Conselho da Revolução. Convictos da justeza da sua luta, estão prontos a demonstrá-la e esperam que dos contactos com os órgãos do Governo surjam condições mínimas que permitam a suspensão da paralisação.

O apoio e a solidariedade activa dos trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal começou entretanto a manifestar-se, e vai-se alargando. Ao nível, não só das grandes empresas, mas mesmo de algumas de menores dimensões, surgem campanhas de recolha de fundos, realizam-se sessões de cinema e outros tipos de espectáculos. Da Comissão de Unidade dos Trabalhadores da Cuf e da Comissão de Trabalhadores da Equimetal surge a iniciativa de que os outros trabalhadoresdo distrito contribuam com um dia de salário para ajudar os seus camaradas da Auto Reconstrutora que se encontram privados dos seus vencimentos.

Entretanto o ex-patrão só é autorizado a entrar nas instalações da empresa quando está acompanhado pela Polícia. Assim ele entra, vê os trabalhadores todos paralisados, vai até ao gabinete, depois vai às oficinas onde as máquinas estão todas paradas, e acaba por se ir embora. Às vezes aproveita para fazer discursos e... muitas, muitas promessas.

Mas os trabalhadores sabem que aquelas promessas apenas servem para mascarar os desejos de vingança e de repressão patronais, são uma forma de ele tentar cavar a divisão no seio dos trabalhadores da Auto Reconstrutora.

Por isso, firmes e decididos, aguardam. Dia e noite mantêm piquetes de vigilância às instalações, para que nada dali seja retirado.

De qualquer modo estão abertos ao diálogo com o Ministério da Indústria e Tecnologia. Mas... diálogo com condições e, antes de mais, a exigência prévia de que este se comprometa a cumprir aquilo que promete, que é uma coisa que até agora o Ministério não tem feito!...

O CONTO DO MÊS

O so

DE MODESTO NAVARRO

Antes, foi descendo uma nuvem negra sobre a casa. O trabalho ainda continuava a ser duro, sem parar, mas onde nos levava? Enfraquecia a alegria e um dia surgiu nova fase, quando o meu irmão mais velho disse quero ir para o Brasil. A minha mãe acompanhou essa ideia em silêncio, ela que desde o casamento ia pedindo o orçamento da viagem de todos para junto do pai, mestre-de-obras em S. Paulo. De ano para ano nascia um de nós, e a verba crescia, enviada atenciosamente pela Agência Abreu, do Porto, e assim se ia quebrando a hipótese de sairmos da vila, o meu pai agarrado à oficina, ao viver diário. Uma noite, a jantar, surgiu essa frase da boca do mais velho, depois de um dia de tensão, em que se levantara tarde e mal trabalhara. Meu pai ficou pensativo, sem dizer sim ou não, naquele momento a dar uma satisfação a minha mãe. Para nós foi o aquecimento dos dias, tal ideia. Quando ficou assente que iria, compraram fazenda para três fatos, encomendaram camisas e toda a roupa que ele disse, abrindo contas em lojas, que ficariam dezenas de anos nos livros, por pagar.

Certa altura a minha mãe chorou junto de mim, na cozinha, não porque o quisesse, mas apenas ali estava eu e na minha frente sentia-se à vontade, apesar de só mais tarde termos sido aliados. Em casa das Silvas a Maria da Luz tinha-lhe dito que deviam ter mandado o filho para o Brasil mas era quando não estava estragado, agora cheio de vícios não vai conseguir nada.

Minha mãe chorava e eu percebia que essa era a sua grande dúvida e por isso se reservava quando começávamos a fantasiar a nossa ida para S. Paulo, onde já não encontraríamos o avô porque morrera tinha eu cinco anos e a minha mãe ficara encostada à porta da cozinha, a soluçar baixo para não a ouvirem na oficina. A carta de tarja amarela e outra preta contava a morte do mestre-de-obras em S. Paulo, um homem que nunca mais vira a filha desde que ela fugira com o meu pai, logo a seguir a um romance de falar a horas mortas, encontros segredados, uma fuga num carro de praça, de madrugada.

Este foi o corte de minha mãe com as viagens para trás e para diante, vítima da instabilidade do meu avô, ora agricultor em Trás-os-Montes ora mestre construtor do monumento de Ipiranga e doutras obras, num Brasil onde foi fazen-

s onho da emigração

do casas para vender, homem trabalhador e explorador nas boas graças dos engenheiros de Getúlio.

Meu pai pediu dinheiro emprestado, quinze contos, para a passagem e algumas despesas, o meu irmão a estrear um fato cinzento, outro quase branco, outro azul, a fazer crescer a esperança de que iria chamar-nos para uma terra onde no nosso pensamento tudo era fácil; ideia alimentada pelas vindas raras de um brasileiro em carro cheio de brancos e amarelos a passear-se na vila, a levar conhecidos a dar uma volta.

Em mim assentou de repente mais um bocado da oficina, comungada com o Hermínio e o meu pai. Entrávamos para a forja e nada se fazia porque faltava o forjador, ele já não trabalhava nada, a tratar dos papéis em idas ao Porto e a Lisboa, e nós dependurados naquela partida, até que um dia nos abraçou risonho e prometedor, e então abalou, com o meu pai sentado no banco da rua toda a tarde e a falar com quem passava, sem querer entrar no silêncio da casa. Uma ténue esperança foi pontilhando os dias até esquecermos aquela hipótese de partida, de novo fincados na sobrevivência, eu a criar novos músculos na forja, o empregado mais próximo da nossa vida.

Foram muito vagas as notícias, em cartas escritas com uma letra certa, aperfeiçoada, da Parker. Pouco falavam da família, do meio, e era numa ou noutra para os amigos que tomava conhecimento das suas aventuras, do trabalho hoje num bar, amanhã numa loja, o ordenado de três mil cruzeiros, uma quase satisfação, a vida em S. Paulo posta ali ao estilo da aventura permanente.

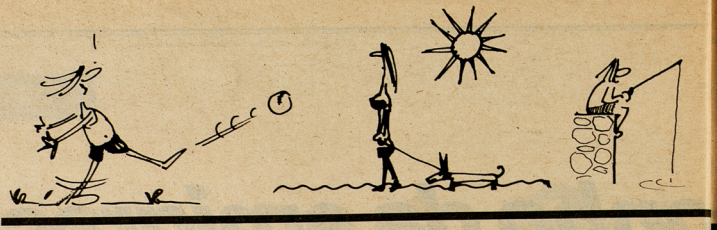
Depois deixou de haver cartas, já nós tínhamos aceitado o falhanço, para de repente chegar uma a anunciar o regresso. (...)

(...) Eu já lá não estava, atento ao percurso do meu irmão mais velho, no café da praça a contar aos amigos parte da estadia de oito meses no Brasil, eles com sorrisos de troça, um aspecto sempre presente nas relações do meu irmão com os outros, a partir daquela altura. Viam nele o que falhara, um brasileiro a regressar sem carro, sem dinheiro, repatriado mas isso tão cedo não o souberam, vindo à custa do Estado, sem ter ganho sequer para a passagem. Tudo o que diziam pesou bastante na nossa vida, amarguados porque sabíamos que os velhos troçavam da sua chegada, embora nunca mais vissem os filhos, uns simples contínuos por lá, outros a viverem em casas miseráveis, mas bem podia o meu irmão contar o que descobrira, as dificuldades e os desenganos dos portugueses e até os roubos aos familiares para conseguir uma fortuna pequena, um negócio. O tempo era ainda o do sonho da emigração para o Brasil, e cada um que partia nós já o víamos cheio de dinheiro, era só ir e ocupar um lugar de ouro num país quente e cheio de fartura, e que ninguém tentasse quebrar este pensamento, afinal única fuga para a miséria cada vez maior, frente ao senhor arrogante.

Na noite em que chegaram morreu o cavalo pigarço que o meu pai comprara com dezoito meses e ensinara a andar num lindo passo por baixo, doce, de fazer uma viagem rápida e ficar descansado para trabalhar o dia todo na aldeia, molhando duas camisas e as camisolas interiores que levava no alforge. Quando nos fomos deitar eu e o meu irmão mais velho era uma hora da madrugada e já tudo estava na cama. Na cozinha, frente ao silêncio cada vez maior daquela casa, ele levantou o punho e jurou que ia resolver todos os problemas de dinheiro, e foi com uma grande dor de cabeça que adormeci, ouvindo-o falar baixinho de uma tia linda que se apaixonara por ele em S. Paulo, a ponto de ter de sair de casa da família, confessando-me um dia mais tarde que tinha sido expulso pelo irmão mais velho da nossa mãe.

Este texto foi extraído do livro RETORNAR — «Quase um romance em quinze partes sobre a nossa vida de emigrantes», de MODESTO NAVARRO. O autor, que tem dedicado a maior parte da sua obra ao estudo dos problemas das populações do Nordeste transmontano, analisa, no presente volume, o drama dos retornados pobres, vítimas das forças reaccionárias, mas que a pouco e pouco e em contacto com a realidade, acabam por adquirir uma consciência de classe e por defender uma Revolução em que finalmente se sentem empenhados. Este é sem dúvida um dos mais importantes trabalhos de Modesto Navarro).

GITUS



Levando à prática as conclusões do Congresso de Todos os Sindicatos, o GITUS (Grupo Intersindical do Turismo Social) continua a desenvolver as suas actividades tendentes a facultar aos trabalhadores o exercício do seu direito às férias e aos tempos livres.

Prosseguindo uma via iniciada com a saída do primeiro número da nossa Revista, continuamos agora a dar mais algumas informações acerca das viagens que o GITUS tem programadas para recente efectivação.

Como, de qualquer modo, as limitações de espaço não nos permitem dar um relato mais desenvolvido acerca das actividades do turismo social, os trabalhadores interessados em obter informações mais completas e dados mais concretos deverão contactar directamente o GITUS, na Rua Victor Cordon, n.º 1-3.º, em Lisboa, ou pelos telefones 365286 e 365287; ou no Porto, na Rua de Santa Catarina, n.º 922, 1.º, e pelo telefone 380752.

do mar no gozo de umas bem-vindas miniférias.

A sexta e o sábado serão passados como cada um melhor entender, para no domingo, à tarde, se efectuar a viagem de regresso a Lisboa.

Para esta excursão ao Algarve, em comboio especial, serão praticadas tarifas da ordem dos 780$00 por pessoa, desde que o alojamento se verifique em apartamento para duas pessoas. Se o apartamento for para três pessoas, cada uma delas pagará apenas 670$00, importância essa que desce para 640$00 se o apartamento for para quatro pessoas. Estes preços não incluem refeições.

Durante o período de estadia em Portimão serão realizadas várias excursões facultativas.

VIAGENS DE FIM DE SEMANA

GRUTAS DA SERRA D'AIRE

As partidas de Lisboa serão todos os domingos, pelas 9 no ras da manhã. Esta excursão às grutas passa por Rio Maior, Batalha e Porto de Mós, na ida; visitando Tomar, Salvaterra de Magos e Vila Franca de Xira, na volta.

A tarifa por pessoa é de 400 escudos e inclui o transporte em autocarro, o almoço no restaurante das grutas e a entrada nestas, a visita ao Mosteiro da Batalha e a companhia de um guia oficial.

FERIADOS DE JUNHO

MADEIRA

ALGARVE

Aqueles que decidirem passar os feriados de Junho da Madeira poderão optar entre dois tipos de excursão: uma que terá a duração de três dias e a outra que demorará cinco dias.

No primeiro caso a partida será dada no dia 10 de Junho e no segundo as excursões iniciar-se-ão a 8 e 9 do mesmo mês.

Em ambas o transporte até aquela ilha do Atlântico será feito por via aérea até ao aeroporto de Santa Catarina, donde as ligações com o hotel serão asseguradas por autocarro.

Os preços oscilam entre os 2.490$00 e os 3.960$00.

Aproveitando os feriados de Junho, realiza-se uma excursão ao Algarve, em comboio especialmente fretado para o efeito.

No dia 9, logo pelas 7 horas da manhã, será feita junto à estação do Sul e Sueste, no Terreiro do Paço, a concentração de todos os interessados nesta viagem a terras algarvias.

Depois de cumprirem a primeira parte do percurso, e já do outro lado do rio, os excursionistas trocarão o barco pelo comboio, e partirão do Barreiro com destino a Portimão estando a chegada prevista para as 12,30 horas.

Depois será um saltinho de autocarro até ao hotel, o arrumar das bagagens, para logo se voltar à procura do sol e

AÇORES

Para os que preferirem ir até aos Açores, o GITUS poderá proporcionar-lhes um passeio de cinco dias até aquelas paragens.

Mais do que polos de atracção ou pontos de referência, Ponta Delgada e Terceira funcionarão como local de irradiação de todas as expedições à descoberta das ilhas.

No que se refere a custos, os 4.690$00 que serão cobrados a cada um dos participantes englobarão já as despesas referentes ao transporte por avião, o alojamento em quartos duplos, o transporte em autocarro dos aeroportos até ao hotel e todas as taxas e impostos.

FÉRIAS NA RDA

NA MONTANHA

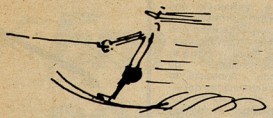
Durante o próximo Verão está prevista a efectivação de três ciclos de férias na República Democrática Alemã.

O primeiro terá a duração de 17 dias, e decorrerá entre 13 e 29 de Junho e incluirá estadia em Berlim e no Centro de Férias da FDGB «Hermann Duncke» em Hohnstein, no Concelho de Sebnitz, Dresden.

Do programa de estadia em Hohnstein fará parte para além de uma recepção de boas vindas, a realização de passeios e visitas, uma excursão à cidade, artística de Dresden, com visitas ao Museu de Pintura e ao Albertinum, um passeio pelos arredores de Hohnstein, uma visita ao museu evocativo das vítimas do fascismo, etc.

Resultado da solidariedade dos trabalhadores de RDA, para com os trabalhadores portugueses, através das respectivas centrais, sindicais os programas de férias na RDA facultam por preços reduzidos a oportunidade de apreciar os progressos alcançados por aquele país.

Os trabalhadores interessados nesta viagem de 17 dias à RDA pagarão 11 250$00, verba que inclui todas as despesas de deslocação e estadia.



JUNTO AO MAR

A última desta série de viagens à RDA terá início em 29 de Setembro e prolongar-se-á — ao longo de 19 dias — até 16 de Outubro.

Tal como as anteriores, constará de uma estadia em Berlim, o que proporcionará um óptimo ensejo para efectuar uma grande visita aquela cidade.

Os trabalhadores que queiram veranear no Centro de Férias «Georgij Dimitroff» disporão de quarto de duas e três camas com água corrente

NA FLORESTA

No mês de Agosto, uma nova viagem à RDA, esta com a duração de 15 dias.

Como na primeira, as partidas serão do aeroporto da Portela e a viagem até ao Schonefel será feita em avião a jacto.

No início ou no fim da viagem está prevista uma estadia em Berlim com alojamento no Interhotel e um programa de visitas à cidade que incluirá visitas a museus, visita ao Memorial em honra do Soldado Soviético, passeios compras, etc.

...pos livres

quente e fria, banho e duche no edifício. Este centro proporciona óptimas condições para a prática do desporto. e a nova piscina coberta da FDGB, com água salgada, possibilita a prática da natação durante todo o ano.

A permanência naquele Centro de Férias será ainda enriquecida com um programa bastante variado, que incluirá um piquenique com churrascos de toucinho (especialidade húngara), uma tarde festiva com prova de saladas», um festival desportivo, um passeio pelos arredores de Kuelungsborn, uma tarde de convívio e de amizade, uma excursão de dia inteiro a Rostock-Warnemünde (a maior cidade portuária da RDA) com um grande passeio pelo porto. Para além disso haverá ainda uma sessão de esclarecimento sobre a vida na RDA, uma mesa-redonda com o presidente da Cooperativa de Pesca e, no último dia, um convívio de despedida.

O preço desta modalidade de férias na República Democrática Alemã será de 11.500$00.

Uma recepção de boas vindas, uma tarde de convívio com um baile e jogos e um concerto de música popular, são parte integrante de um calendário de férias, do qual consta ainda um passeio à montanha Zimmerberg, uma excursão de dia inteiro a Weimar, Buchenwald, casa de Goethe e passeio pela cidade, um circuito de orientação «À Volta de Tabarz», um passeio a Marienglashoele, etc.

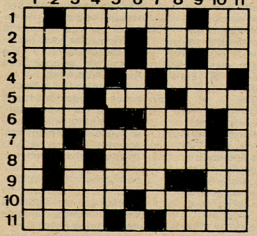
No centro de férias, os trabalhadores que decidam enveredar por este tipo de viagens terão à sua disposição quartos de duas e três camas, com água quente e fria.

As partidas para a RDA estão marcadas para 5 de Agosto, processando-se o regresso a Portugal a 19 do mesmo mês.

Os preços totais, incluindo transporte, recepção, estadia em regime de pensão completa (3 refeições diárias) orçarão por 10 750$00.

PASSATEMPO

PROBLEMA N.º 3



HORIZONTAIS:

1 Pr'à frente; Pata
2 Tomas rumo; Praia
3 Atasca; Além; Decifra
4 Tira a pele; Senhora
5 Agora; Página (Abrev.); Membro de ave
6 Rezo; Árvore de casca aromática
7 Campeão; Ria
8 Melhoramento
9 Poente; Brisa
10 Sindicalista e dirigente sindical; Parei
11 Apertas; Soa

VERTICAIS:

1 Farrapo; Dá ar
2 Órgão do aparelho genital feminino (Pl); Nota musical antiga
3 Afiar; Gira
4 Fosso; Eles; Cabelos brancos
5 Pega; Curo (inverso)
6 Cruel; Gado para abate
7 Semelhante; Forquilhas
8 Épocas; Escudeiro; a minha pessoa (inverso)
9 Amofiiinar; Sociedade comercial
10 Pretas; Charneca
11 Pronome pessoal; Rústica

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, a PALAVRA DE ORDEM nele inscrita.

COLABORAÇÃO DE **MANUEL COELHO**

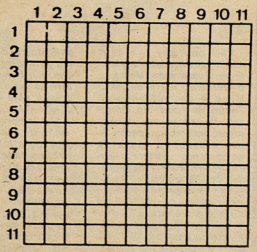
PROBLEMA N.º 4

HORIZONTAIS:

1 Dentro do poço; Canastra; Long Play
2 Parceiro; Transpira; Abandona o lugar
3 Grupo Musical (inverso); O que sofre a inflação
4 Tombara; Dar uivos
5 Entre a sola e a palmilha (pl); Sinal ortográfico
6 Existir
7 Pessoa com voto na assembleia; Rapina
8 **Prendera com elos; Lazeres**
9 Actuava; Rancor
10 Oferecem; Preposição; Rio de Portugal (inverso)
11 Eles; Observar; Letra grega

VERTICAIS:

1 Densa; Cervo
2 Estreito; Nome feminino (pl)
3 Mau; Gaivota juvenil
4 Sustera
5 Estás,; Alberga; 101 em romano
6 Pronome possessivo; colocar
7 Basta; Órgão genital da mulher; Canhâmo de Manila
8 Desfeita
9 Dê sovas; Sobrados
10 Limpam com água; Roçar
11 Agrava-se; Alado



SOLUÇÕES NOUTRA PÁGINA

Não temos que viver com a rádio que temos

A continuação do controlo dos meios de comunicação social foi preocupação imediata, após o 25 de Abril, por parte das forças reaccionárias a quem uma informação honesta ao serviço das classes trabalhadoras e das suas conquistas importunava, incomodava, irritava. As forças do capital tudo tentaram para calar as vozes incómodas» que falavam em coisas tão antipáticas para os delicados ouvidos da reacção como, por exemplo, Reforma Agrária, Controlo Operário, Nacionalizações, etc. Constituía um autêntico desaforo para as forças ligadas ao patronato reaccionário que os órgãos de comunicação social denunciassem as injustiças sociais, os atropelos às leis do trabalho, tomassem o partido dos explorados contra os exploradores. Os lacaios do imperialismo nunca se conformaram com o facto indismentível de haver em Portugal, após 50 anos de censura, uma informação que os desmascarava e não pactuava com as suas sujas manobras para assegurarem os seus mesquinhos interesses. A reacção não estava contente com uma Informação ao serviço das classes exploradas. Esperava uma oportunidade para readquirir o seu domínio nos órgãos de comunicação social. Ela chegou no dia 25 de Novembro de 1975.

O que aconteceu na rádio a partir dessa data?

Na Radiodifusão Portuguesa, com a ajuda inconsciente de homens que tinham obrigação de ser mais conscientes, com a ajuda ingénua de pessoas que tinham a obrigação de ser menos ingénuas, a Rádio foi tomada de assalto pelas forças retrógradas acompanhadas pela sua habitual comitiva: recalcados, incompetentes e oportunistas.

Passámos a ter uma Rádio onde o reaccionarismo é sinónimo de independência, a incompetência sinónimo de qualidade, o amadorismo sinónimo de profissionalismo; uma Rádio que desenterra a censura, a guerra-fria, o anticomunismo; uma Rádio que ressuscita a perseguição e o despedimento por motivos meramente políticos, faz do nacional-cançonetismo a sua música de sempre, uma Rádio-24-de-Abril.

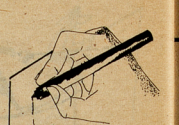
Quanto ao Rádio Renascença estamos falados. É sabido que a responsabilidade da programação está entregue, neste momento, aos que trairam os seus companheiros de trabalho, ensalvaram os seus «donos», prostituiram-se mais uma vez. Investiram na traição, ganham agora os trinta dinheiros, os juros pagam-nos o Povo.

Mas todas as manobras, as intrigas, as violências não bastam para vencer a força da Razão. E cada vez mais parte a oposição dos trabalhadores antifascistas da Rádio contra a opressão dos «velhos-senhores». E cada vez mais nítida a resistência dos verdadeiros profissionais contra o oportunismo dos amadores incompetentes. Surgem cada vez mais, «programas-oásis» de qualidade, contrastando com as «chachadas-deserto» de idiotia. As convulsões internas, as intrigas das cúpulas directivas dos órgãos de comunicação revelam bem o estado de corrupção a que se chegou. O conhecimento dos «podres» entre os oportunistas dá como resultado o que temos vindo a assistir: o que hoje demite amanhã é demitido, pressões para promoções, pressões para pedidos de demissão. Zangam-se as comadres...

No meio de tudo isto, uma certeza: Não teremos que viver com «esta» Rádio que temos!

A voz dos trabalhadores surgirá na R. D. P. no cumprimento da Constituição que consagra o «direito de antena» ao Movimento Sindical. A crescente consciencialização dos trabalhadores da R. D. P. e o reforço da luta antifascista são como consequência o regresso da nossa Rádio à mãos daqueles a quem legitimamente pertence: os trabalhadores portugueses.

FRANCISCO MUÑOZ



Iniciamos hoje esta Secção, em face da quantidade de correspondência que temos recebido e por não ser possível responder directamente aos nossos amigos e leitores. Aqui nos referiremos ao que aos mesmos interessa.

ALSÁCIA FONTES MACHADO — A grade ormos a sua carta e as palavras amigas que dedica à «Alavanca». Tomámos nota quanto diz acerca da regularização da sua assinatura anual. Achamos de muito interesse a poesia «Aquelas botas cardadas», que nos mandou. Publicá-la-emos na primeira oportunidade. Pergunta, lamentando-se do que se passa com os ataques à Reforma Agrária: «Para que serve uma Constituição se a cada passo ela é violada impunemente nos seus artigos principais? Não há vias legais para se fazer respeitar e cumprir a Constituição de um país?»

A Constituição é a Lei suprema de uma nação. E é essa base fundamental que tem de ser observada. Os que a torpedeiam sob os mais ardilosos

O teatro da resistência

Está por fazer — e seria não só curioso mas também importante que se fizesse — o estudo do Teatro de resistência e da resistência do Teatro na época do fascismo. Na posse de um elemento informativo desse tipo, poder-se-ia valorar e compreender melhor diversos momentos da caminhada do espectáculo português no espaço do último meio século e, muito mais do que isso, reflectir sobre erros do passado que importa não reapareçam. — Creio que, actualmente, existem condições que permitem não só verificar, de novo, um desses erros ou desajustamentos, ou seja, o constituído por certo desconhecimento mútuo entre os trabalhadores em geral e os trabalhadores do espectáculo em particular. — Sendo assim, é indispensável que os artistas sejam artistas do povo e para o povo (escrevem, encenem, representem o que importa ao povo e ao momento histórico que estas fintos construindo) e que o público-trabalhador compareça aos espectáculos progressistas, já porque o Teatro é a mais viva e colectiva de todas as artes, já porque, por ora, é o único processo, no plano material, de obstar a que condições económicas, criadas aos agrupamentos que nos garantem a apresentação do melhor Teatro possível aqui e agora, não sufoquem e façam desaparecer esses mesmos agrupamentos, o que deixaria o campo aberto para o joio, para o espectáculo meramente comercial e de engrenagem capitalista, para a alienação.

Fazer Teatro... e ir ao Teatro... não são actos sem consequências. — Todo o espectáculo é, por natureza, fenómeno estético, social, político... dai a lembrança que hoje aqui vos deixo para meditardes convenientemente nela.

Porque durante muito tempo, foi quase sempre burguês e comercial o Teatro que entre nós se fazia, o trabalhador não conheceu o hábito nem sentiu a necessidade de frequentar as salas de espectáculos. — Pode e deve fazê-lo, agora, participando na luta colectiva do Teatro, seja ele amador ou profissional.

A mero título de incitamento, de sugestão especialmente dirigida àqueles trabalhadores com consciência de classe que ainda não «descobriram» o Teatro, direi que têm uma nova experiência a viver e de, quebrando com o hábito de não verem espectáculos, «gastarem» um serão com uma ida, por exemplo, ao Teatro Adóque (onde está em cena um dos trabalhos de palco mais importantes pós-Abril de 1974, a revista «A Paródia»), ou à Academia Almadense (onde uma outra Cooperativa apresenta a comédia musicada, de José Viana, «A Grande Jogada!»), ou ao Teatro Trindade (onde está sobre as tábuas, a cargo do novo grupo profissional de Campolide, a obra «1383» de Fernão Lopes-Virgílio Martinho) ou ao Centro de Cultura Popular de São Mamede (onde, dirigida por Augusto Boal, «Barraca Conta Tiradentes»), ou ao Teatro Aberto, ou a qualquer das salas, País fora, onde se procura fazer Teatro vivo, verdadeiro, que seja prazer não sendo alienação, que esteja a compasso com a grande luta que o Povo português trava neste momento.

Se seguires a sugestão, não haverá lugar para arrependimento: ganha o Teatro e tu também ganharás.

FERNANDO MIDÕES

Em directo com os leitores

pretextos só servem os seus duvidosos interesses, marginalizando-se da lei Fundamental do País. E cedo ou tarde terão de prestar contas à justiça da opinião pública portuguesa, quiçá aos tribunais da Nação. Estejamos certos disso.

ANTÓNIO DA ROCHA VIERZON (FRANÇA) — Recebemos a sua extensa carta, que mereceu toda a nossa atenção e que agradecemos.

Tem razão em algumas das considerações que faz acerca dos nossos emigrantes em França. Mas não em todas. Porque também nós conhecemos esse meio da emigração portuguesa. E sabemos que existem nesse país várias associações de democratas portugueses que têm trabalhado bastante e continuam a batalhar pelo esclarecimento cultural social e sindical dos trabalhadores emigrados portugueses. Achamos que é dever de todos os que, como o nosso amigo, são mais esclarecidos, de ajudar nesta importante tarefa de fazer compreender aos nossos patrícios emigrados a missão que eles têm de desempenhar na sociedade em transformação da democracia para o socialismo que é a sociedade portuguesa actual.

Condenamos, como o amigo, que se enviem para os emigrantes portugueses pasquins fascistas, envenenadores da opinião pública, como esse a que faz referência. E não estamos de forma alguma de acordo que se exija a uma associação de emigrantes, 12 contos pela cedência de um filme, a exibir durante 20 minutos! De facto, muito há a fazer, pela parte das autoridades respectivas, para se ajudar com a eficiência que se deseja, os emigrantes portugueses.

ANTUNES DA SILVA — Obrigado pela sua carta amiga. E também pelos esplendidos poemas enviados. Vamos ver se, no próximo número de «Alavanca» poderemos publicar «Os tartufos», visto sabermos que o outro, «A minha cidade», foi publicado noutro jornal.

JOAQUIM FERNANDO FITAS — Temos presente a sua carta, bem como o original e a fotografia que nos enviou. Um abraço de agradecimentos. Logo que sejam publicados, mandaremos os números de «Alavanca» que pretende.

AUGUSTO BOTA — Gratos pela sua carta, que gostosamente transcrevemos:

Excelentíssimo senhor 1.º-Ministro,

É de espantar, a sua persistência! Querer a todo o transe que Portugal entre no Mercado Comum parece mais que teimosia! E tem requerido do senhor um esforço espectacular! Só por tal facto deveria merecer uma medalha de mérito!

Que isso de viajar tanto, em tão pouco tempo, requer uma resistência enorme. Ao contrário do que muita gente pode pensar, viajar dessa maneira não deve ser apenas prazer. Deve, também, e sobretudo, ser uma grande estopada! O que lhe deve valer é que o senhor parece ser de boa resistência.

Mas o que quero dizer-lhe é isto, apenas: Abra os olhos para a realidade portuguesa! Procure orientar os seus grandes esforços no sentido de poder atrair, para a causa da nossa democracia, em vias para o socialismo, as classes trabalhadoras. Não lute contra elas. Não lute contra os interesses dos trabalhadores. Porque somos nós que produzimos, com o nosso esforço e querer, a riqueza da Nação. Decida-se, enfim, a fazer uma política de harmonia com o Programa do seu próprio partido, uma política capaz de estimular os trabalhadores a produzirem mais e melhor. Uma política que não tenha por fito a recuperação capitalista. Ponha-se do lado dos interesses da grande maioria dos trabalhadores portugueses. E vai ver que nós iremos, de cara lavada e braços ao alto, à conquista da necessária e urgente recuperação económica e social da nossa querida Pátria!

Mas repare nisto, senhor doutor Mário Soares: jamais um dirigente político e governamental de qualquer país conseguiu fazer triunfar a sua política económica, social e financeira sem os trabalhadores. E muito menos contra os trabalhadores. Fixe-se bem nesta incontestável verdade!

Esta é uma receita que preconiza um simples cidadão-trabalhador português. Um cidadão-trabalhador português tão patriota como os que verdadeiramente o são.

SOLUÇÕES DO PROBLEMA N.º 3

HORIZONTAIS:
1 Avante; Pé
2 Rumas; Areal
3 Atola; Lá; Le
4 Pela; Sra
5 Ora; Pag; Asa
6 Oro; Ai!
7 As; Sorria
8 Reforma
9 Ocaso; Ar
10 Judas; Susti
11 Atas; Ecoa

VERTICAIS:
1 Trapo; Areja
2 Uteros; Ut
3 Amolar; Roda
4 Vala; Os; Cas
5 Asa; Oras
6 Má; Res
7 Tal; Garfos
8 Eras; Aio; Ue
9 Ralar; Sc
10 Palas; Mato
11 Ele; Agrária

SOLUÇÕES DO PROBLEMA N.º 4

HORIZONTAIS:
1 Oc; Cesto; LP
2 Par; Sua; Sai
3 Anil; Povo
4 Cara; Ulvar
5 Almas; Trema
6 Viver
7 Vogal; Rapta
8 Elara; Ocios
9 Agia; Asca
10 Dão; Com; Oad
11 Os; Mirar; RO

VERTICAIS:
1 Opaca; Veado
2 Canal; Olgas
3 Ruim; Gaio
4 Travara
5 Es; Asila; Ci
6 Sua; Pôr
7 Tá; Utero; Ma
8 Pirraça
9 Sove; Pisos
10 Luvam; Tocar
11 Piora; Asado

PALAVRA DE ORDEM: AVANTE PELA REFORMA AGRÁRIA!

O caminho do diálogo

defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores — que a CGTP - INTERSINDICAL NACIONAL considera sua tarefa central — passa também pela tomada de posição sobre decisões exteriores, no Movimento Sindical que contrariem a vontade democraticamente expressa pelos trabalhadores a todos os níveis do Movimento Sindical.

A possibilidade de os partidos políticos se pronunciarem sobre o Movimento Sindical não pode confundir-se com o direito de se ingerirem, directamente na organização sindical, cuja orientação só aos trabalhadores pertence.

As decisões tomadas em recente reunião de dirigentes do PS constituem a concretização formal das intenções, que sempre os nortearam de dividir o Movimento Sindical. A os trabalhadores será agora muito mais fácil compreender a justeza das afirmações da Central Sindical quando — a propósito dos falsos dilemas levantados pelos dirigentes do PS, com o apoio de toda a direita, como por exemplo «unidade — unicidade — Inter — carta aberta» — dizia que o que estava por detrás dessas manobras era o objectivo de dividir os trabalhadores e as suas organizações de classe utilizando palavras que lhes são caras: como democracia, independência, liberdade e unidade.

Ao contestar a democracia e a representatividade da CGTP-IN, a direcção do PS sabe que está a tentar esconder a realidade da vida sindical que é conhecida por todos os trabalhadores. Os trabalhadores sabem que os dirigentes dos seus sindicatos são eleitos por voto secreto e directo, em eleições livres às quais podem concorrer todas as listas com os mais variados programas. Em cerca de meio milhar de eleições que se realizaram após o 25 de Abril na vida sindical, contam-se pelos dedos de uma só mão as vezes em que os resultados eleitorais mereceram contestação e não há nenhum caso em que essas excepções não tivessem sido resolvidas democraticamente, pelos próprios trabalhadores.

Os trabalhadores sabem que a CGTP-IN é um órgão de união e coordenação da luta dos sindicatos portugueses e que o seu Secretariado é constituído por trabalhadores eleitos pelos dirigentes sindicais, em congresso aberto à participação de todos os sindicatos, em pé de igualdade de direitos e deveres, independentemente das linhas político-sindicais que cada sindicato perfilhe.

Os trabalhadores sabem que os estatutos da sua Confederação permitem a participação, nos seus órgãos deliberativos, de todos os sindicatos, independentemente de estarem ou não filiados.

Os trabalhadores sabem que em toda a estrutura do Movimento Sindical pode participar qualquer trabalhador independentemente da sua ideologia. Esta é uma realidade confirmada pela própria direcção do PS, quando afirma «reprovar a participação de socialistas, nomeadamente dos que se reclamam da filiação no PS, no movimento sindical organizado na Inter-CGTP».

As decisões da direcção do PS desmentem as suas afirmações de não ingerência no Movimento Sindical. Não podem os trabalhadores abstrair-se de que o PS é o partido do Governo, nem desprezar o significado de o comunicado da referida reunião ter sido assinado pelo próprio secretário-geral que é simultaneamente o Primeiro-Ministro.

Nas decisões divulgadas no comunicado emitido após a reunião dos órgãos directivos do PS, afirma-se que este irá propor, através do seu grupo parlamentar, legislação reguladora da actividade sindical». Tendo em conta os seus conceitos de democracia, devem os trabalhadores concluir que o Governo tentará limitar os direitos e liberdades adquiridas pelos trabalhadores após o 25 de Abril, indo assim ao encontro dos desejos dos partidos da direita.

O recrudescimento da ofensiva contra a unidade do Movimento Sindical e as decisões a que temos vindo a fazer referência, têm significados políticos muito concretos. Elas vêm demonstrar as afirmações da CGTP-IN, quando disse que o Governo, utiliza as palavras «diálogo» e «concertação» como mero expediente táctico para confundir a opinião pública, por quanto a sua estratégia de desenvolvimento económico está assente em princípios de subordinação aos interesses do grande capital e do imperialismo, a cuja concretização se tem oposto a unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical.

A divisão dos trabalhadores é para o Governo condição essencial para poder entregar empresas intervencionadas ao patronato sabotador, para fazer aprovar uma lei contra a Reforma Agrária, para defender os interesses das multinacionais (de que são exemplos recentes os despedimentos na AGFA-GEVAERT e MARRIOT de PORTUGAL), para manter o congelamento de salários e o aumento do custo de vida, para aumentar os despedimentos e para intensificar a exploração desenfreada dos trabalhadores. De um Governo que contou com o apoio de um grande número de trabalhadores, seria legítimo esperar uma clara política de defesa dos interesses de todos os trabalhadores, encontrada no diálogo permanente com as suas organizações de classe.

O Congresso de Todos os Sindicatos e os Plenários da CGTP-IN têm afirmado os propósitos de encontrar com os órgãos de poder as soluções possíveis e adequadas para resolver os graves problemas que o País defronta, no campo económico e social. O Governo rejeitou esta alternativa escolhendo o pior caminho: o de hostilizar sistematicamente os trabalhadores e as suas organizações de classe.

Uma realidade, contudo, é afirmada no comunicado da direcção do PS: «não haver condições para criar uma verdadeira (leia-se outra) central sindical».

Essa verdade assenta no reconhecimento da grande consciência de classe dos trabalhadores e dos seus sentimentos unitários, factores esses que irão obstar, mais uma vez, à ofensiva divisionista.

O Secretariado da CGTP-IN continuará invariavelmente no seu caminho de diálogo e unidade entre todos os trabalhadores portugueses, incluindo aqueles que tenham críticas e reservas a seu respeito, na certeza que esse caminho é o único que interessa à defesa da democracia no nosso País, a recuperação económica que o nosso povo deseja, e a manutenção da viabilidade do projecto socialista que a Constituição consagra.

O Secretariado da CGTP-IN tem a certeza de que a grande jornada do 1.º de Maio irá confirmar a vontade firme dos trabalhadores em defender esses objectivos.